



CADERNOS DE EDUCAÇÃO
POPULAR **10**

**MEB: Uma história
de muitos**

MARIA AÍDA B. COSTA
VERA JACCOUD
BEATRIZ COSTA



VOZES
NOVA

Os textos do NOVA, publicados nos *Cadernos de Educação Popular*, em coedição com Editora Vozes Ltda., são patrocinados pela Agência de Cooperação *Brot für die Welt* (Pão para o Mundo).

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR 10

**MEB:
UMA HISTÓRIA DE MUITOS**

ORGANIZAÇÃO: NOVA



Petrópolis
Editora Vozes Ltda.
em coedição com
NOVA — Pesquisa, Assessoramento
e Avaliação em Educação
1986

© 1986, NOVA — Pesquisa, Assessoramento e
Avaliação em Educação
Rua Barão do Flamengo, 22/803
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Direitos de publicação:
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Diagramação
Valdecir Mello



Este livro foi composto e impresso nas oficinas
da Editora Vozes, Limitada, em outubro de 1986.

**A D. Távora, presença forte nesse
pedaço de história que fizemos
juntos.**

Sumário

APRESENTAÇÃO, 9

PARTICIPANTES, 11

I. "EU ESTAVA À-TOA NA VIDA" ..., 13

II. O QUE FEZ DE NÓS UM MOVIMENTO?, 41

III. COMO O MEB FUNCIONAVA E O QUE PRODUZIU, 55

- a) Estrutura, 55
- b) Como se criava uma Escola Radiofônica, 60
- c) Treinamentos e Encontros, 67
- d) Programa Radiofônico, 78
- e) Supervisão, 87
- f) Para além das Escolas Radiofônicas, 92

IV. MOMENTOS QUE MARCARAM, 97

- a) O I Encontro Nacional, 97
- b) A Cartilha "Viver é Lutar", 102
- c) O MEB e os Grupos Políticos, 107
- d) O Golpe de 1964, 109
- e) Fechamento, 112

ANEXO I.

O Momento Histórico/Político — 1960/66: Alguns Elementos, 119

ANEXO II.

Algumas Informações sobre a Instituição MEB, 121

Apresentação

Nos bate-papos esporádicos entre antigos integrantes do Movimento de Educação de Base, sempre se acalentava o desejo de um dia, juntos, tentarem contar a história desse Movimento que tanto marcou a vida de cada um. E eu me inscrevo entre os que assim falavam. Muito já se tinha escrito a respeito mas estava a fazer falta um registro mais informal que deixasse transparecer também o tempero da emoção, do investimento afetivo que pesou na construção do MEB; que, além da reconstituição dos acontecimentos, permitisse a apreensão da intensidade com que eles foram vividos; que, sem as preocupações de uma análise, fossem lembradas as vivências desse momento histórico específico.

O NOVA interessou-se em patrocinar essa iniciativa pensando no valor histórico que tem o registro da memória de um movimento de educação popular da década de 60; e pensando também na utilidade que esse documento possa ter para os que hoje continuam envolvidos com questões e desafios semelhantes aos que o MEB enfrentou na época.

Foi então com uma alegria enorme que alguns de nós nos encontramos em agosto/85 e, durante dois dias, revivemos as nossas aventuras, descobertas e lutas. O resultado dessa conversa aí está: um relato vivo. É claro que, passados vinte anos, as nossas primeiras lembranças tendem a dar relevo aos momentos mais venturosos. As nossas dificuldades teriam aparecido com maior nitidez se dispusés-

semos de um tempo mais extenso para resgatar da memória todo o percurso que fizemos. Mas isso não retira do texto a abrangente realidade dos depoimentos.

Os relatos e os debates contidos aqui estão delimitados no tempo que vai de 1961 a 1966. Ou seja, os primeiros cinco anos de existência do MEB. Os fatos se enraízam, portanto, num período que tem a significação de um marco na história deste país. E o MEB foi, nessa época, um dos mais representativos entre os vários movimentos que mobilizaram contingentes de jovens militantes que acreditavam na mudança desta sociedade.

A partir das transcrições das fitas gravadas durante o encontro, Vera Jaccoud, Coordenadora da Equipe Técnica Nacional do MEB entre 1961/66, e eu, que também fui do MEB nesse mesmo período, fizemos uma proposta de texto e a submetemos a um grupo de participantes do encontro para revisão. Na organização final desse n. 10 do "Cadernos de Educação Popular" esteve também presente Beatriz Costa, do NOVA.

A seqüência dos relatos corresponde aproximadamente à própria seqüência em que as discussões se deram. Assim é que, no primeiro capítulo, cada um conta o seu movimento pessoal de aproximação e comprometimento com o MEB. O segundo retrata a trama que foi permitindo a constituição de um movimento, a partir das condições dadas e da qualidade das relações que se estabeleceram entre as pessoas. O terceiro capítulo recupera as atividades específicas do MEB: sua implantação, funcionamento, produção, criação, originalidades e crescimento. O último tenta reconstituir os momentos mais marcantes da vida do Movimento, desde os impactos que condicionaram o amadurecimento e a determinação dos caminhos a seguir, até os fatos que conduziram à perda de sua identidade enquanto Movimento.

Aos que, por não terem vivido essa época ou por não estarem familiarizados com o MEB, teriam alguma dificuldade em apreender as situações aqui descritas, nós colocamos em anexo, a título de referência: um roteiro histórico/político sucinto, da época; e algumas informações sobre o MEB enquanto instituição.

Aida Bezerra

Participantes

Maria José Sousa dos Santos	— Equipe Estadual do Maranhão.
Rita Accioly Tesser	— Equipe Estadual do Ceará.
Nazira Vargas	— Equipe Estadual do Rio Grande do Norte.
Maria Lúcia Moreira da Costa	— Equipe Estadual de Pernambuco.
Maria Aída Bezerra Costa	— Equipe Estadual de Pernambuco.
Maria de Lourdes Santos	— Equipe Estadual de Pernambuco.
Rute Maria Machado Rios	— Equipe Local de Recife (PE).
Felícia Moraes	— Equipe Local de Recife (PE).
Marliete de Lira Pessoa	— Equipe Local de Nazaré da Mata (PE).
Maria José de Oliveira	— Equipe Estadual de Sergipe.
Ruth Vieira	— Equipe Estadual da Bahia.
Roberto de Faria Mendes	— Equipe Local de Juiz de Fora (MG).
Maria Alice Brandão	— Equipe Estadual de Goiás.
Maria Izabel Ramos Jubé	— Equipe Estadual de Goiás.
Vera de Siqueira Jaccoud	— Equipe Técnica Nacional.
Sinéσιο Bacchetto *	— Equipe Técnica Nacional.

* O depoimento de Sinéσιο Bacchetto foi tomado isoladamente em vista da sua impossibilidade de participar no Seminário dos dias 15 e 16 de agosto de 1985, que reuniu o conjunto dos participantes.

I

“Eu estava à-toa na vida” . . .

MARIA JOSÉ — Em Sergipe, nós já existíamos antes mesmo do MEB existir. A história foi assim: D. Távora¹ viu o trabalho do SAR (Serviço de Assistência Rural) de Natal e começou a formar um grupinho em Aracaju que, mais tarde, se chamou SIRESE (Sistema Rádio Educativo de Sergipe). Parece que nessa época ainda não se pensava em MEB. Pensava-se num sistema de Escolas Radiofônicas tal como existia em Natal.

Mas vejam como foi o meu encontro com o MEB. Eu, com vinte e um anos, tinha resolvido abrir um Colégio para fazer tudo diferente daquilo que eu condenava na educação. Principalmente tirar a nota de comportamento das normas de disciplina porque esse foi o grande sofrimento da minha vida de estudante. Era um colégio “louco de pedra”: aulas na rua, a criançada livre. Eu era universitária e tinha mil idéias para fazer tudo diferente.

Aí D. Távora me chamou para ir a Natal. Eu nunca tinha visto nenhum trabalho de comunidade, ou de base. No início de 1960, então, chego eu a Natal. Aquele trabalho de comunidade no campo já me encantou porque não me passava pela cabeça que aquilo pudessem ser feito. Da Escola Radiofônica em si, eu não gostei muito. Era uma aula muito dentro da lei.

Quando voltei para Aracaju, D. Távora disse: “Como foi?” Eu respondi: “Se é que eu vou fazer aquele trabalho aqui, vai ser um

1. Na época, D. Távora era o Arcebispo de Aracaju.

negócio diferente". Eu pensava tudo com um pouco de teatro no meio porque eu fazia teatro mas, sobretudo, porque eu também sou um pouco teatral. Enfim, começamos.

Quando fomos para o interior levar as primeiras idéias das Escolas Radiofônicas, comecei a descobrir uma nova dimensão até da minha própria realização profissional. Comecei a perceber que o que eu pensava era uma coisa e o que o povo queria era outra. Hoje, quando eu paro para pensar, vejo que ao longo do trabalho a gente conseguiu criar a escola que o povo queria.

No começo, eram poucas Escolas Radiofônicas, e eu sempre lá. Como eu era a professora-locutora, aparecia como a própria vedete. Eu achava isso um barato, embora o pessoal da Rádio implicasse com o meu estilo.

Mas, nessa época, eu ainda via tudo numa dimensão muito pequena. Não tinha de jeito nenhum esse grau de conscientização da Lucinha, da Vera. Porque, lá pelas tantas, me chegava o pessoal da RENECA em Aracaju e falava uma linguagem que eu não entendia bulhufas. Acho que isso era ainda em 1960. Eu não conseguia entender o que eles queriam de mim. Lembro de me fazerem perguntas a respeito do meu trabalho, que eu própria não sabia responder. O meu trabalho era um negócio muito espontâneo, muito intuitivo, muito criativo. Então eu pensava: no que será que elas estão querendo mexer? Isso aqui está tão bonzinho assim...

Houve então o primeiro treinamento da Equipe de Aracaju. Bendito treinamento! Aquilo foi, para mim, uma pancada e um banho. De repente eu senti que aquele nosso programa de Rádio tinha uma significação muito maior do que a que nós percebíamos, e isso foi uma descoberta. Existiam as Escolas Radiofônicas de Natal, as de Aracaju, mas nesse momento começou a existir uma coisa talvez mais dinâmica, mais participativa, mais sistematizada. Eu acho que foi assim o início do MEB.

Fui pouco a pouco subindo os degraus do MEB, muito devagar porque eu não subi com tanta rapidez no meu pensamento político. Daí comecei a perceber que o MEB me tomava toda, tanto que até o meu Colégio começou a ser uma aspiração muito pequena para mim. Percebi que o Colégio me cerceava e o MEB me dava amplitude. Comecei a me engajar, talvez de leve, no MEB/Nacional, a treinar Equipes, a ir a Recife, a ter mais contato com o pessoal de outros lugares.

Caí no MEB assim. Eu estava fazendo um trabalho que achava bonito e do qual gostava, e me senti como se fosse apanhada por um arrastão de praia. Fui pescada. Foi assim que entrei no MEB e, sem perceber, o MEB me carregou.

IZA — Terminando o meu Curso de Letras, fui lecionar numa cidade do interior. De volta a Goiânia, comecei a trabalhar na Ordem dos Advogados e a dar aulas como professora substituta. Mas aqueles trabalhos não me agradavam. Eu estava assim, mais ou menos "à-toa na vida", quando um dia recebi um recado de D. Fernando:² queria falar comigo e com Maria Helena.³ Nessa ocasião, ele nos disse: "Chamei vocês porque estou interessado num trabalho com Escolas Radiofônicas que está sendo realizado no Nordeste. Queria então que vocês fossem a um Seminário que vai haver em Aracaju. Não há compromisso nenhum nisso. Quero que vocês voltem, me contem o que viram e me digam se vale a pena".

Esse Seminário de Educação de Base, em 1960, funcionou para mim como um chamado. Quem me conhece sabe que eu sou assim meio ronha e a minha participação durante o Seminário foi tímida. No final, fizemos uma visita a uma Escola Radiofônica e aí, realmente, vibramos.

Na volta, conversamos com D. Fernando sobre o que vimos. Maria Helena continuou em contato com ele e, depois de algum tempo, me chamou para reunir uma equipe e organizar um treinamento para essa equipe que deveria trabalhar no MEB. Nesse treinamento estiveram Vera Jaccoud, Célio Garcia⁴ e umas quinze pessoas de Goiânia. Após o treinamento, resolvemos ficar: Maria Alice, Gaudência, Aparecida, Irene, Emília e eu.⁵

Eu diria que nesse compromisso meu com o MEB houve uma motivação religiosa. Eu havia passado muito pouco tempo na JUC e ficou a impressão de que não tinha sido uma adesão para valer. Senti que precisava fazer alguma coisa a mais. Principalmente depois de ter passado um ano no interior, onde fui notando toda aquela farsa na vida das famílias dos políticos e dos fazendeiros, a injustiça e o pouco caso com que o povo era tratado. Essas coisas me marcaram.

Saimos desse treinamento já nos sentindo uma equipe e com todo um planejamento para iniciar o trabalho. Primeiro, fizemos uns encontros com o pessoal das comunidades nas vizinhanças de Goiânia. Começamos a fazer visitas, a abordar prefeitos, vigários, professores e, às vezes, as famílias. Com isso íamos descobrindo as pessoas que iam se aproximando. Até que, de repente, tínhamos ali o nosso primeiro treinamento de monitores e que foi preparado assim: conversando, andando pelos lugares, ouvindo. Para nós, aquele treinamento foi uma verdadeira realização.

2. D. Fernando Gomes, na época arcebispo de Goiânia.

3. Maria Helena de Souza.

4. Psicólogo que colaborou no treinamento das Equipes de Aracaju e de Goiânia.

5. Membros da Equipe de Goiás.

Maria José estava aqui perguntando como a gente conseguia fazer tanta coisa com tão poucos recursos. Mas do que é que não seríamos capazes com tamanha motivação?

Depois organizamos a nossa sede. Vivíamos aquela dedicação integral: não havia domingos, sábados, nem feriados. Era uma vida assim de uma riqueza enorme.

Com o tempo, o jeito de trabalhar foi mudando. A Equipe Nacional funcionava muito em termos de uma realimentação; mas nós mesmos fomos nos apercebendo de que a nossa relação com o povo se dava muito numa postura de salvadores. **Pela convivência, descobrimos que a única coisa que podíamos fazer era ajudá-los naquilo de que eles já dispunham.**

Quando os camponeses começaram a ir além da Escola Radiofônica, a discutir e a criar outras situações, a exigir outras tantas, nós começamos a nos dar conta da força que estava ali. Isso ficou bem marcado no exemplo daqueles três irmãos que moravam na fazenda de uma família tida como muito compreensiva, muito boa; e eles eram compadres dos donos da fazenda. No momento em que eles começaram a se mexer, a construir a Escola deles, a exigir terrenos, a pensar em cooperativas, eles começaram a sentir a resistência dos compadres.

NAZIRA — Para entender por que eu cheguei ao MEB, tenho que pegar um pouquinho antes.

Em 1960, eu já estava no último ano da Faculdade, em Lorena, quando começamos a ouvir falar numa tal de Ação Católica. Fomos tomando conhecimento de uma história muito boa de cristãos, de juventude, de participação dos cristãos na política. O padre Enzo⁶ começou a dar umas pistas e nós entramos de cara nos congressos da UNE⁷, de UEE⁸, e nas JUCs.⁹ Nessas alturas, a JUC estava se confrontando com a turma do PC¹⁰, tomando espaço e ganhando lideranças políticas dentro da UNE.

Para a gente que estudava no Rio e em São Paulo, nessa época, a questão do Nordeste era central e debatida a fundo dentro da Faculdade. Firmou-se assim, política e conscientemente, a minha paixão pelo Nordeste que já vinha de muito antes. Garanto para vocês que começou muito antes, ouvindo os baiões de Luiz Gonzaga lá em Varre-e-Sai, onde eu nasci.

6. Padre Enzo Azzi.

7. União Nacional dos Estudantes.

8. União Estadual dos Estudantes.

9. Juventude Universitária Católica.

10. Partido Comunista Brasileiro.

Terminei a Faculdade em 1960 e me defrontei com um problema que estava acontecendo na minha terra. Porque, ingloriosamente e gloriosamente, eu sou do tempo em que o bispo da Diocese de Campos era D. Antônio de Castro Maia, e Varre-e-Sai tinha sido escolhida por ele para ser uma experiência piloto da Diocese. Para mim, isso ia desgraçar a cabeça da meninada que eu mais gostava, inclusive os meus irmãos e meus primos. A meninada estava para entrar no Admissão e o padre proibira a frequência à Escola Pública. A conclusão era de que todas as crianças tinham que ir para a Escola Paroquial e a cabeça delas seria feita, então, dentro das idéias do bispo.

Ora, como eu estava afastada de casa desde os doze anos, porque lá não havia escola, queria ficar um ano assim: bebendo a afetividade da minha casa num esquema de muita presença e, depois, sumir pelo Nordeste. Fui então para casa e comecei a ensinar à meninada. Isso era mês de julho mais ou menos e, quando foi em setembro, vi que não dava conta de ficar em Varre-e-Sai. Então planejei: vou para o Rio, entro em contato com a JAC para ver pistas de minha ida para o Nordeste e, ao mesmo tempo, aproveito para fazer o mestrado.

Cheguei no Rio e encontrei uma bendita freira que tinha um pensionato onde me hospedei. Ali eu ia ficar para arrumar um esquema de estudo e trabalho. Essa freira, lembro bem da cara dela, virou e me falou assim: "Olha, o meio rural está enjoado de esperar gente que fica estudando o tempo todo para depois ir para lá. Se você quiser mesmo ir para o meio rural, eu dou o caminho, agora. Você pega o bonde, vai ao Palácio São Joaquim e procura D. Hélder."¹¹ Ele pode lhe dizer como se vai para o Nordeste". Peguei o bonde e fui bater no Palácio São Joaquim. Cheguei lá, falei com D. Hélder. "Quero fazer um trabalho no Nordeste. Sou Igreja, sou cristã, sou Ação Católica e, politicamente, estou doida para fazer um trabalho no meio rural". Lembro direitinho que havia um mapa na parede e D. Hélder, mostrando o mapa, foi me dizendo: "Você está bem na história. Está acontecendo muita coisa por aí. Outro dia mesmo foi uma menina para o Maranhão, Regina Lobo".¹² E me contou a história toda de Regina. "Há um movimento de Escolas Radiofônicas, Sindicato, Cooperativismo, Artesanato. A Igreja do Nordeste está naquela dedicação total, naquela entrega". Dá para imaginar, naquelas alturas, D. Hélder falando com uma pessoa de vinte e dois anos que estava a fim de ir para o Nordeste? Ele disse: "Eu tenho um irmão no Nordeste que é D. Eugênio¹³, em Natal, e ele vai recebê-la

11. D. Hélder Câmara, na época bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

12. Regina Lobo Leite Perelra foi da Equipe Estadual do Maranhão e, posteriormente, da Equipe Estadual de Pernambuco e da Equipe Local de Recife.

13. D. Eugênio Sales, na ocasião bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal.

para trabalhar com ele". Eu já havia até arranjado um emprego no Serviço Social Rural do Rio mas, diante daquela proposta, desisti. Pedi somente a D. Hélder um tempo para comunicar a minha decisão ao meu povo.

Ah, mas tem um detalhe importante. D. Hélder também me disse: "Aqui dentro do São Joaquim está sediada a Equipe Nacional de um movimento, o MEB, que coordena o trabalho das Escolas Radiofônicas". E me levou lá: "Está aqui esta criatura querendo ir para o Nordeste e eu estou sugerindo que ela vá para Natal. O que vocês acham?" Eu me lembro da cara do Osmar.¹⁴ Depois tive uma conversa com Marina¹⁵ para acertar uns detalhes porque eu já entrei — e essa foi a minha sorte enorme — já entrei em Natal como MEB. Um ponto que me apaixonou foi exatamente esse: o MEB era um movimento nacional e já estava espalhado em vários lugares, inclusive em Natal. E eu fui também com a idéia de que ia encontrar uma Igreja do tamanho da que eu tinha na minha cabeça, a Igreja que a JUC tinha me feito descobrir e onde eu ia viver um negócio lindo. Essa foi a inocência. Mas, ao mesmo tempo, eu já tinha uma retaguarda: já me sentia parte de um Movimento.

Cheguei em Natal no início de 62, na época de carnaval e fui logo participar de um Encontro do "Mundo Melhor", no Centro de Treinamento da Diocese, na praia de Ponta Negra. Ali em Ponta Negra, nessa mesma ocasião, a JUC também estava fazendo um encontro. A turminha da JUC de Natal era das boas.

No primeiro dia, à noite, eles foram até o Centro de Treinamento. Sabe namorado se encontrando na maior farra? Assim éramos nós. Conteí a eles: "Disseram que a Igreja de Natal está fazendo um trabalho muito bom no meio rural e eu estou doída para entrar nessa". Eu me lembro do tom crítico de uns dois deles: "Tomara que você não se decepcione". Foi só isso que eles falaram. Mas deu assim uma buzina na minha cabeça. Porque, para mim, JUC era ato de fé. Eles foram muito discretos mas eu fiquei com aquele grilo.

Esse foi o meu primeiro dia em Natal. Ali ninguém se indagava se eu gostava de pitanga, ou de manga ou de laranja, ou do vermelho, ou do azul. É isso que dá a sensação de estar entrando num mundo que você não conhece, a sensação de fragilidade, de um pulo no desconhecido. No dia seguinte, a turma do MEB, que ainda não era MEB, era a turma que trabalhava nas Escolas Radiofônicas do SAR¹⁶, veio toda para me conhecer. Não fui olhada com bons olhos. O problema era que a minha vinda do Rio não tinha sido pedida pelo grupo de Natal. Eu estava indo por indicação de D. Hélder

14. Osmar Fávoro, Coordenador da Equipe Técnica Nacional do MEB até 1966.

15. Marina Bandeira, Secretária Geral do MEB.

16. Serviço de Assistência Rural.

mas quem estava me recebendo era D. Eugênio. Então havia um certo mal-estar que, de início, eu não notei. Só depois me contaram.

A minha sensação, ao chegar ao Nordeste, era a de que eu tinha tudo para aprender, tudo para receber. Mas quando, pela primeira vez, participei de um treinamento de monitores, em Ceará Mirim, pude ver melhor o que era, para o SAR, uma Escola Radiofônica. A dimensão deles era muito sincera mas muito restrita. Eu já estava há uns doze dias no Nordeste e lembro que, então, disse dentro de mim junto ao mar: acho que vou ter também alguma coisa para atrapalhar. **Aquela sensação de ter tudo para aprender era ótima como iniciação mas, para me reencontrar na minha identidade, eu devia ter um papel.** Eu estava percebendo que tinha alguma coisa para trocar com aquele grupo, alguma coisa nova em termos políticos, em termos de visão de Igreja. Aí eu me achei.

A Escola Radiofônica de Natal começou em 1958. D. Eugênio foi à Colômbia, trouxe a idéia e implantou. No início de 1962, então, chegamos eu e mais Socorro Santos, Sávio, Maria Rodrigues¹⁷, que eram também da JUC. A JUC tinha gente dentro do MEB e na orla do MEB, e essa turminha foi mudando toda a concepção que existia até 62 nas escolas do SAR.

Num determinado momento, conteí para a turma: "Olha, no Rio existe uma Equipe Nacional do MEB, etc.". Mas o Nacional não ia lá porque D. Eugênio impedia. Quando eu vinha ao Rio passar férias, conversava com o Nacional e a cabeça fervia. Voltando, eu passava pela Bahia e Pernambuco. A Aracaju eu ia menos porque ficava fora da rota do ônibus. Então, no caminho, tomava aquele banho de MEB antes de chegar a Natal. Isso, sem dúvida, foi botando óleo na máquina.

Com tudo isso, o grupo de Natal começou a sentir necessidade de se ligar ao MEB Nacional. Aí foi quando começou a questão. A verdade é que, embora D. Eugênio não admitisse a presença da Equipe Nacional no Rio Grande do Norte, nós já estávamos fazendo o trabalho na linha do MEB. D. Eugênio já começava a perceber as mudanças mas não entendia a extensão do que a gente estava fazendo. Como ele não ia muito às bases, não percebia que já se tinha dado uma virada na perspectiva do trabalho.

LUCINHA — Bem, eu sou muito ruim de datas mas a história inicial eu tenho presente porque me marcou profundamente. Eu vinha de uma experiência de JUC vivida com muita intensidade e, além disso, eu também tinha sido de UEP¹⁸, de DCE¹⁹ e UNE.

17. Membros da Equipe de Natal.

18. União dos Estudantes de Pernambuco.

19. Diretório Central dos Estudantes.

Quando terminei o Curso de Filosofia, já estava empregada: ensinava na Universidade Rural. Posteriormente fui convidada para o Serviço Social Rural e foi aí o meu grande encontro com Aída.

Nós não viemos para o MEB por caminhos de Igreja. Entramos no MEB através do Serviço Social Rural e do Projeto Piloto de Eletrificação Rural de Itacuruba.²⁰ Nós já tínhamos, portanto, uma área de ação. Aída mais especificamente em Itacuruba e eu no Serviço Social Rural que, apesar de ser uma autarquia, não tinha o clima característico dos órgãos públicos.

Um dia, Dr. Lauro²¹ e Dr. Arruda²² receberam um convite de D. Távora para enviar representantes ao 1º Seminário de Educação de Base, em Aracaju. Eles indicaram Aída e eu. Fomos representando nossos respectivos serviços e com a tarefa de descobrir o que eram aquelas Escolas Radiofônicas. Nesse Seminário, acho que houve assim uma afinidade recíproca entre nós e o pessoal que viria inicialmente a constituir o MEB Nacional. O pessoal achou que nós podíamos implantar o MEB em Pernambuco.

Voltamos desse Seminário com os relatórios e contamos o que havia. O Serviço Social Rural comprou então a Rádio Olinda que logo depois foi doada à Arquidiocese. E, a partir da explícita convocação de D. Távora para assumirmos a organização do MEB em Pernambuco, começamos a viver uma série de etapas dessa implantação: primeiro, formar e treinar a Equipe Estadual; em seguida, passamos a ter contato com todas as Dioceses de Pernambuco para a formação de Equipes Locais. Começamos, é claro, pela casa, pela Equipe Local de Recife.

Tenho a impressão de que, para o MEB/Pernambuco, foi fundamental o fato de termos contado com a confiança ilimitada das pessoas que dispunham de um poder de decisão nas instituições às quais estávamos ligadas. Tanto Dr. Lauro como Dr. Arruda acreditavam plenamente em nós. E na área de Igreja, D. Carlos²³ confiava e dava total autonomia à Equipe Estadual do MEB. Eu me lembro de um conselho dele que até hoje me é bastante útil. Ele dizia: "Minha filha, só procure gente ocupada, porque gente ocupada é que vai dar certo. Desocupado quer continuar desocupado". Essa mesma qualidade de apoio que D. Carlos nos dava continuou com D. Hélder que também nunca criou dificuldades.

Para todos os passos iniciais do MEB em Pernambuco, contamos muito, no plano administrativo, com o Serviço Social Rural com quem o MEB mantinha um convênio. Depois veio uma seqüência

20. Distrito do Município de Belém do São Francisco. Faz parte da área a ser inundada pela Barragem de Itaparica.

21. Lauro Borba, Presidente do Conselho Regional de Pernambuco — Serviço Social Rural.

22. José de Albuquerque Arruda, Diretor do Projeto Piloto de Eletrificação Rural de Itacuruba.

23. D. Carlos Coelho, arcebispo de Olinda e Recife até março de 1964.

de transformações: o Serviço Social Rural virou SUPRA²⁴, em 1963; a SUPRA virou INDA²⁵ e IBRA²⁶ em 1964; e no IBRA, então, resolveram cortar a nossa carreira artística.

Já li vários trabalhos publicados sobre o MEB e fiquei sempre achando que eram insuficientes para reconhecer o Movimento que eu vivi. Nós não tínhamos aquele nível de interpretação. O que existia, basicamente, era uma vontade enorme de acertar e uma sensibilidade grande em relação aos problemas sociais. **Nessa época, nós não tínhamos um projeto claro. A gente se entregava ao trabalho sem saber o que iria encontrar pela frente. Queríamos aprender, descobrir, agir. À medida em que íamos desconfiando das coisas, questionando, experimentando, já começávamos a fazer as adaptações. Não havia aquela história de esperar por uma orientação ou por uma determinação de um escalão superior. Isso foi assim desde o começo.**

AÍDA — Eu fiz o Curso de Serviço Social. Para mim, naquele tempo, era a única profissão de gente que queria "exercer a bondade". Dá para ver que eu era muito mística. Eu tinha sido também de Ação Católica, num ramo que para mim não deu muito certo: a JIC.²⁷ Assim mesmo, foi ali que eu fiz todo um caminho de conversão cristã nessa linha de doação, encontro, obediência aos planos de Deus. Isso era um lado. O outro lado era uma atração pelo meio rural e uma angústia pela minha autonomia. **Eu queria, na vida, era ficar independente e ir trabalhar no interior. Ou ir trabalhar no interior e ficar independente.** Não sei se era porque, vendo papai sair para o interior e voltar, ficava achando que aquele mundo desconhecido era um mistério e eu queria desvendar. A verdade é que eu não queria ficar na cidade. Queria ir embora. Vontade de inaugurar a minha história, desligar, cortar o cordão umbilical.

Por coincidência, no fim do terceiro ano do Curso, Dr. Arruda aparece na Escola à procura de alguém que fosse trabalhar em Itacuruba, num Projeto Piloto de Eletrificação Rural. Aí D. Lourdes Moraes, a diretora, mandou me chamar. Ele se espantou: "Mas é essa menina que vai?" Eu era um "gato pingado". Cheguei em casa eufórica: "Acabei de aceitar uma proposta de emprego para trabalhar a 500 km daqui". Papai deixou cair o talher e mamãe calou-se. Foi assim. No meu entendimento, a Providência Divina tinha colocado aquela proposta no meu caminho.

Bem, fiz uma reivindicação a Dr. Arruda: eu não tinha nenhuma experiência em Desenvolvimento de Comunidade e queria um estágio

24. Superintendência da Reforma Agrária.

25. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

26. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

27. Juventude Independente Católica.

no Rio Grande do Norte onde eu ouvira dizer que havia um bom trabalho.

No Rio Grande do Norte, vi as Escolas Radiofônicas. A professora começava a aula assim: "Em nome do Padre e do Filho..." Depois me levaram para um Treinamento de Líderes em São Paulo do Potengi. Uma coisa me ficou na lembrança: o pessoal cantando musiquinhas de lazer em francês e em inglês (Allouette, My Bonny), que constavam de um livrinho que todo mundo usava. Mas também não era só isso; o pessoal tinha, sobretudo, muita alegria e era bacana ver aquele movimento todo.

Finalmente, cheguei em Itacuruba. Trabalhava 14 horas por dia. Quando acordava, já estava trabalhando porque o escritório era dentro de casa. Itacuruba era um povoado com cerca de setecentas pessoas morando na sede do Distrito. Dr. Arruda dizia assim: "O Projeto Piloto aqui vai ser uma espécie de campo de demonstração". Aquela experiência deveria se irradiar um pouco por toda a região e era planejada como base de exportação de um tipo de desenvolvimento no qual os agricultores teriam vez. Nessa linha, acreditávamos que o cooperativismo era a coisa mais democrática do mundo. Vamos fazer uma economia cooperativista com base na eletrificação rural, segundo o assessor da OEA que era também um idealista. Só que não deu.

E aquele negócio de Escola Radiofônica na minha cabeça. Até que um dia, assentada nas avaliações já feitas e aproveitando a presença de Dr. Arruda em Itacuruba, eu disse: "A meu ver, nós não podemos gastar todo esse dinheiro só aqui em Rodelas²⁸ e Itacuruba. Diante da necessidade do povo dessa região, não é justo. A gente tem que fazer uma coisa diferente. O senhor me mandou ver Escolas Radiofônicas e eu tenho a impressão de que é por aí". Ele disse: "Eu também acho, e é muito fácil. Vamos comprar um Rádio de 1/4 de kw na antena e irradiar para toda a redondeza. Vamos fazer também alfabetização". Ele estava entusiasmado com o trabalho de Natal e, sobretudo, com o de Aracaju.

Dias depois, recebi um radiograma de Dr. Arruda: "Siga para Aracaju para um treinamento. Procure D. Távora". Eu não sabia quem era D. Távora e nem o que ia acontecer lá. Cheguei na metade do encontro, já de noite. Na verdade, eu mal participei desse treinamento porque não me achava no método usado. Mas o bacana foi ver a disposição da equipe que ia ficar encarregada da produção das aulas. Já era uma perspectiva bem diferente da que eu tinha visto em Natal.

O Serviço Social Rural tinha um convênio com Itacuruba e foi por esse caminho que Lucinha chegou por lá. Com o funcionamento do

28. Distrito localizado na margem baiana do Rio São Francisco, e também incluído no Projeto Piloto.

Sistema Rádio Educativo de Itacuruba (SIREI), vieram os primeiros treinamentos de monitores. Nessa fase, Lucinha veio me ajudar. A gente ficou se conhecendo mais e trocávamos mil idéias. Antes, quando eu ainda estava fazendo o trabalho de localização das Escolas Radiofônicas, ocorreu o 1º Seminário de Educação de Base, promovido pela RENEK em Aracaju, em 1960. O pessoal do Rio que estava no Seminário de Aracaju, se não me engano era todo ligado à RENEK; nessas alturas ainda não existia o MEB. Eu não sei bem em que momento exato começou a formalização do MEB mas esse Seminário fortaleceu uma rede de contatos.

Bem, pouco tempo depois saí de Itacuruba e fui para Recife trabalhar no Serviço Social Rural. Trabalhávamos Lucinha e eu, numa mesma sala. Era uma frustração terrível porque em Itacuruba eu trabalhava de manhã à noite com mil atividades diferentes. O vento soprando, a poeira no meio do mundo, e eu subindo rio e descendo rio debaixo do sol. E lá no Serviço Social Rural, eu dizia: "Lucinha, o que é que tem para fazer aqui?" Ela respondia: "Tem nada. De vez em quando passa uma pastinha para a gente escrever um parecer. Mas deixe estar que o Serviço Social Rural, além de Itacuruba, tem um convênio com Nazaré da Mata que também faz Escolas Radiofônicas. Então vamos trabalhar com essas coisas. O resto do tempo a gente aproveita para estudar educação de base". E passamos a estudar tudo quanto existia na matéria. E assim fomos fazendo nosso caminho.

Agora, não me lembro exatamente a data mas sei que um dia, no Recife, nos encontrávamos numa sala do Colégio São José — Marina Bandeira, Janette Pucheu²⁹, Vera, Lucinha, eu e mais umas poucas pessoas — e Vera com um giz desenhava a estrutura do MEB que ia nascer. E a gente foi assim bolando tudo junto. Depois de alguns meses, chegou D. Távora a Recife dizendo: "Lucinha e Aída estão convocadas para organizar o MEB em Pernambuco".

Quando o MEB foi criado e nós já fazendo parte dessa criação, firmou-se em Pernambuco um convênio com o Serviço Social Rural. A partir desse momento, nós continuamos a ter uma presença em alguns trabalhos do Serviço Social Rural mas, fundamentalmente, passamos a trabalhar no MEB.

A sensação de estar no MEB era a de uma convocação para uma experiência mais ampla. E isso só reforçava a minha mística de mergulho no meio rural. Passava a ser uma experiência muito mais espalhada, muito mais coletiva. Em Itacuruba eu estava isolada e no MEB era a experiência de estar produzindo junto.

Para mim, as coisas foram acontecendo, assim, numa seqüência. Começou em Itacuruba e foi crescendo, foi crescendo, até se cons-

29. Janette Pucheu, da RENEK.

tituir num campo muito mais vasto de atuação. **É como se fosse um mesmo caminho, sendo que a estrada foi alargando muito e tinha muito mais gente andando.**

RUTE RIOS — Na verdade, acho que fiquei um tanto bloqueada em relação à memória do que se passou nesse tempo. Desconfio que foi porque eu saí de Recife, em 1966, numa situação muito traumática. Mas, a partir do convite para vir a este Seminário, comecei a reavivar os acontecimentos e, de repente, me veio uma porção de lembranças.

Em 1963, eu tinha 19 anos de idade. Havia ingressado na Universidade naquele ano. Para Recife da época, eu era de uma classe média alta e não tinha nenhuma aproximação com a política. Tinha perdido minha mãe com 11 anos e por isso fui, juntamente com uma irmã, para um Colégio de freiras em regime de internato.

Quando saí do Ginásio, já estava assim saturada de religião e de freiras. Comecei a imaginar para onde eu iria de forma a evitar um Colégio de freiras. Então, inventei de fazer o Curso Clássico no Colégio Estadual. Apostei nessa idéia e colou. No Colégio Estadual, passei três anos convivendo com os comunistas e os filhos dos comunistas históricos de Recife. Eu me lembro que em 1960, na campanha de Lott e Jânio para Presidente da República, a turma se dividiu. E eu, com todo moralismo na cabeça, era janista.

Terminado o Curso Clássico, comecei a escolher um curso superior. Pensei em Engenharia, mas eu não tinha nada em comum com as ciências exatas. De repente, resolvi fazer Direito. Meu pai ficou preocupadíssimo e disse: “Faça, desde que seja na Universidade Católica”.

Na Católica, conheci Roberto Machado³⁰ e foi ele quem acabou me levando para o MEB. Ele integrava a Equipe Regional de JUC, da qual eu também havia me aproximado por influência de minha irmã mais velha. **O fato é que as coisas comigo aconteceram juntas: voltar à Igreja, no quadro da Ação Católica, e entrar para o MEB.**

Nessa época, minha cabeça não estava ligada nos acontecimentos. Eu via as coisas acontecerem no Recife sem me dar conta; e aconteciam muitas coisas nesse tempo. Lembro que quando eu saía na cidade, via as passeatas de camponeses com enxada nas costas e ficava espantada com aquela história toda. A agitação política era muito grande: Ligas Camponesas, Sindicatos, greves. Politicamente eu não tinha nada na cabeça, mas estava aberta para descobrir as coisas do mundo. E eu entrei no MEB assim.

No final de 63, fui ao meu primeiro treinamento, em Garanhuns, onde conheci Felícia, Pilar, Helena.³¹ Tinha um grupo enorme sendo treinado. Acho que nessa ocasião estavam ampliando a Equipe do Recife. Dayse Martins e Oscar Pereira, coordenadores da Equipe, estavam lá; e também Carlos Brandão e Bacchetto, do Nacional, Sylvio Loretto e Lucinha, do Estadual. Eu sei que entendi muito pouco desse treinamento. Não entendia as propostas nem as reflexões, voava solenemente.

Em Janeiro de 64, fui trabalhar na Equipe de Recife. Uma coisa que me lembro muito bem, é que fui jogada para um treinamento de monitores em Vitória de Santo Antão. Nesse treinamento, estavam camponeses ligados a diferentes grupos: Sindicatos, Ligas, Igreja, etc. Eram cerca de trinta pessoas. De repente, Dayse me pega e diz: “Olha, você vai coordenar essa assembléia”. Deus do Céu! Eu nunca tive tanto medo. Até hoje me lembro do frio que senti. Aquelles homens se digladiando, e eu pasma na frente deles. Olhando aquilo tudo sem entender nada. E os dois, Dayse e Oscar, no fundo da sala se divertindo comigo. Eles me deixaram ali por uns cinco minutos e depois reassumiram a coordenação. **Disso eu me lembro como de um batismo de fogo.**

Quando entrei no MEB, portanto, estava se vivendo em plena eferescência política. Foi um momento de uma vivência muito rica e de uma experiência muito intensa. Logo me botaram no campo para conhecer, viajar, fazer supervisão. Fui assim entrando de cheio. Em março de 64, veio o Golpe e eu entrei naquele roldão violento. Eu cursava o segundo ano de Direito e me lembro que nesse dia fui à Faculdade conversar com Paulo Menezes que era o meu professor de Teoria Geral do Estado. Ele estava completamente arrasado; e a minha cabeça era tão ingênua que eu falei assim: “Não fique assim, padre, o pessoal vai reagir”. A idéia, para uma jovem de 20 anos, da época, era a de que tudo ia mudar daí a alguns dias. O padre me disse: “Você pode esperar que isso veio para ficar por muito tempo. Por anos e anos”. Lembro demais desse papo.

O que eu vivi, nessa fase, foi uma coisa muito espontânea, viva e forte. Para mim, todo mundo tinha que entrar naquela porque o clima era mesmo de mudança, de fazer, de criar. Era uma coisa muito forte que impulsionava a gente para a frente.

Eu já era professora-locutora das Escolas Radiofônicas desde há algum tempo, e lembro que no dia 18 de abril de 64, eu e Zé Walter³² estávamos na Rádio Olinda, para gravar um Programa de Comunidade. Eu estava com um livro de poemas de Maiakovsky na mão — e olhe que só fazia um ano, minha gente, que eu vivia essa coisa

31. Integrantes da Equipe Local de Recife.

32. José Walter Lubarino, da Equipe Local de Recife.

30. Membro da Equipe Local de Recife.

fantástica — quando recebo um telefonema da portaria do prédio avisando que a polícia estava lá embaixo para revistar a Rádio Olin-da. Aí eu disse para Spinelli, o técnico da Rádio: “Spinelli, dá um jeito nesse livro”. Ele escondeu embaixo de um equipamento pesado. E ficamos, Zé Walter e eu, esperando que a polícia chegasse e nos levasse. Eu pensava: se descobrem esse livro, vou apanhar até não poder mais. E as pernas tremiam. Até que a polícia chegou e falou com o Superintendente. A gente ficou lá dentro, disfarçando. Depois saímos e fomos para a casa de Felícia; aí eu tomei um pileque. Acho que foi o primeiro pileque da minha vida: rum Bacardi sem gelo e sem coca-cola.

FELÍCIA — Não foi o MEB que me procurou. No meu caso, fui eu quem procurou o MEB.

Eu estava no Sistema de Extensão Rural, na Paraíba. Aquela região do Brejo — Guarabira, Sapé — era uma área muito “quente”, de muita presença das Ligas Camponesas, e o Sistema de Extensão Rural era um serviço que não atendia à realidade local. Lembro que uma das coisas que mais me chocou nesse trabalho foi uma reunião com lavradores que queriam a diminuição do foro, da parceria, do pagamento ao latifundiário. Mas na Extensão não se usava dar voz aos lavradores. A pressão para que nós não nos envolvêssemos na política local e nem desenvolvêssemos qualquer atividade política dentro do trabalho era grande. Isso me trazia uma contradição enorme e me deixava numa situação muito difícil. **Como era possível fazer um trabalho com aqueles lavradores, naquelas condições, sem tomar uma posição?**

A primeira coisa que fiz foi conhecer o Partido Comunista local; saber o que era esse Partido. Comecei, então, a conhecer as pessoas: os sapateiros, o homem que trabalhava no hospital, etc. Guarabira era uma cidade com cerca de vinte mil habitantes, onde todos se conheciam. No dia do aniversário de Prestes, os fogos pipocavam nas ruas e todo mundo sabia que era aniversário de Prestes. A Igreja local era reacionária, não tinha nenhum trabalho e recebia a influência do Rio Grande do Norte. Isso foi no período 1961/63 e eu tinha então vinte e dois anos.

A Extensão era um trabalho que me pagava bem e eu não queria voltar para a dependência da minha família. Esse meu lado de liberdade, de querer trabalhar, me manter, era fortíssimo. Não estava à espera de um marido para me sustentar. Mas eu queria fazer um trabalho que não era bem aquele e comecei a me desiludir. Nesse clima, pedi uma licença de seis meses e fui para Recife. Lá falei com uns amigos que, sabendo que eu tinha vindo de JEC, disseram: “Quem sabe, você vai trabalhar no MEB. Vamos lá falar com umas pessoas da Equipe”. No MEB, me disseram: “Felícia, você vai fazer

um estágio em Caruaru”. Aí transformei a minha licença em licença sem remuneração por seis meses, e fui fazer o estágio.

Em Caruaru, a Equipe me recebeu muito simpaticamente, com uma afetividade muito grande. Eu vinha de um tipo de trabalho onde as pessoas também eram muito afetivas. Fiquei na Equipe de Caruaru, acho que uns dois meses, acompanhando todo trabalho. A realidade rural não era estranha para mim. Eu a conhecia bem, sabia o que estava acontecendo, sabia o que eu queria fazer como trabalho; e a Equipe de Caruaru desenvolvia um trabalho muito bom. Eram Edna, Rabelo, Rui³³ etc. Rabelo tinha uma posição política muito clara e, na época, me abriu muitas perspectivas. A Equipe de Caruaru foi realmente quem me botou dentro da concepção política do MEB. O que me espantava no trabalho do MEB local era que os lavradores, os monitores, enfim, as pessoas, tinham voz. A Equipe era quem fazia o seu próprio planejamento. Aquela participação me espantava.

Quando eu fui para o treinamento de Garanhuns, já fui bastante afinada, diferente de Rute. Já tinha uma noção do trabalho, já entendia o que era o MEB. Mas quando fizeram um painel para a gente falar sobre democracia, fiquei meio perdida, porque eu não tinha experiência dessa forma de discutir as coisas assim mais teóricas. Contudo, aproveitei muito da técnica, de como lidar com as pessoas, como trabalhar. E nas conversas durante o treinamento me tornei amiga de Helena Almeida, da Equipe de Recife. Foi uma coisa importantíssima para mim ter uma amiga naquele ambiente onde eu não conhecia ninguém.

Voltamos para Recife. Eu não sabia se ia ficar em Caruaru ou em Recife. A minha disponibilidade para fazer o trabalho era total. Para onde me pusessem, eu iria. Pensava: se for para Caruaru, acho ótimo porque eu já conheço as pessoas. Mas decidiram que eu iria para a Equipe de Recife. Senti até uma certa dor por não ficar em Caruaru. Na Equipe de Recife, me colocaram para fazer um trabalho na área da Linguagem. Eu adorei fazer aquilo.

MARLIETE — Em 1960, eu tocava a vida angustiando-me com os problemas de minha comunidade. Nazaré da Mata era uma cidade encravada na zona canavieira, rodeada por engenhos de fogo morto, onde os senhores haviam se transformado em meros fornecedores de cana para as usinas. Os camponeses viviam sem garantia de leis, sem sindicatos, dispersos por sítios afogados na cana. Na zona urbana, os operários, sapateiros na maioria, se debatiam ante a crise da principal fábrica de calçados; e, sem liderança, partiram para uma amarga experiência cooperativa. Eu ensinava no Colégio Santa Cris-

³³. Integrantes da Equipe Local de Caruaru (PE).

tina e numa Escola Pública. Envolvida também em atividades de Ação Católica (JIC), escrevia semanalmente crônicas e artigos na "Gazeta de Nazaré", sobre a vida política, econômica e religiosa do município.

Um belo dia, o padre Petronilo Pedrosa me convidou: "Você, que já atua no jornal, não quer trabalhar também na Rádio? É um trabalho de educação de base com o homem do campo". E, sem titubear, respondi: "Quero sim. Mas eu nunca vi um microfone de perto". O padre disse: "É o de menos. Você convida mais alguém e poderão fazer um treinamento nisso".

O padre contatou Lucinha — que a essa altura trabalhava no SSR — e, em Nazaré, fizemos um pequeno encontro. Entramos em contato com os termos-chave: monitor, script, etc. Logo depois, já nos encontrávamos, Neide Veiga Vieira e eu, em Natal fazendo um estágio. Lá reviramos a estação radiofônica de cabeça para baixo. Obtivemos modelos de aula, fichas, esquemas de reuniões, etc. Tivemos oportunidade de visitar Escolas Radiofônicas e de conversar com alunos e monitores.

De volta a Nazaré, realizamos os primeiros treinamentos com os nossos monitores pioneiros. Para começar levamos uns belos choques elétricos nas máquinas retransmissoras do pequeno estúdio. **E estouramos no ar com as primeiras noções sobre sindicalismo até então nunca transmitidas na região.** Finalmente, firmamos os nossos primeiros passos. Com o Centro Radiofônico de Educação Rural (CREI), oficialmente inaugurado, participamos do treinamento com o Estadual em Limoeiro. A nossa Equipe já contava com novos elementos além de Neide e eu: Terezinha, Gilvaneta e um auxiliar técnico.

Com o tempo, fomos notando que a linha adotada pelo padre diferia radicalmente do pensamento e da linha de ação do MEB. Usando então de uma extrema habilidade para não ferir o padre, inclusive por conta da amizade que nos unia, algum tempo depois a coordenação do MEB/Nazaré foi assumida por um leigo: no caso, eu.

Multiplicaram-se as radicações de Escolas Radiofônicas e fomos crescendo como uma família. Os monitores sentiam-se em casa ao visitar a nossa sede. O interesse pelos Sindicatos foi se tornando cada vez maior. Os diálogos mantidos com as diversas comunidades eram francos e vivos; eles aconteciam nas visitas de supervisão, nos encontros maiores, aos domingos após as peladas, no corte da cana, no barracão dos engenhos ao anoitecer quando o pessoal ia tomar um trago da "branquinha", nas festanças de casamento, etc. O trabalho nos envolvia de tal modo que eliminamos de nossa vida particular os sábados e domingos. **A família, os conhecidos, os amigos, se reduziram à palavra mágica: MEB. Tudo vinha depois. O MEB tinha urgência.**

LOURDES SANTOS — Parece que eu sou uma das que não estavam "à-toa na vida". Fui apanhada de surpresa quando Aída me fez o convite para trabalhar como secretária do MEB. Eu era, então, secretária da Escola de Serviço Social de Pernambuco e administradora da Agência de Serviço Social Familiar onde as alunas faziam estágio.

Já conhecia Aída de antes porque eu era de JOC e ela de JIC. O padre Lamartine³⁴ era o assistente da Ação Católica na Arquidiocese. Aída e eu éramos muito amigas. Quando ela foi fazer o Curso na Escola, a nossa ligação ficou mais sólida.

Bem, tirei um mês de férias e fui para o MEB a título de experiência. Depois voltei à Escola de Serviço Social e conversei com Dolores Coelho e Lourdes Moraes que eram as diretoras. Combinamos que eu tiraria uma licença sem vencimentos e, se eu gostasse, ficaria no MEB; do contrário, voltaria para a Escola. Gostei.

Na Escola, antes, eu trabalhava meio expediente e na outra parte do dia eu trabalhava na Saúde Pública. Quando comecei no MEB, só dava o expediente correspondente ao horário da Escola. Depois, na proporção em que o volume de trabalho aumentou, eu tirei também licença sem vencimentos da Secretaria de Saúde. Uns três anos depois, voltei à Escola e pedi demissão.

A partir de 1965, "para o bem da Segurança Nacional", as coisas começaram a ficar complicadas para o MEB. Daí para a frente, entramos num esquema de fechar o Movimento e ficamos preparando as indenizações, selecionando o material que deveria voltar para o Nacional e organizando os arquivos. Em agosto de 1967, eu fui indenizada pelo MEB e fui recomendada para o INCRA.

Essa foi a minha história mebiana, com tatuagem e tudo, que ficou. Encerrando o MEB, Aída veio para o Rio, Lucinha partiu para outro tipo de trabalho, e com essa separação é que realmente eu fiquei "à-toa na vida", até hoje.

RITA ACCIOLY — O MEB já contava com uma estrutura nacional quando chegou ao Ceará. Nessa altura, eu tinha terminado o Curso de Orientação Educacional. Na época da Universidade, a JUC me deu uma visão muito grande dos problemas da realidade brasileira e, em função disso, eu tive uma militância intensa no meio universitário.

Quando terminei o Curso, fui contratada para trabalhar no Estado. Era uma equipe muito boa e eu fazia um trabalho no qual acreditava e que me entusiasmava. A JUC havia marcado muito a vida da gente.

³⁴ Padre José Lamartine Soares que, mais tarde, tornou-se bispo auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Eu estava há uns seis meses nesse trabalho, quando o vigário-geral da Arquidiocese me procurou falando do MEB, dizendo que eu estava convidada a participar de um treinamento. Vocês vêem que todas as pessoas convidadas para esse treinamento tinham participado de Ação Católica, sobretudo de JUC: eu, Moreira, Aloylson, Juju, os Garcia, etc.³⁵

Logo em seguida houve o Treinamento em Fortaleza. Da Equipe Nacional foi Vera. Acho que Aída foi também. Isso foi em 1962 e ali estavam umas vinte pessoas. Fiquei surpresa com as técnicas utilizadas. Nós sabíamos que o treinamento era para compor a Equipe Estadual do MEB/Ceará, **mas nem todas as pessoas que estavam ali iam ser aproveitadas. Não sei por que, fui escolhida.** Lembro que não tive uma participação muito boa.

Bem, começamos a organizar a Equipe Estadual. Fiquei sempre na coordenação. No início, a gente acumulava a coordenação da Equipe Estadual e a da Equipe Local de Fortaleza.

Trabalhei quatro anos, de 1962 a 1966, quando deixei o MEB para fazer uma bolsa de estudos.

RUTH VIEIRA — Na Bahia, a situação geral de despertar para a mudança começou a esquentar em fins de 62 e em 63.

Em 1961, eu estava muito bem situada, bem certinha, arrumadinha, no Colégio Militar onde eu era Orientadora Educacional. Eu era assim um bicho raro em Salvador: o Colégio Militar foi o primeiro a ter Orientação Educacional, e eu era a única mulher Orientadora Educacional de Colégio Militar no Brasil.

Um dia recebi um recado de D. Távora avisando que passaria no aeroporto de Salvador em tal data e que precisava falar comigo. Ora, D. Távora não tinha essas intimidades comigo para mandar dizer que queria me encontrar no aeroporto. Eu me perguntei: "O que será que ele quer comigo?" Mas fui. Assim que ele me viu, disse: "Tem um negócio aí onde você vai trabalhar com a gente". Eu respondi: "Mas eu já tenho um trabalho, tenho um compromisso". Ele reagiu: "Não, você vai ver. É o Movimento de Educação de Base que trabalha com Escolas Radiofônicas". "Mas eu não entendo nada disso", falei eu. E ele imediatamente perguntou: "Mas que dia você vai a Aracaju?" Aí eu reagi: "Isso não pode ser assim não. Eu trabalho no Colégio Militar". Ele nem ligou e disse apenas: "Amanhã chega a sua passagem". Isso foi num domingo e ele marcou para eu estar na terça-feira em Aracaju.

Enfim, falei com o Comandante dizendo que eu tinha uma necessidade de ir a Aracaju, e fui. Mas sempre me perguntando: "O que será que D. Távora vai querer comigo? Eu estou muito bem e não quero largar o meu trabalho". Gostava demais dos meus meninos e estava conseguindo fazer alguma coisa no Colégio.

Em Aracaju, visitei as Escolas Radiofônicas e estive com o pessoal todo de lá. Na última hora, D. Távora me perguntou: "Está tudo certo?" Respondi: "Não sei, D. Távora". Eu estava numa dúvida incrível porque, antes de tomar uma decisão, queria consultar o meu irmão Walfrido³⁶, que tinha sido nomeado bispo auxiliar do Cardeal da Bahia. Eu não queria ser a primeira pedra no sapato dele porque o Cardeal era uma pessoa difícil. D. Távora me disse: "Fale com Walfrido e veja a opinião dele".

Acho que D. Távora me chamou para o MEB justamente porque Walfrido ia ser o auxiliar do Cardeal: eu seria então o elemento de mediação entre a hierarquia e o MEB, para amortecer um pouco a intransigência de D. Augusto.³⁷ Concluí: "Estou sendo aqui o "quebra-galho" da situação". Escrevi a Walfrido. Ele afirmou que o MEB era uma iniciativa boa e que eu tinha condições de fazer o trabalho. Daí por diante as coisas começaram a acontecer.

Mas já havia, na Bahia, um trabalho dos Capuchinhos com Escolas Radiofônicas: em Feira de Santana e em São Gonçalo dos Campos. Os Capuchinhos já tinham mandado duas pessoas a Aracaju, e elas já estavam dando aulas pela Rádio de Feira. Aí, quando começamos a organizar a Equipe Estadual, houve uma certa dificuldade para os frades aceitarem que a sede fosse em Salvador. **Eles reagiram e eu ficava como marisco entre um mar e outro.**

Finalmente, em agosto de 61, começamos a fazer o trabalho. O Governo ainda não estava colocando pessoal à disposição do MEB. Acho que, antes de liberar alguém, queriam ver surgir alguma coisa mais concreta. Comecei a viajar para os lugares onde eu poderia arcar com as despesas porque o MEB ainda não dispunha de dinheiro. Para os lugares mais distantes, onde se ia de avião, o meu dinheiro não dava.

Nesse resto de ano, tendo em vista a formação das Equipes Locais, eu visitei quase todas as Dioceses: de carona, de ônibus, de boléia de caminhão, etc. Em novembro, as coisas melhoraram. Fui chamada ao Rio e me deram uma "kombi". A partir dessa ocasião, a requisição de pessoal do Estado foi facilitada. O Nacional marcou o treinamento das Equipes Locais — que foi feito em Itaparica, em 62. Depois houve um treinamento em Feira de Santana, debaixo de uma

35. Intégrantas da Equipe Estadual do MEB/Ceará.

36. D. Walfrido Vieira.

37. D. Augusto Silva, na ocasião Cardeal da Bahia.

terrível resistência dos Capuchinhos; essa resistência durou enquanto durou o MEB.

O MEB foi uma proposta que me mobilizou. Naquele momento, senti que eu precisava ir com aquele povo. Porque, desde bem pequena, eu via a luta de meu pai para melhorar a situação do povo. Ele se meteu em tudo o que era movimento que aparecesse para melhorar essa situação: cooperativas, movimentos religiosos, políticos. E o MEB foi isso para mim: eu me descobria naquele Movimento continuando a luta de meu pai, tentando realizar aquilo que ele não tinha conseguido.

ZEZÉ — Tenho a impressão de que a minha história no MEB/Maranhão começou antes do MEB. Começou na JUC. Mas antes mesmo da JUC, começou na JEC.³⁸ **Dentro da JEC eu senti que quando nós somos mordidos por um determinado micróbio, isso não larga a gente nunca mais.** E o micróbio foi a JEC.

Outro registro importante é que, se Vera está na origem do MEB, Vera está também na origem de JEC, da Ação Católica Especializada do Brasil. Eu já tinha visto aquela figura assim alta, falante, desde os tempos de JEC.

Sai do aconchego de casa e fui encontrar esse aconchego muito mais nesse movimento todo. Com a JUC, continuou esse movimento de me empenhar e de me entregar totalmente. A construção do tamanho de Igreja, a que Nazira fez referência, começou com a JEC e se ampliou bastante na JUC onde a dimensão social ganhou muito relevo.

Eu estava, então, terminando a Universidade com uma motivação social muito à flor da pele. Precisava de alguma coisa onde desembocassem todas aquelas descobertas e onde toda aquela energia pudesse ser direcionada mais explicitamente para o social e o político. Isso estava muito claro na minha cabeça e, quando me formei, a minha preocupação era muito essa: o que é que eu vou fazer? Aí é que entra, para mim, uma questão profissional muito importante: eu estava concluindo um Curso de Filosofia mas, na verdade, eu não tinha muito a ver com a Filosofia. Quando terminei o Colegial, queria fazer Medicina mas, por injunções várias, não fiz. Então, entre as outras alternativas que São Luís oferecia, escolhi Filosofia. Mas, ao terminar o Curso, estava sentindo necessidade de começar alguma coisa diferente.

Nesse momento, passa Osmar em São Luís. Antes, D. Delgado³⁹ sempre nos dera muita força, seja em JEC ou em JUC e já estava

ligado também com a questão das Escolas Radiofônicas. D. Delgado, nos planos dele, já havia me direcionado para o MEB. Mas esse projeto, eu não tinha assumido porque, entre outras coisas, não queria ficar em atividades de Igreja. Estava na hora de experimentar outro caminho que não fosse tão amarrado ao religioso.

Bem, Osmar passa em São Luís e a gente conversa. Nós tínhamos trabalhado juntos na JUC. Realmente, ele me ajudou a pensar a proposta de trabalhar no MEB: eu poderia ter uma experiência profissional interessante em educação e em sociologia, que era uma área que me entusiasmava. Ele me dizia: "Você faz um tempo de prática nesse campo e, depois, se quiser fazer outro Curso, já vai com mais experiência". **Acho que foi mais por essa via profissional que eu aceitei o MEB.** Porque o MEB, enquanto movimento de Igreja, me deixava muitas dúvidas.

Evidentemente, D. Delgado ficou muito feliz com a minha decisão. Esse era um projeto que ele tinha para mim e para Regina Lobo. Ela havia passado uma temporada no Rio, durante a qual esteve sempre ligada à JUC e sentia esse mesmo movimento que Nazira descreveu tão bem, de querer ir para o Nordeste, de querer se entregar a um trabalho popular. Regina tinha sido convidada por D. Delgado para um trabalho numa cidade bem do interior, onde ela ficou um ano. A experiência foi muito dura e, no final desse ano, provavelmente ela teria decidido não continuar lá. D. Delgado acenou então com a possibilidade dela vir para São Luís e começar o MEB.

Em janeiro de 62, Regina e eu viemos ao Rio, passando por Recife a pedido de D. Delgado. Nessa ocasião, conheci Aída, Lucinha, um monte de gente, porque coincidiu que estava havendo um treinamento das Equipes Locais de Pernambuco. A mordida pelo MEB começou por esse treinamento. Fiquei muito impressionada com o trabalho, o entusiasmo das pessoas, as idéias que circulavam. Mas me sentia um peixe fora d'água porque eu ainda não era coisa nenhuma. Estava disposta a ser, mas ainda não era clara a minha aceitação por parte do MEB Nacional. Porém, em vista do acolhimento muito grande que me foi dado pelo MEB Pernambuco, eu sentia que essa aceitação já tinha sido feita antes mesmo que o Nacional se manifestasse. Por exemplo, nesse treinamento onde eu era uma participante meio acidental, às alturas tantas, o pessoal me chama para falar sobre trabalho em equipe. Fui tomada de uma surpresa enorme. Esse fato já me deu o primeiro soco no estômago: "Pombas, se as pessoas me chamam para falar é porque eu tenho alguma coisa a dizer". Num movimento em que eu me sentia ainda inteiramente por fora, isso foi uma coisa que me marcou.

Ora, eu ainda tinha na cabeça que nós éramos um pouco uma imposição de D. Delgado ao MEB, e a minha tendência era pensar que

38. Juventude Estudantil Católica.
39. D. José Delgado, na época arcebispo de São Luís.

eles, do Nacional, nos aceitavam por conta de D. Delgado e não porque nós tivéssemos sido reconhecidas. Isso, para mim, fazia uma diferença. E, nesse contexto, a minha referência inicial era o MEB Pernambuco mais do que qualquer outra coisa.

Quando o MEB/Nacional nos aceitou, a mim e a Regina, já preparou para nós um programa de viagem como uma missão do MEB. O nosso treinamento foi um estágio: viajamos, Regina e eu, por Aracaju, Recife, Natal e Fortaleza, vendo como o trabalho era realizado em todos os seus detalhes e discutindo com as pessoas que já estavam mergulhadas na experiência. Aí já começavam, para nós, alguns conflitos porque, nesses lugares, tudo era feito em função de Escolas Radiofônicas e em São Luís ainda não havia uma Rádio. Estávamos vendo uma experiência que não era exatamente a que íamos fazer, pelo menos de imediato. Vera foi um esteio importante para que o nosso trabalho não fosse adiado. Ela dizia: "Vocês vão começar sem a Rádio. E no dia em que houver Rádio, a gente repensa o assunto".

O pessoal de Recife fez uma coisa ótima que foi nos levar de imediato para os treinamentos de monitores que estavam acontecendo. Eu estava dizendo para Marliete, agora, que o meu banho de realidade rural foi no treinamento de monitores de Nazaré. A partir desse treinamento, senti o MEB como uma realidade tipicamente rural e esse era um aspecto que me atraía muito desde criança, talvez pelas origens camponesas de meu pai. Mas eu não tinha nenhuma experiência direta de meio rural. Acho que foi depois desse treinamento que eu disse definitivamente "sim" ao MEB.

Chegamos a São Luís com a cabeça cheia de questões: a famosa questão diretivismo/não diretivismo; se a Rádio monologa ou dialoga, essas coisas todas. Isso fez com que a gente, ao começar o trabalho, já iniciasse com um pé adiante, lidando com as experiências de outros e com uma reflexão que já tinha dado os seus passos.

A minha adesão primeira ao MEB foi, sobretudo, ao caráter profissional do Movimento. Nas Equipes que eu contatei, senti que aquilo não era mais um trabalho voluntário, por mais que nós estivéssemos imbuídos de um idealismo muito grande. Aída falou de uma mística muito forte. Éramos, todos nós, muito místicos mas, no MEB, era uma coisa que acontecia ao nível profissional, inclusive no sentido de sermos remunerados, de se buscar uma capacitação técnica, etc.

Outra coisa que me segurou foi ver que a elaboração vinha junto com a prática. Não tinha uma coisa pronta. Nós é que devíamos elaborar. Durante o estágio, Regina e eu sempre discutíamos esse aspecto como sendo uma atração muito forte. Nesse sentido, para nós do Maranhão, o trabalho seria um desafio. O fato da Rádio não existir nos forçava a desenvolver todo um outro caminho.

Um aspecto importante a que já fizeram referência aqui, foi o da confiança. D. Delgado não só nos adotou como filhos, mas a sua confiança se estendia também ao plano mais profissional e ao ideológico. De fato, era ele quem sustentava a gente em todas as circunstâncias. Acho que essa confiança não só facilitou o trabalho, como fortaleceu a nossa adesão e responsabilidade.

ROBERTO — Minas Gerais foi o último dos grandes Estaduais criados. Foi organizado em 1963. Na época, eu estava em Juiz de Fora. Era de JUC, de AP⁴⁰ e trabalhava no DCE (Diretório Central dos Estudantes) fazendo alfabetização de adultos nos sindicatos urbanos.

Pois bem, eu soube, através da JUC, que ia haver um treinamento do MEB, em Belo Horizonte. Eu não sabia exatamente do que se tratava. De Juiz de Fora, a esse treinamento, foram Márcio Antônio de Oliveira e Hugo Herédia. Pouco depois, Paulinho Tavares e Eunice Novaes, do Estadual do MEB/Minas Gerais, chegaram a Juiz de Fora para treinar o restante da Equipe. Todos vindos de JUC. Eu tinha 19 anos, na época.

O trabalho que fazíamos nos sindicatos urbanos era bonito, interessante e a gente se envolvia muito; mas era um trabalho restrito. O MEB aparecia como uma coisa que ia dar amplitude nacional a esse trabalho. Ao mesmo tempo, também íamos poder contar com uma emissão pela Rádio. Minas Gerais usaria a Rádio Inconfidência, uma Emissora oficial que cobria todo o Estado. Passar da alfabetização no sindicato para uma atuação no MEB significava ampliar a área de trabalho, com possibilidades de trabalhar também no meio rural atingido pelas emissões radiofônicas.

Em 1963, todo mundo sabe, havia aquele clima: Cuba, Fidel Castro, etc. Ao entrar no MEB, a gente vivia esse clima mas não sabia muito além disso. O nosso compromisso, na verdade, era fazer um trabalho político basicamente no meio estudantil de Juiz de Fora.

Bem, feito o treinamento, começamos a funcionar. A Rádio Inconfidência levou dez meses para entrar no ar. Nesse meio tempo, depois de uma passagem de Luiz Eduardo⁴¹ por Juiz de Fora, começamos a fazer também Sindicalismo Rural. Tratava-se da implantação de sindicatos rurais naquela região. Trabalhamos uns cinco meses sem carro. Depois chegou uma "Rural" e nós ampliamos a área de atuação. Fizemos uma boa movimentação no cenário da região.

Quando a Rádio começou a funcionar, toda a atividade passou a girar em torno das Escolas Radiofônicas. Isso já foi no finalzinho

40. Ação Popular.

41. Luiz Eduardo Wanderley, na ocasião integrante da Equipe Técnica Nacional.

de 63, mais ou menos em outubro. **Demorou muito tempo. Para a gente que tinha 19 anos, parecia muito tempo. Nessa idade, dois meses demoravam muito a passar.**

Eu tinha participado de um Encontro em Recife. A esse Encontro — o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em setembro de 1963 — não fui como MEB. Fui como DCE de Juiz de Fora. Mas foi nesse Encontro que eu percebi a dimensão nacional do MEB. Quer dizer, o que significava pessoas de Recife, Aracaju, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás estarem mais ou menos em busca da mesma coisa.

O que me espantou também, na época — e eu acho que isso era muito marcante no MEB — é que ninguém era “dono da verdade”. **A gente fazia construindo as coisas. Construía a partir, não de um documento-base como se falava naquela época, nem de uma cartilha, mas a partir mesmo da experiência.** Minas Gerais aproveitou, evidentemente, toda a experiência dos Sistemas mais antigos: Aracaju, Goiás, Pernambuco.

Uma das coisas mais características que existiam no MEB, para mim, era essa mistura de intenção de fazer política e de fazer educação. Quando eu estava fazendo um trabalho do MEB, eu não sabia se estava fazendo Sindicalização Rural, se estava fazendo política ou se estava fazendo Educação de Base. Era tudo muito misturado.

VERA — Minha história é mais comprida. Claro, sou a mais antiga... Começou na Ação Católica Geral que, depois, deu origem a uma grande luta pela Ação Católica Especializada. **Toda vida eu fui assim: tinha vontade de lutar por uma coisa que eu achava que valia a pena, mesmo que ela não estivesse ainda muito clara na minha cabeça.**

Entrei numa JUC alienadíssima, em 1945, dentro da Ação Católica Geral. Depois, quando me mandaram ser Delegada Nacional de JEC — o nome já é engraçado — foi que iniciei a luta pela Ação Católica Especializada, principalmente a JEC. Foi aí que conheci muita gente que depois veio também a colaborar no MEB. Essa etapa da vida me deu uma formação não só no sentido religioso, mas também no sentido de trabalho em grupo, de respeito pela pessoa. Depois saí da Ação Católica e fiquei sem saber o que fazer na vida. Por volta de 1958, 59, fui trabalhar com Marina na RENECE. Naquela época houve uma corrida pelo registro de Emissoras, e os bispos entraram nessa corrida com a idéia de divulgar a religião católica. No momento em que as Emissoras Católicas chegaram a cerca de quarenta, espalhadas por todo o Brasil, a minha cabeça começou a “buzinar”. Não era possível continuar com aqueles programas religiosos e culturais — aliás, muito fracos — sem a perspectiva de transformá-los. Aque-

a força toda poderia ser utilizada a serviço do povo. Sempre tive a intenção de trabalhar com a Igreja e em benefício da população; e esse benefício não podia ser só de ensino religioso ou de rezar pelo rádio, como era a programação das Emissoras Católicas. Não sei porque, comecei a me preocupar mais com o meio rural. Creio que foi pelo fato de achar que já havia muita gente cuidando do meio operário das cidades e, no meio rural, eu não via ninguém.

Então, comecei a estudar esse assunto. Uma das coisas que estudei foi a emissão radiofônica organizada, na Índia. Nessa época, as referências eram: Mounier, Congar, Pe. Le Bret, Peuple et Culture da França, enfim, aquela mistura toda.

Já existia, nessas alturas, o Sistema de Sutatenza (Colômbia). Depois é que apareceram Natal, Aracaju, Crato e outros. Então, as idéias foram aparecendo e eu, já nessa bolação, viajei pelo mundo e fui conversando com as pessoas, vendo as experiências que existiam.

Deve-se a D. Távora a brilhante idéia de aproveitar as Emissoras Católicas para organizar um movimento nacional. Isso vinha ao encontro das minhas preocupações de dar maior consistência ao aspecto educativo das emissões. Quanto às implicações políticas desse trabalho, eu fui aprender muito mais com vocês, nas bases, nas discussões. Então passei a ter uma visão mais ampla e melhorei o que eu pude melhorar na ocasião. **Depois, se eu não tinha outras capacidades, tinha essas: a grande capacidade de querer bem e a de saber que eu não sabia.**

Os primeiros passos para a concretização do MEB foram dados naquele 1º Seminário de Educação de Base, em Aracaju, em 1960. Ali nós já começamos a fazer o que correspondia à nucleação de militantes nos termos da Ação Católica. Quer dizer, você via as pessoas trabalhando e dizia assim: “Eu acho que é aquela, ou acho que é aquela outra, e mais aquela pessoa...”

Agora, a existência jurídica do MEB foi posterior. O Decreto que criou o MEB foi assinado pelo Presidente da República em março de 1961. O MEB foi aprovado por esse Decreto mas, até receber a verba e ter condições de ser implantado, passou-se um bocado de tempo. Vocês que já tinham começado a trabalhar, como Natal e Aracaju continuaram funcionando até serem mantidos pelo MEB. O Treinamento de Aracaju, por exemplo, no início de 1960, se explica porque quem contribuía financeiramente para o SIRESE era o DNERu. O DNERu teve o seu papel importante, fornecendo verbas, assistência técnica e viaturas para o trabalho no interior.

Eu tinha a singular expectativa de pensar que, com o MEB, todos os problemas estariam resolvidos. Eu estava certa da impotência dos pequenos grupos e de que assim divididos e isolados não se ia con-

seguir nada. Então a idéia de um MEB nacional que envolveria todos os Sistemas Rádio-Educativos já existentes, idéia que nasceu de D. Távora, me satisfaz plenamente.

Além dos Sistemas existentes, colocava-se a batalha para que as Emissoras que ainda não tinham Escolas Radiofônicas as aceitassem. A proposta inicial do MEB era a de abranger o Brasil inteiro. Depois, por decisão do Governo, a área de atuação do MEB excluiu a região Sul, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Houve um período muito engraçado: foi o período do pouco dinheiro. E depois, mais engraçado ainda, foi o período do muito dinheiro. Esse último foi quando diversas Emissoras e Dioceses queriam, através do MEB, obter verbas para outros fins que não os da Educação de Base. Aí começaram as nossas brigas porque, entre vários bispos, o conceito reinante era o de que a gente só precisava prestar contas no céu... Tínhamos que convencê-los de que prestação de contas era aqui, porque o Tribunal de Contas era aqui mesmo.

Bom, o papel de D. Távora nisso tudo é impossível de descrever. Ele conhecia muita gente, viajava muito, conhecia as pessoas que dirigiam as entidades nos diversos Estados e dizia: "Fulano de tal é bom para começar o trabalho". O caso de Ruth Vieira foi esse, me lembro perfeitamente. Ele disse: "Aquela vai dar certo". Então, a gente saía em campo.

Na organização do MEB, Marina ficou como Secretária Geral e eu, com as minhas preocupações de educação permanente, treinamento, recepção organizada, fiquei na Equipe Técnica Nacional. Osmar entrou em 1962 e ficamos juntos na Coordenação da Equipe Técnica Nacional.

Pernambuco foi o meu grupo de apoio inicial: Aída, Lucinha. E, depois, Ruth na Bahia, Rita no Ceará, Maria Alice em Goiás, etc. Essas pessoas eram para mim uma riqueza enorme porque discutiam, divergiam, contavam o que faziam, o que acontecia, e eu ia aprendendo. Seja nos treinamentos de monitores, seja em encontros Estaduais e em alguns encontros com Equipes Locais.

Agora, uma das coisas que realmente me apaixonava, era a idéia da formação de quadros. Quer dizer, para que aquela idealização do trabalho rural viesse a ser concretizada, tinha que haver um aperfeiçoamento dos quadros. Nisso a gente exagerava às vezes num canto ou noutro, mas vocês, quando achavam que era demais, cortavam as nossas asas. Eu tinha muita tranqüilidade em me meter naqueles treinamentos porque sempre tive pessoas que me escoravam. Dizia mesmo: "Só vou fazer tal treinamento se Aída ou Lucinha ou Maria Alice ou Rutinha me derem uma colaboração". O treinamento era todo planejado mas, num determinado momento, nós fazíamos

um corte e nos perguntávamos: "Será que é para cumprir o planejado?" Às vezes mudávamos tudo.

Treinamento foi, sem dúvida nenhuma, um dos grandes instrumentos do MEB. Talvez tenha sido a coisa mais importante. E se desenvolveu a partir de uma proposta muito vaga que, apoiada por vocês, foi se aperfeiçoando. Fui aprendendo, mas a idéia de formação permanente era uma constante. E continuo achando que isso é uma coisa importante.

Para mim, o MEB foi a minha salvação. Quer dizer, foi a oportunidade de realizar muito do meu jeito de ser, de me dedicar a alguma coisa a ser constituída e que correspondia às minhas aspirações.

Eu não sei traduzir o que havia entre nós no MEB como relacionamento. Havia o que ainda existe hoje: um tipo de amizade, de querer bem que é baseado no respeito mútuo, no saber escutar e na confiança de poder falar sem abarcar toda a verdade. A gente brigava mas se entendia.

BACCHETTO — Por volta dos idos de 62, 63, na condição de seminarista jesuíta, eu comecei a participar dos movimentos universitários. Nós éramos um grupo de seminaristas muito ligados aos Centros Acadêmicos do Rio e tínhamos uma grande aproximação com o pessoal de UNE e do antigo Jornal Metropolitano.

Nesse processo, conheci o pessoal da JUC; e nesse conhecer os grupos católicos militantes no movimento universitário, reencontrei Osmar Fávero que conhecia de muito antes. Voltamos a nos encontrar no movimento universitário, na JUC, sobretudo nas reuniões em torno daquele velho debate sobre o famoso ideal histórico e a consciência histórica. Nesses debates da JUC, o padre Vaz era assim um elemento de grande evidência, meio vedete da estudantada católica que começava a discutir marxismo. E Vaz tentava dar uma ordenada naquela perspectiva marxista que estava sendo assimilada das formas as mais diversas.

Nesse período, a minha situação dentro da Companhia de Jesus estava numa crise de cão. O nosso grupo tinha conseguido ser uma exceção no que dizia respeito à trajetória normal dos seminaristas, que era a de fazer o Curso de Filosofia e, em seguida, fazer um estágio como professor num dos colégios da Ordem. Aí então é que se fazia a Teologia e depois vinha a ordenação, etc. Nós estávamos contestando o estágio como professor, considerando a própria orientação que vinha de Roma no sentido de direcionar os esforços da Companhia para os trabalhos com Sindicalismo e Cooperativismo. Fui então estudar Sociologia e os colegas escolheram outras alternativas.

Todos em busca de uma outra formação além da de Filósofo e Teólogo. Mas a nossa contestação não foi assimilada com tranqüilidade e a crise dentro da Ordem foi caminhando até janeiro de 64 quando eu, definitivamente, não saí mas fui expulso da Companhia. Na verdade, eu não tinha a intenção de abandonar a Companhia. Estava a fim de prosseguir na minha vocação sacerdotal.

Fazendo o Curso de Sociologia na PUC, fui ampliando as minhas relações com o pessoal do Nacional de JUC, do qual Osmar fazia parte. E no início de 1964, a convite do MEB, participei de um Encontro do MEB em Aracaju. O conhecimento que tive com D. Távora, nesse Encontro, foi muito importante. D. Távora me abriu a possibilidade de continuar na perspectiva de me ordenar. Isso estreitou as nossas relações.

A aproximação com o MEB foi crescendo cada vez mais até que, mais ou menos em maio de 64, fui admitido no MEB. Um MEB que já tinha história. Minha expectativa ao entrar na Equipe Nacional era dar uma contribuição do ponto de vista filosófico. Mas eu entrei num momento de crise brutal, "quente": o do Golpe de 64.

O MEB representava duas coisas para mim: uma afinidade política com a linha do Movimento e, portanto, um engajamento no processo de mudança; e uma forma de sobreviver enquanto eu não resolvia o problema de continuar ou não a minha trajetória de formação sacerdotal. Comecei a trabalhar e aí conheci o MEB de perto. Houve imediatamente algumas reuniões nacionais, onde eu conheci o pessoal dos Estados. Nessa época o MEB já estava sob pressão. Vera, Osmar e Marina estavam respondendo inquéritos e iam a diversos tipos de interrogatórios policiais e militares. Discutia-se muito o problema da verba: se o MEC ia ou não aprovar a dotação; se o convênio seria ou não rompido; se as Equipes Locais fechavam ou não.

Essa é a minha história no MEB. Cheguei num MEB que já tinha vivido uma experiência e que, no momento, estava se enfrentando com uma problemática que já não era mais a mesma dos seus primeiros anos. Era uma problemática de como se manter e como continuar. Acho que essa é a história de 64 para frente.

II

O que fez de nós um movimento?

ROBERTO — Luminosa foi a decisão de se ter uma estrutura nacional. Se não fosse isso, simplesmente o MEB não teria existido como Movimento e não teria sido o que foi. A estrutura nacional deu aos Sistemas a sua necessária independência e, ao mesmo tempo, permitiu que eles se conhecessem. Permitiu, por exemplo, que Goiás conhecesse a Bahia, que Pernambuco conhecesse Sergipe, etc.

Essa movimentação, os treinamentos, a capacitação permanente e a unidade nacional, acho que foram peças fundamentais na construção do Movimento.

ZEZÉ — Eu acho que nós chegamos a ser Movimento, não tanto porque existisse uma estrutura nacional, e sim porque havia uma inspiração comum. Desde o começo houve uma circulação de riquezas, uma troca de experiências a nível nacional, dando margem, assim, a esse impulso coletivo que foi construindo o Movimento.

VERA — Nós, do Nacional, promovemos deliberadamente essa circulação e esse conhecimento mútuo. Isso se deveu muito à flexibilidade com que eram administradas as verbas, de modo a possibilitar que as Equipes Estaduais se visitassem, que os Sistemas se conhecessem entre si, que houvesse um intercâmbio de publicações e documentos divulgando a experiência de cada um. **Se havia alguma modificação maior, num Sistema, uma descoberta importante, um tra-**

balho que estava dando certo, fazia-se um esforço enorme para que todos tomassem conhecimento. Por exemplo: ia Maria Alice, de Goiás, para ver o trabalho do Nordeste e, depois, passava aquela experiência para os outros; e assim por diante.

NAZIRA — Para nós, do Rio Grande do Norte, a questão de ser e não ser Nacional era extremamente dolorosa. Nós éramos um grupo que já se sabia parte de um movimento nacional e, ao mesmo tempo, não podíamos nos afirmar como tal. Vivíamos um grande dilema: permanecendo isolados, éramos uma “paróquia” limitada e precária; mas se insistíssemos demasiadamente na ligação com o Nacional, poderíamos prejudicar o MEB como um todo. É que o nosso bispo tinha uma grande resistência ao Nacional e dispunha de poder para interferir junto ao CDN. Esse era o grande drama de Natal.

Agora, para mim, existiu um fato essencial para que o MEB chegasse a ser Movimento: foi a qualidade da sua comunicação com o trabalhador rural. O Movimento existia a partir da base. Nós sacamos aí que éramos meninos diante daqueles trabalhadores que tinham dentro de si um conhecimento da realidade e a capacidade de transformá-la. Acho que movimento no MEB significou primeiro esse caminho para perceber isso. É a partir daí que o Movimento se dinamiza. O fato também de serem várias Equipes atuando em várias áreas deste país deu a amplitude nacional do Movimento.

AÍDA — Era Movimento também no sentido de aceitar que as pessoas se moviam, se transformavam. A gente ia fazendo uma mudança que, às vezes, implicava em rever toda a perspectiva de trabalho, por exemplo. **Andando, a gente ia construindo uma direção.** Nós não estávamos nunca no mesmo lugar. E quando os monitores andavam, andávamos nós também. A possibilidade de transformação permanente nos impulsionava.

LUCINHA — Eu acho que o fundamental era essa permanente mudança. Para mim, isso caracterizava o Movimento. **Nada era dogma. Então as propostas iam, vinham, e a gente as refazia.**

RUTE — Como eu entrei no MEB e na JUC ao mesmo tempo, tive oportunidade de confrontar esses dois movimentos. Nos fins de semana, eu ia para as reuniões de JUC e, durante a semana, viajava pelos canais. E esse fato de estar participando do MEB fazia eu me sentir diferente dos companheiros de JUC; muitas vezes eu falava: “Gente, espera aí, no campo é diferente”. Uma sensação de que lá

no campo as coisas estavam situadas em torno de preocupações muito concretas, enquanto que nós, de JUC, realizávamos uma reflexão que me parecia abstrata.

NAZIRA — Quando nós fomos para o interior mesmo, vimos que a situação era mais injusta do que pensávamos. A realidade era muito mais drástica, muito mais absurda. A gente enxergava o mundo a partir da universidade, da JUC, da JEC, mas daí à convivência com o concreto vai uma distância.

MARIA ALICE — Segundo os nossos depoimentos aqui, **todo mundo chegou ao MEB sem saber exatamente o que era, para que era, e estava em aberto para o que poderia ser.** Não se trazia nada pronto na cabeça a não ser essas referências que nós sempre tivemos. O resto foi se formando. A gente chegou sensível a tudo o que fosse aparecendo. Foi vendo, identificando, analisando e, por esse caminho, construindo o Movimento.

VERA — **Se não tivesse havido essa sensibilidade e essa permeabilidade na estrutura do MEB, ele não teria sido Movimento.** Uma das grandes características foi essa permeabilidade. Como ninguém era dono da verdade, você estava disposto a escutar. Nós nos perguntávamos, por exemplo: como fazer os treinamentos de monitores? Aí os monitores davam umas indicações e essas indicações passavam a inspirar também os treinamentos de supervisores e vice-versa. E isso ia até o Nacional. Íamos em frente fazendo uma aferição dentro da realidade e, assim, reajustávamos as propostas, passo a passo. Essa era uma dinâmica muito importante.

RUTH — Minha gente, o aspecto da unidade nacional também contava. **Na verdade, tratava-se de uma unidade diversificada.** Cada um tinha liberdade para criar e adaptar o trabalho às necessidades locais. Mas se havia algo que era central, funcionava como um eixo: por exemplo, a participação dos monitores e das comunidades nos destinos do Movimento. Então o trabalho ao nível local se mantinha vinculado a esse eixo.

ROBERTO — Pode-se observar que, no MEB, havia uma base de aglutinação muito importante, que era o fato da gente ser cristão. Todo mundo vinha de Ação Católica ou de alguma obra de Igreja. **Nesse universo em que o limite máximo, enquanto ideologia, foi a AP, e o mínimo foi a Ação Social da Igreja, a gente se encontrava.**

Havia um fundo religioso. Um religioso não clerical, evidentemente. Nós tínhamos uma intenção leiga muito deliberada, mas não me lembro de ter havido no MEB algum ateu comunista.

MARIA ALICE — Comunista não, mas pessoas bem desligadas da religião, havia.

RUTE — E de toda forma, nas contendas com os comunistas de Recife, eu não me lembro de ter sido colocada qualquer posição tipo “comunismo versus cristianismo”.

NAZIRA — Nós tínhamos uma palavra que era chave: a construção de uma nova sociedade. Essa era a mobilização fundamental do trabalho. Era a luta por um mundo onde todos pudessem viver como filhos de Deus.

ROBERTO — Além da permeabilidade, existia nas Equipes um certo grau de permissividade. Eu explico. A permeabilidade se dava no sentido vertical: MEB-Povo, Povo-MEB. E a permissividade era no sentido horizontal. Era o grau de interferência e colaboração dos quadros do MEB no trabalho, independentemente da sua localização na estrutura do Movimento. Os motoristas, por exemplo, tinham uma voz importantíssima. Ao mesmo tempo, você podia perfeitamente conversar com uma pessoa do Nacional, dar sua opinião, e tinha a certeza de ser ouvido. Podia ser a maior bobagem, podia até não ser importante no contexto, mas era ouvido. Você tinha acesso, nós não funcionávamos como nas instituições onde se tem que passar pelos escalões regulamentares. A crítica era permitida, às claras, em todos os níveis; dispensavam-se os subterfúgios.

FELÍCIA — Era exatamente uma democracia, um funcionamento democrático da entidade enquanto Movimento.

MARLIETE — A permeabilidade fez do MEB um Movimento muito forte. Nas Equipes Locais, a gente se aproximou mais do homem do campo, talvez por nossas raízes rurais. Mas não fazíamos o trabalho para o povo. Havia um esforço muito grande para ser uma coisa só: nós mesmos e o povo. A gente caminhou, caminhou até querendo que a Equipe fosse o próprio povo. Tanto que no nosso caso, por exemplo, tivemos um monitor que foi ex-aluno e que depois inte-

grou a Equipe. Em qualquer reunião, ele falava muito melhor do que nós. Então o Movimento se desenvolveu muito nessa base de cada vez mais a gente se identificar com o povo. Quer dizer, as diretrizes do MEB talvez fossem o fermento. Mas a massa mesmo, éramos todos nós: a Equipe, o monitor, todo mundo.

RUTE — Nessa linha, eu me lembrei aqui de um monitor que se chamava José Hilário. Era um filósofo, uma pessoa fantástica. Apesar de ter uma leitura mínima, me lembro que ele fazia “scripts” no caderno e guardava. A gente curtiá demais ir à casa de José Hilário ouvir o que ele pensava do mundo, como ele via a Escola, o aprender a ler e escrever, etc.

IZA — Estou lembrando da conversa que tive com um ex-monitor, na véspera de vir para cá. Ele disse: “Antes de ser monitor do MEB, eu tinha começado a fazer um trabalho na Igreja porque sentia necessidade de fazer alguma coisa. Mas comecei a perceber que o negócio era muito mais amplo e que aquele trabalho da Igreja estava prendendo a minha liberdade. No MEB, eu vi que trabalho cristão não tem nada a ver com o controle da nossa liberdade”.

MARIA JOSÉ — Na verdade, eu nunca tinha me defrontado com aquela sabedoria que nós começamos a descobrir no campo. De repente, vinha um lavrador que coçava a cabeça e dizia assim: “Estou cansado de ser sombra dos outros...” Aí a gente se punha a pensar no significado daquelas palavras e no sentimento profundo que elas expressavam; na verdade eu nunca tinha me alertado para isso.

NAZIRA — Nós tínhamos uma fonte comum de abastecimento. Essa fonte estava lá no campo. Lembro de um dos primeiros treinamentos em que colaborei, no qual os trabalhadores foram também fazendo as suas descobertas. Eles descobriram que estavam inseridos num movimento maior. Aquilo que eles estavam fazendo em Serra Malhada, outros estavam fazendo o mesmo em Sergipe, outros no Maranhão, etc. E ainda mais, outros fazendo o mesmo em termos de Brasil e América Latina. Eles diziam: “Nazira, não deu para dormir. A gente descobriu que é gente, que é trabalhador e que tem muito trabalho numa luta só”. Isso era a realimentação na base, a realimentação entre nós.

ZEZÉ — Vale muito lembrar que nós fomos isso aí mas não começou assim. Foi uma evolução. No começo, íamos muito para levar,

para dar. A descoberta de que precisávamos aprender foi uma das aquisições feitas ao longo da história. Esse caminho, eu diria, foi feito muito devagar e talvez tenha sido essa uma das maturidades do Movimento. Não sei por quais circunstâncias, mas o fato é que soubemos ir dando esses passos devagar e em conjunto.

Na possibilidade de intercâmbio que o Nacional, muito inteligentemente, nos proporcionava, a gente podia observar a diferença entre as Equipes. Havia Estados em que era mais característico tal ou qual posição; outros já tinham avançado mais com outras características. Mas nunca houve uma disparidade muito grande no Movimento, em nenhum momento. Mesmo numa experiência como a de Pernambuco, por exemplo, que sempre foi muito marcante, o pessoal soube ter um ritmo que garantiu essa unidade.

Quando realizamos o célebre Encontro Nacional de 62, viveu-se um grande momento de definições comuns em função de coisas que já vinham sendo fermentadas em diferentes grupos, apesar de nem todos estarem no mesmo nível ao mesmo tempo. Isso foi importante no caminhar: o saber respeitar o compasso do conjunto, sem haver cições ou imposições.

RITA — Um dado que contribuiu para essa unidade foi a escolha das pessoas. Foi muito importante descobrir pessoas que pareciam estar esperando justamente essa ocasião, esse convite. Isso se viu em todos os depoimentos. As pessoas foram apanhadas no pique, numa explosão de disponibilidade, se preparando para um tipo de trabalho como esse.

Um negócio difícil de explicar era, por exemplo, como você se lançava no trabalho: não tinha sábado nem domingo. Era a disponibilidade total. Você estava de tal maneira mobilizado que até seu plano financeiro individual ficava também comprometido. Hoje me pergunto: o que teria sido responsável por isso? O que determinou isso?

MARIA ALICE — Eu vou falar sobre uma mística que envolveu o nosso trabalho. Essa mística marcou o Movimento de tal forma que é como Rita diz: trabalhávamos no MEB dia e noite, sem lanche, sem nada; a gente comia com o nosso dinheiro e, nas viagens, ficava até sem comer, porque falta de dinheiro sempre houve durante todo o tempo que passamos no MEB.

Eu nunca ouvi falar em outro Movimento que, vinte anos depois de ter acabado, num toque de clarim, convoque o Brasil inteiro. Cada um de nós, atualmente com vivências diferentes, ouviu esse sinal, e correu para se reencontrar neste seminário. E estamos aqui, discu-

tindo com a mesma emoção como se o MEB tivesse acabado ontem. O que foi que o MEB significou para nós que até hoje ele não morreu? A Equipe de Goiás, por exemplo, por conta da preparação para este seminário, reuniu-se. E dez minutos depois de iniciada a reunião, já estávamos “quebrando o maior pau”. Marcamos outra reunião para resolver coisas de um Movimento que tinha acabado há vinte anos! Afinal de contas, o que é que fez o MEB? O que criou esse clima?

AÍDA — Havia um denominador comum nos quadros do MEB. Como que uma linguagem preexistente. Isso facilitou muito a discussão entre nós, mesmo a discussão inicial. As mesmas preocupações já circulavam, o mesmo estilo de sensibilidade, e um certo fundamento ético compartilhado. É claro que isso não ocorria em termos absolutos, mas havia um parentesco dominante que permitiu a dinamização dessa corrente.

Para essa dinamização, houve elementos importantes. Por exemplo, tudo que era da ordem das técnicas e dos métodos de trabalho nas nossas reuniões, tinha uma marca que podia ser sentida assim: aquilo que você não disser, você está negando aos outros e ninguém pode dizer no seu lugar. A expectativa era a de que cada um tinha uma contribuição diferente a dar e que era importante para o geral. A nossa timidez ficava extremamente cutucada, cada um se sentia levado em conta. Uns mais falantes, outros menos, mas todos presentes, participantes e valorizados.

Outro elemento era a solidariedade, a colaboração no trabalho. Nunca se sabia quando um trabalho era de uma pessoa ou de outra, e isso não tinha importância. Quantos relatórios eu comecei, Lucinha terminou ou Hermano¹ pegou outro pedaço? Não tinha dono. O trabalho era marcado por um sentido do coletivo e era sempre o resultado do rendimento de uma Equipe. Não havia aquele tipo de reação: “o relatório que Fulano fez é péssimo”. Se alguém fazia uma aula ruim, ela ia para o ar; era a aula que aquela pessoa foi capaz de fazer. Lembro que nas supervisões às Equipes Locais encontrávamos uns trabalhos melhores, outros piores, muitas vezes dentro da mesma Equipe; cada um fazia o que era capaz. Ao mesmo tempo, a partir do seu trabalho, as pessoas eram envolvidas numa discussão, num processo onde cada um ia melhorando, descobrindo, refazendo. Cada Equipe era muito a expressão da cultura local.

MARIA JOSÉ — Caminhávamos juntos sem ninguém ficar com a bola. A liberdade de criar também caracterizou o Movimento. Cada

1. Hermano Machado Lima, da Equipe Estadual de Pernambuco.

hora descobríamos uma coisa nova. Quantas vezes uma gravação já estava pronta e, de repente, analisávamos o que estava escrito e fazíamos uma coisa completamente diferente?

NAZIRA — É bonito demais! Deixa eu falar disso aí. **Todo mundo estava aberto para o que havia no outro de bom, de melhor, de criativo.** Diferente do nosso mundo intelectual. Nesse mundo, por exemplo, você fala umas duzentas coisas interessantes e a duzentos e uma é fraca. Eles pegam a duzentos e uma e liquidam com o sujeito.

Entre nós não existia nada disso. Ninguém estava a fim de destacar o lado fraco do outro. O importante era ver, a partir daí, se você podia levar a bola um pouquinho para frente. Ou, se não estava de acordo, refazia junto com o outro.

VERA — Acho que um dos alicerces da construção do MEB foi a idéia da aprendizagem na troca. **Outro elemento foi o respeito à pessoa. Não um respeito teórico, mas um respeito real.**

Dentro dessa dinâmica da aprendizagem na troca, do respeito mútuo, e com o enorme querer bem que nos ligava e que inclusive sobreviveu ao Movimento, é que as decisões eram tomadas. E no MEB havia que se tomar decisões em prazos muito limitados em vista da rapidez com que as coisas aconteciam. **Decidir e tomar providências com urgência faziam parte da rotina.**

Tínhamos, além disso, o hábito da revisão permanente e a preocupação com o estudo, que era para ver se na próxima ocasião a gente errava menos.

ZEZÉ — Aqui vale um lembrete: não vamos ficar olhando para trás e só idealizando. Vamos nos lembrar também das divisões e das diferenças que havia, não só de Equipe para Equipe, mas dentro das próprias Equipes. **Nem tudo são flores... Havia posições mais resistentes, ingenuidades mais acentuadas, ousadias mais acentuadas.** Essa era a nossa realidade e ela foi sendo trabalhada por nós. Isso significa que não havia um fechamento, um modelo rígido. Mas o compasso de cada um era diferente, seja das Equipes, seja das pessoas dentro de cada Equipe.

Agora, recuperando a colocação de Roberto, é bom reafirmar que nós tínhamos uma referência comum. A referência histórica nossa, parece que na maioria absoluta, era a de cristão, de "cristão novo" se a gente puder usar essa expressão. Como Vera lembrou, as nossas referências eram: Mounier, Lebret, Teilhard de Chardin, etc. Eu me

pergunto: isso não está um pouco na raiz dessa unidade que a gente criou e desses valores todos que a gente tem lembrado? Por exemplo, a bagagem que eu trazia da Ação Católica era o engajamento social, as minhas motivações, os métodos de trabalho, as atitudes com as pessoas, etc. Nós transferimos isso tudinho para o MEB. No recrutamento das pessoas, como lembrou Rita, quem a gente ia buscar? Era, eminentemente, o pessoal que tinha vindo de uma experiência comum. **O que não quer dizer que, depois, as diversidades não tenham surgido. Isto porque um outro tipo de referência já começava a se fortalecer dentro de nós.** Era uma referência mais explicitamente política, com uma dimensão de engajamento em grupos políticos, partidos, etc. Não era mais só uma questão de ingênuos ou ousados. Já se tratava de uma distinção de posições muito mais explícitas. Tanto é assim que, na convivência com outros grupos políticos, a diversificação de posições dentro do MEB começou a se multiplicar.

A verdade é que se o MEB tivesse nascido cinco anos depois, a nossa unidade não seria a mesma. Acho que, historicamente, essa é a nossa trajetória.

RUTE — Perceber qual era o tempero do MEB é uma coisa que, pelo menos para mim, é fácil. Fica mais evidente na medida em que, saindo do MEB, eu entrei num outro mundo de trabalho. Nunca mais vivi aquelas coisas que a gente viveu no MEB como grupo: essa de não esconder o trabalho e de trocar efetivamente a experiência.

FELÍCIA — Naquele contexto, a gente sentia as coisas dessa forma, sem a ganância de guardar para si. Acreditávamos numa mudança que era o processo revolucionário que o País estava vivendo, e que era uma mudança muito maior do que a gente. Isso tomava todo mundo. **A nossa preocupação principal não era a de ganhar dinheiro nem a de exercer uma profissão, e sim a de participar dessa mudança.** Hoje eu tenho a impressão de que falta alguma coisa. É como se faltasse exatamente acreditar que este país pode mudar.

NAZIRA — Nós estávamos ligados num objetivo que nos era muito caro, um objetivo revolucionário. Só de olhar o ambiente dessa sociedade que era injusta, desumana, a gente se mobilizava. A questão era colocada em termos de Brasil e jogava-se muito alto nisso. Então a timidez, a vaidade, o orgulho, estavam também indo para o brejo porque o que contava era o objetivo revolucionário. Esse era o segredo da história, o segredo do Movimento.

MARIA ALICE — Não estou concordando. **O segredo não era o objetivo porque eu me pergunto o que é que fazia com que esse objetivo fosse tão importante para nós?** Quase todo mundo era de classe média

ou de média para cima. Por que então essa mudança motivava tanto a gente? O principal não eram os objetivos, era alguma coisa a mais que nos vinculava àqueles que seriam os mais beneficiados com a mudança.

ZEZÉ — Eu queria insistir no papel dos treinamentos. Essa atividade era sustentada por uma organização, e uma organização que era levada muito seriamente. No que a gente se organiza em Equipe Nacional, Equipes Estaduais, Equipes Locais, monitores e vários veículos de comunicação, de baixo para cima e de cima para baixo, isso permitia a circulação da vida do Movimento. Mas onde isso se dava com maior peso e de modo mais sistemático, era nos treinamentos. **Os treinamentos tinham um papel fundamental nessa alimentação, nesse fluir da seiva que mantinha a vida do Movimento. E isso era levado com muita seriedade.**

Dentro disso, eu volto a lembrar o que já chamei de caráter profissional do Movimento. Por exemplo: a busca constante do método. Estávamos sempre buscando. Já que nós estávamos trabalhando, tínhamos que chutar o mínimo. Procurava-se criar com fundamentação, ampliando as idéias. Estudava-se, ouviam-se coisas novas, discutia-se com outras pessoas, e isso tudo de modo organizado. Organizado através das Coordenações, das Equipes e dos treinamentos. Os treinamentos não eram só os iniciais, mas também os de realimentação, de avaliação, os específicos, etc.

Eu estou dizendo isso porque, se ficarmos só na ênfase da mística, dos ideais da revolução e do próprio momento histórico, podemos esquecer que, naquele e em outros movimentos, existiu uma porção de outros grupos que não tiveram as mesmas condições de manutenção e de realimentação que nós tivemos. **A gente teve, vamos dizer, o privilégio de participar de uma estrutura que teve condições de se concretizar materialmente.** Essas condições, incluindo aí recursos financeiros, é que possibilitaram essa dinâmica toda e essa comunicação entre todos os níveis do Movimento. Isso foi muito a chave do processo.

AÍDA — Essa organização nunca se emaranhou na desgraça da burocracia e, por decorrência, a gente teve muito mais espaço para trabalho, discussão, criação e produção.

ROBERTO — É interessante observar que, em muitos lugares, fazer relatórios é a atividade mais importante. No MEB não era assim. No máximo, fazíamos relatório da visita às áreas e de supervisão. **Quando o relatório passa a ser a coisa mais importante, é porque a criatividade foi para o brejo.**

MARIA ALICE — Além dessa pouca necessidade de burocracia, que ajudava, tínhamos muita independência dentro da organização. O Nacional não mandava um programa para ser cumprido, não existia essa de cumprir programa. Muitas vezes, o Nacional só vinha a saber de uma atividade que nós estávamos realizando, seis meses depois. No caso dos Encontros das Comunidades Rurais de Goiás, por exemplo, a gente ia voando de vento em popa e ninguém sabia. **Ninguém pode imaginar como essa independência ajudou a nossa criatividade.**

ROBERTO — Autonomia para fazer e criar.

LUCINHA — O Encontro de Motoristas que houve em Pernambuco, nós fizemos e depois informamos. Era uma boa política.

VERA — O fato de não se ter uma rubrica toda especificada, amarrada, dava a vocês a liberdade de usar a cabeça para distribuir os recursos segundo a necessidade e a criatividade. Ninguém duvidava de que os recursos estavam subordinados a um processo de trabalho.

ROBERTO — Nem os salários eram fechados. A gente se baseava muito nas necessidades de cada um: aquele ali casou-se, precisa ganhar mais; o outro era solteiro, morava na casa dos pais, podia ganhar menos um pouquinho. Mas eu acho que o aspecto da juventude conta muito. Hoje, por exemplo, eu acho que a gente não tem a cabeça de vinte anos atrás com toda aquela disponibilidade.

VERA — Sabe, Roberto, você tem hoje a idade que eu tinha naquela época. Sendo preciso, tenho certeza que você começaria tudo de novo.

RUTE — Uma coisa que eu lamento é que nós não chegamos a registrar a nossa experiência. Não temos o registro de como foi construída uma pedagogia a partir da prática. Há muito pouco documento sobre as nossas elaborações.

Se a gente tivesse parado para escrever, para registrar essa prática... Mas talvez só tenha sido possível viver a dinâmica do Movimento.

VERA — Acontece que, nos idos de 64, eu estava começando a estudar documentação justo porque achava que, no MEB, fazia falta o

registro de todas essas experiências. Comecei a estudar documentação, cheguei a comprar uma ruma de livros e lembro até de ter levantado o problema com a Equipe de Pernambuco. **Nesse sentido fomos começar mais um processo, mas 64 castrou a gente.**

BACCHETTO — Eu não saberia dizer, no ângulo estritamente pessoal, o que fez de nós um Movimento. Sou capaz de recordar como descobri um movimento no MEB. Entrei no Movimento em 64, no Nacional, e aí eu tinha um pressuposto intelectual mas não tinha a vivência do Movimento. Em março de 65, por força da própria repressão e das crises entre o Nacional e os Estaduais, passei a visitar os Estados. Foi aí que comecei a descobrir as características de movimento no MEB. Lembro bem que isso se deu em dois momentos específicos.

Primeiro, foi uma viagem ao Recife que durou uns dez dias. Alguém do Nacional devia ir lá porque o Recife estava sempre em crise, sempre em luta, sempre contestando; e o Nacional tinha os seus cuidados a tomar porque, em função do conjunto, precisava sofrer um pouco os ímpetos desses ou daqueles. Recife era um pólo de contestação e, ao mesmo tempo, de renovação e de recriação do Movimento. Eu tenho a impressão que essa minha viagem me deu a primeira dimensão do Movimento existente. **Um Movimento que eu não vi construir mas que já existia.** Para mim isso foi um fator de distinção entre os Estaduais e o Nacional. No Nacional da época, discutia-se convênios, Exército, dinheiro, posição dos bispos, apreensão da Cartilha, produção de uma nova cartilha que, dadas as circunstâncias, cuidava-se para que fosse mais contida do ponto de vista ideológico. Nos Estaduais eram outras as preocupações.

Em Pernambuco, onde eu esperava um confronto com a Equipe Estadual, isso não aconteceu. Houve um encontro. Isso já me mostrou uma face do Movimento. Na Equipe Local de Recife, aprendi o que era um Sistema de Rádio-Educativo e o que era a base do MEB. **Tenho absoluta certeza que voltei de Recife diferente do que fui.** Ali eu vi o que era um comprometimento.

O segundo momento foi a viagem com Ruth Vieira, no interior da Bahia, para localizar e recuperar rádios e cartilhas apreendidos pela repressão, bem como para localizar os monitores que haviam sido presos e lhes dar assistência. Éramos portadores de uma carta do II Exército que nos credenciava para ir às Delegacias e aos locais onde tinham sido presos os monitores e onde havia sido apreendido o material do MEB. **Nessa viagem eu também me dei conta do que era a rede do Movimento.** O que eu vi no interior da Bahia era um processo de comprometimento, de participação popular onde quase não havia distinção entre quem eram os monitores, os alunos

e as nossas Equipes. **E isso foi justamente o que a repressão quis atingir, porque era uma coisa viva.**

Outra experiência que demonstrava nitidamente a existência do Movimento era o processo de catalisação de pessoas e grupos em torno das idéias e das propostas fundamentais do MEB. A gente pode dizer que o MEB emergiu por conta dos treinamentos e da filosofia que embasava a ação; mas eu acho que ele existiu como fruto do contato que as Equipes Estaduais e Locais mantiveram com a população. Fui constatar isso depois de concretizado, não vivi a experiência.

Acredito que tudo isso se fez com uma forte motivação de raiz religiosa cuja perspectiva foi se enriquecendo e ampliando ao longo do processo de trabalho e do contato com as populações rurais. Efetivamente, o MEB se transformou em função da própria experiência vivida e da metodologia de atuação. A perspectiva de salvar o semelhante através da mensagem foi se tornando relativa; e foi sendo construída uma perspectiva de que a salvação era social e coletiva.

Não tenho dúvida de que a minha atuação no Nacional mudou a partir dessas experiências. Passei a contar com elementos que demonstravam que a perspectiva proselitista que a maioria do CDN queria dar ao MEB após o Golpe não correspondia à realidade do Movimento.

As pressões que se impuseram depois do Golpe foram de natureza a descaracterizar o Movimento. Vera e Osmar resistiram até onde puderam. Muitos do Nacional foram para a Europa e eu tinha a impressão de que a perspectiva de transformação, de luta pela mudança, já não poderia sobreviver. A tendência era a de configurar o MEB enquanto um mero movimento catequético.

Na medida em que vi a destruição do que existia, as concessões feitas para conseguir verbas, as intervenções e propostas da hierarquia, eu perdi o elã.

III

Como o MEB funcionava e o que produziu

a) Estrutura

ROBERTO — O que eu sei sobre a estrutura do MEB é o seguinte: a CNBB nomeava o CDN; o Presidente do CDN era, ao mesmo tempo, o Presidente do MEB. Havia a Secretária Geral, a Equipe Técnica Nacional, os Estaduais, as Equipes Locais, monitores e alunos. Mas quem escolhia a Secretária Geral? Como era o processo de constituição da Equipe Técnica Nacional?

VERA — D. Távora foi o primeiro Presidente do MEB e escolheu Marina como Secretária Geral. Os Coordenadores de Equipe Técnica Nacional também eram escolhidos pelo CDN mas tinham liberdade para compor a Equipe. Aí não havia nomeação.

AÍDA — As Equipes Estaduais foram formadas de diversas maneiras. As primeiras Equipes tiveram muito a ver com a interferência de D. Távora ou dos bispos locais. Depois disso já começou a ser uma tarefa exercida diretamente pela Equipe Nacional.

VERA — Normalmente, no primeiro treinamento para a escolha de uma Equipe Estadual, havia um sociograma. Com esse sociograma,

analisávamos as incidências: Fulano, Beltrano, Sicrano têm mais incidências. Então íamos conversar com os mais escolhidos para ver se aceitavam compor a Equipe. Depois voltávamos ao plenário e o plenário confirmava ou não as indicações.

ROBERTO — A indicação da Equipe Estadual de Minas foi mais ou menos assim. Houve um treinamento e aí foram escolhidos os integrantes da Equipe. Mas a escolha de Paulinho Tavares como coordenador da Equipe foi feita pelos próprios colegas.

Na maioria dos Sistemas Locais também se passava assim. Acho que o mais normal era uma escolha democrática.

NAZIRA — Em relação ao monitor, ele era escolhido pela comunidade. E todo mundo sabia que se tratava de um trabalho diário e não remunerado.

AÍDA — A composição de uma Equipe Estadual ou Local passava também por outros caminhos. Por exemplo, a Equipe de Recife tinha um grupo de origem, e esse grupo chamava outras pessoas do seu próprio relacionamento para a Equipe. As pessoas iam chegando e estagiando, não tinham que esperar por um treinamento. Lá pelas tantas é que participavam de um treinamento ou de um encontro.

ROBERTO — Se o treinamento não ocorresse, isso não era impedimento à entrada das pessoas. O treinamento não era o único caminho para a admissão de novos.

NAZIRA — E houve uma novidade ótima que foi quando o pessoal administrativo também começou a participar dos trabalhos educativos. Lembro de Ormy¹, secretária do Nacional, rodando pelo mundo e descobrindo tudo com os olhos deste tamanho! Ela disse que o seu trabalho tomou um sentido enorme depois disso.

VERA — Um outro aspecto a lembrar é que a estrutura legal do MEB permitiu o estabelecimento de convênios com entidades diversas, fossem de âmbito nacional, estadual e municipal. Nos quadros do MEB existia, portanto, muita gente colocada à disposição do Movimento e recebendo pela sua repartição de origem.

1. Ormy Rangel Glordani.

MARIA ALICE — Eu acho importante falar que, mesmo existindo uma hierarquia no MEB, para nós não havia uma autoridade senão a da hierarquia da Igreja. Entre Equipe Nacional, Estadual e Local, era tudo muito igual. Embora houvesse um certo respeito pela Equipe Nacional, não era aquela autoridade imposta. **A voz de um valia a mesma coisa que a voz do outro.**

LUCINHA — Eu gostaria de reforçar o que Maria Alice falou. Isso foi tão marcante que até hoje tem um peso na vida da gente.

ROBERTO — Marcou tanto que você tenta criar esse tipo de relação aonde quer que você esteja.

AÍDA — Era, de fato, uma estrutura hierarquizada e não autoritária. **Como conseguimos ser, ao mesmo tempo, uma estrutura centralizada e descentralizada?** Era uma descentralização que permitia a expressão de cada um; em cada lugar o trabalho podia forjar a sua própria identidade. E, ao mesmo tempo, era uma estrutura centralizada. A primeira coisa pedida pela repressão, depois do Golpe, foi a cabeça do MEB: o MEB podia continuar, mas sem a sua instância centralizadora, sem a Equipe Nacional. **A centralização do MEB era incômoda para a repressão; mas, para nós, ela sempre foi usada em termos de serviço.**

MARIA ALICE — A garantia do incrível grau de organização do MEB não era a existência de uma autoridade, e sim essa relação de igual para igual. O Nacional era o Nacional, investido de toda a sua função e contando com o nosso respeito; mas isso nunca atrapalhou a existência das nossas brigas porque a gente se sentia em pé de igualdade. Quer dizer, cada um estava enfiado no seu papel e não existia bagunça. O segredo disso, acho que é democracia.

BACCHETTO — No meu modo de ver, a formação de pessoal para processos de educação popular ocorreu muito mais no MEB do que em outros movimentos da época. Isso foi possível exatamente porque o MEB tinha características de organização: havia processos burocráticos de passagem de verba, de emprego de verba, de dotação orçamentária, etc. Quer dizer, essa base administrativa, orgânica, é que respaldou a postura profissional dos quadros do MEB. E o sucesso desse aspecto mais administrativo e organizativo do Movimento deve-se a Marina, porque nada toma consistência a não ser a partir das próprias pessoas.

ZEZÉ — Até aqui, o que foi dito é bastante real. Mas nós exaltamos somente o lado bom e gostoso. Ora, algumas críticas estão aí bem frescas na nossa memória. Acho que deveríamos abrir um espaço para elas.

MARIA JOSÉ — A propósito, houve um momento no MEB em que o Nacional criou uma Equipe de Estudos. Acontece que até então, lá em Sergipe, o que a gente estudava era tirado da prática, do povo. E, a partir da criação dessa Equipe, o Nacional passou a organizar um material de estudo e enviar para os Sistemas. Parece que, nessa ocasião, o MEB começou a inverter o processo: o que tinha mais importância já não era aquilo que vinha das Equipes para o Nacional, mas aquilo que ia do Nacional para as Equipes.

Eu me pergunto até onde a gente teria caminhado com aquela teorização da Equipe de Estudos, considerando que ela representava uma quebra em relação ao processo anterior.

LUCINHA — Eu me lembro bem da nossa reação em Recife quando a Equipe Nacional começou a produzir esse tipo de documentos. Nós líamos dizendo assim: “não tem nada com a gente”. E botava dentro da estante. Líamos quase que como obrigação. Era uma linguagem completamente diferente, fora de tudo o que nós estávamos fazendo.

VERA — De fato, para mim foi uma fase difficilima dentro do MEB.

AÍDA — A minha lembrança dessa produção intelectual do MEB, quando ela foi inaugurada, é muito uma lembrança de “quebra”. Não que renegássemos uma discussão teórica, a apreensão de uma série de princípios e categorias coerentes, lógicas e elucidativas. Porque isso já vinha ocorrendo e nós íamos para essas discussões muito desarmados. Eu digo que isso ajudava a nossa reflexão. Quando, nos grandes encontros, por exemplo, havia uma parte teórica, a gente quebrava a cabeça, revia posições e isso rendia para o trabalho. Eu saía desses encontros com a visão mais alargada. Mas aquilo tudo, nós fazíamos em conjunto: discutíamos as colocações, os enfoques, os dados. Eram documentos estudados em círculos de debates, confrontados com a prática e, dessa forma, acabavam bastante enriquecidos. Era alguma coisa empreendida com esforço e em colaboração.

Mas quando o Nacional começou a elaborar uma série de documentos teóricos que vinham para nós como subsídios, aí aquilo já não

tinha nada a ver conosco. Na verdade, não ajudava. A maioria dos documentos, a gente não entendia. A minha sensação era a de que esse material não conseguia fazer parte do processo de reflexão que estava sendo desenvolvido por nós mesmos a partir dos desafios da prática.

RUTE — No momento em que o Nacional tentou fazer a teorização da nossa prática, houve uma desarticulação.

ZEZÉ — É isso mesmo. O problema não era da produção intelectual enquanto tal, e sim do processo dessa produção. Quando ela nascia da prática, das bases, tudo bem. Mas sendo assim, vinda de cima para baixo...

É bom ver como nós vivemos essa questão ao longo da nossa história. Na verdade, começamos muito espontaneístas: a nossa pobreza era a nossa riqueza, a nossa ignorância era a nossa sabedoria, etc. Era um tipo de processo mais intuitivo. E, de repente, surgiu outro processo que, se quisermos botar entre aspas, é o chamado “processo da ciência”. Aí deu-se um conflito entre os dois processos.

A verdade é que, no fundo, nós mesmos estávamos precisando legitimar a nossa proposta e, para tanto, buscávamos uma fundamentação teórica. O problema, então, não foi o fato de existir uma Equipe de Estudos lá num Nacional; não foi só uma questão de enfoque mais intelectual, mais teórico, mais político. O problema é que, no Nacional, supôs-se que a lógica científica é que iria legitimar a nossa proposta. Se continuasse nessa linha, esse seria o caminho da desgraça nossa. Aí eu acho que tem sentido a pergunta da Maria José: se o Golpe não tivesse interrompido o processo, onde iríamos parar? A gente ia conseguir fazer as críticas a esse processo que estávamos começando a viver? Ou o quê?

Eu tenho um exemplo concreto que talvez valha a pena contar, só para a gente não ficar só no discurso. A certa altura, o MEB/Maranhão estava com um trabalho inteiramente diferente porque nós não tínhamos Rádio. Querendo ou não, tivemos de inventar a nossa própria forma de trabalho. A partir de umas inspirações, fomos tentando pôr em prática um conjunto de atividades a que chamamos de Animação Popular. Vera, com a intuição que lhe era peculiar, percebeu que já estava na hora de registrar aquela experiência porque estava todo mundo precisando, querendo. Na verdade, a inspiração principal dessa experiência estava no que Vera tinha visto no Senegal, em termos de Animação Popular. Com essas referências, começamos a trabalhar e saímos inventando, recriando, dentro da própria atuação.

Bom, a certa altura Vera me chamou ao Rio e me fez sentar numa cadeira durante dez, onze horas por dia, para botar no papel o que estava sendo o trabalho no Maranhão, as nossas idéias a respeito e, também, um pouco do que era a inspiração da nossa experiência. Ora, a única intenção desse documento sobre a Animação Popular era exatamente a de registrar essa experiência nova. O documento foi feito, lido por uns e por outros e dado como satisfatório. Mas depois ele foi todo retrabalhado pela Equipe de Estudos que era então responsável pelas publicações do MEB. E de tal forma isso foi feito que, muitos e muitos meses depois, quando o documento foi distribuído nas Equipes — sem autoria, evidentemente — estava totalmente caracterizado.

Isso é um exemplo do que foi a inversão do processo. Uma experiência que vinha da base, uma produção do Movimento que ia servir de reflexão para todo mundo, passou a ser peneirada de acordo com determinadas categorias.

ROBERTO — Eu queria dizer que, na Equipe de Minas Gerais, a gente era muito recente para esse tipo de percepção.

NAZIRA — Dentro da Equipe Nacional, para nós do Rio Grande do Norte, o que contava eram as pessoas que tinham conosco um relacionamento mais direto. Essa crise daí, por exemplo, não nos perturbou a paz; ela chegou ao Rio Grande do Norte em forma de papel.

Devido à nossa história, a existência de um Nacional enquanto estrutura sempre foi o fundamental.

b) Como se criava uma Escola Radiofônica

MARIA JOSÉ — Nos primeiros tempos, lá em Sergipe, quando a gente visitava o interior e se mandava para tudo quanto era de comunidade, de povoado, ia sempre com um padre. Sempre dentro do roteiro do padre porque não era fácil chegar na comunidade assim com um rádio debaixo do braço, dizendo: “Olha, aqui vai ter uma Escola Radiofônica...” Normalmente, o padre já tinha uma catequista, um conhecimento nos lugares que ele visitava.

A nossa conversa inicial era muito assim: “Olha, esse rádio aqui pode ficar com vocês e ele pode ter uma importância muito grande”. E falávamos um pouco sobre a Escola Radiofônica. Sabíamos que quase ninguém tinha rádio na localidade. Então deixávamos o rádio e já marcávamos uma reunião para mais ou menos daí a

uma semana. Nesse segundo encontro é que tratávamos de ver quem poderia ser o monitor. Em geral era quem tinha uma maior disponibilidade, um pouquinho de liderança, um pouquinho de leitura. Na maioria das vezes, o monitor era semi-alfabetizado.

Então tinha todo esse tempo anterior de ir ao campo, de buscar informações, pesquisar a realidade local, etc. Depois é que a gente via se realmente ali cabia uma Escola Radiofônica.

AÍDA — Em Itacuruba, não contávamos com esse apoio inicial de um padre. Lá era uma Rádio do Governo e o Sistema não se baseava numa estrutura diocesana. Começava-se com um levantamento do índice de analfabetismo de cada município. Depois se fazia a coleta dos mapas e dados da região para localizar as áreas de maior densidade demográfica e os caminhos de acesso às mesmas.

Zé Ferreira, que era o motorista, e eu, nos mandávamos para os lugares mais isolados do mundo, onde o pessoal parecia não ter esperança de que aparecesse nada de novo por lá. Era um abandono absoluto: caatinga e serra.

LUCINHA — Naquela época, em Itacuruba, havia lugares em que a população não sabia nem que um carro podia andar de ré.

AÍDA — A gente chegava nos povoados e parecia não haver ninguém. Depois, devagarzinho, as janelas e as portas se abriam, o pessoal ia chegando para perto e começávamos a informar sobre a nossa proposta ali. Era uma conversa longa e desconfiada de parte a parte. Até a proposta era difícil de ser entendida. Descobrir uma pessoa que soubesse ler para desempenhar a função de monitor era difícil. Às vezes não tinha nem opção, porque só havia uma única pessoa com alguma leitura. Eles mesmos diziam: “Ou dona Fulana aceita ou não tem Escola Radiofônica”. Aí a gente pensava: “Seja o que Deus quiser”. A revelação sempre vinha depois do treinamento, na prática do trabalho.

MARLIETE — No caso de Nazaré da Mata, no início, os primeiros monitores foram apontados pelo padre. Depois a radicação de Escolas passou a ser muito mais espontânea. Por exemplo, muitas vezes chegávamos ao engenhos de dia e íamos direto ao local que reunia um número maior de pessoas, que era o corte da cana. Aí os trabalhadores saíam um pouquinho do corte da cana para conversar conosco. A gente falava que queria conversar mais devagar com eles

e que gostaria de saber qual a melhor oportunidade e melhor lugar para isso. **Aí um dizia: "Na casa de Fulano tem lugar. V'ambora".** Nesse segundo encontro, não éramos mais estranhos, já tinha havido um contato com eles no próprio trabalho. Noutros engenhos, escolhíamos o entardecer e fazíamos um encontro no terreiro do barracão. Com o passar do tempo, já eram os antigos monitores que apontavam o Sítio ou lugar onde estava precisando de uma Escola.

A reunião, em geral, era uma festa. Muitas vezes eles traziam candeeiro de carbureto, lanterna de maracatu, de tudo o que fosse, para iluminar a reunião. No início das reuniões todo mundo era muito tímido, quase ninguém falava. Daí a pouco, quando começávamos a perguntar quais as necessidades do lugar e o que eles mais gostariam de fazer, aí começava a participação. Havia momentos em que era tanta gente querendo falar e dizer as coisas, que precisava coordenar um pouco a discussão. Esse era um momento formidável. **Daqueles primeiros contatos, voltávamos realmente refeitas.**

Na seleção dos monitores, quando havia dois ou três candidatos, marcava-se um encontro com eles. **As vezes, por exemplo, havia dez ou doze Escolas a serem radicadas e trinta candidatos a monitor.** Não era fácil.

AÍDA — Podemos observar que as formas de radicação das Escolas Radiofônicas foram mudando no tempo. **No início, na maioria dos lugares, o apoio do padre tinha um peso maior, inclusive na indicação de monitores.** Depois disso foi evoluindo e a interferência da comunidade passou a ser muito determinante.

Agora, o que me impressiona nesse caminho todo é a entrada dos monitores em cena. **Ocorreu uma espécie de apropriação da instituição pelos monitores e, junto com eles, pelas próprias comunidades.** Quer dizer, a nossa primeira disposição era a de levar um serviço: educação, alfabetização; mas o Movimento foi tomando força.

Depois do treinamento inicial, por exemplo, quando a gente voltava numa Escola, lá estava o rádio destacado debaixo de um paninho bordado, limpo, tudo enfeitado. Já não era mais a mesma casa. Mais adiante, aquela Escola Radiofônica passava a ter uma presença mais forte na vida da comunidade, abrindo-se a uma participação coletiva de diversos tipos: desde melhorias na própria Escola até a abertura de estradas, a discussão das condições de trabalho, etc. E tudo isso pedindo mais movimento. A partir daí, dava-se uma comunicação mais sistemática e consistente entre a Equipe e as comunidades.

LUCINHA — De fato, constatamos que muitas Escolas se transformaram num local de encontro e de lazer. **Tendo a aula, o rádio e o lampião, ela passava a ser uma atração como ponto de encontro, conversa, distração.**

AÍDA — Quer dizer, tinha-se oferecido um certo espaço e um espaço muito maior foi sendo tomado, tomado de fora para dentro. Cada vez mais a gente foi sendo encostado na parede para responder a uma diversidade de solicitações. **Tudo muito diferente do que se tinha imaginado inicialmente.**

MARIA ALICE — Dentro disso que você está falando, houve comunidades que trocavam até de atividades. **Algumas não quiseram Escolas Radiofônicas ou não tiveram possibilidade, mas resolveram fazer campanha disso, campanha daquilo, organizar uma farmácia local, etc.** Houve inclusive comunidade que construiu escola para crianças e, depois, essa mesma iniciativa foi lançada para mais setenta comunidades. Ocorria também que, no final de não sei quanto tempo, o pessoal não precisava mais do MEB. E isso era colocado para a gente assim claro. O nosso papel foi o de assessoria.

LUCINHA — Um dos aspectos que, em Pernambuco, interferiu na fase da radicação de Escolas foi o clima de muita inovação e agitação que se estava vivendo na época. Esse tempo corresponde ao período do Governo de Miguel Arraes.

Houve áreas, como a da Diocese de Palmares, em que, apesar do bispo querer o trabalho do MEB, a gente só pôde radicar as Escolas com a permissão do Presidente do Sindicato Rural. Os senhores de engenho e os usineiros já tinham dito ao bispo que não permitiriam o trabalho do MEB nas suas propriedades. **Então, só com o respaldo de um outro tipo de autoridade, no caso, o Sindicato, é que pudemos entrar nos engenhos e fazer as reuniões.**

AÍDA — Mas para chegar até a esse ponto, ocorreu muita coisa antes. O bispo de Palmares procurou D. Távora e os dois vieram conversar com a Equipe Estadual. Eles estavam receosos de infringir o "direito de propriedade" dos usineiros e senhores de engenho. Havia muito receio no ar, nessa época. Mas a gente não arredava o pé do argumento de que as pessoas que moravam nas terras não eram parte da propriedade privada dos senhores. Se as pessoas queriam a Escola e se o dinheiro era do Governo, nós íamos procurar o apoio do Sindicato. O Sindicato de Palmares era dos mais fortes, cobria mais de uma dezena de municípios da Zona da Mata sul.

Na conversa com o Presidente do Sindicato, ele fez mil restrições à atuação da Igreja naquela região e queria saber de onde vinha o dinheiro do MEB. Esse primeiro encontro foi uma conversa cheia de reticências. É que o bispo de Palmares achou por bem nos

fazer acompanhar, nessa conversa, por dois rapazes da Diocese. Depois recebemos um bilhete do Presidente do Sindicato: "Quero outro encontro sozinho, sem os guarda-costas". Aí sim, ele espalhou a conversa e nós também. No final desse segundo encontro, ele disse: "Assim está bom. Têm todo apoio para o trabalho". Foi então que começamos o trabalho de radicação das Escolas. Sem o Sindicato não teríamos nenhuma possibilidade de entrar nas áreas. **A gente entrava nos engenhos acompanhada dos delegados sindicais e dentro do "jeep" do Sindicato.**

MARLIETE — O MEB Nazaré lidou com o outro lado dessa medalha. Tivemos alguns problemas na região da Fazenda Espera, pertencente a Francisco Julião.² As Ligas Camponesas de lá olhavam com desconfiança para o nosso trabalho. **Isso fazia sentido porque, de alguma forma, nós representávamos a Igreja que, por sua vez, combatia as Ligas.**

LUCINHA — Por falar em Ligas, quando eu chegava numa determinada área em Vitória de Santo Antão, soltavam não sei quantos foguetes; aquilo era para avisar se a gente podia ou não entrar. Mais adiante, soltavam outros tantos foguetes. E, de repente, ia juntando aquela quantidade de gente. **Uma reunião dessas não deixava de parecer uma festa.**

Evidentemente isso ocorria antes de 64. De todo modo havia uma desconfiança dos Sindicatos a respeito da validade dos nossos trabalhos. A gente também fazia restrições tanto a um certo tipo de orientação dada aos Sindicatos de Pernambuco, como a uma certa manipulação das Ligas. Nós não tínhamos nenhum acordo, nem com os Sindicatos em geral, nem com as Ligas em geral. É para mostrar como a gente estava independente na coisa. O processo de aproximação foi se dando dentro do que ia ocorrendo, tal como aconteceu no caso de Palmares.

As Ligas desconfiavam que nós tínhamos compromisso com os Sindicatos. Os Sindicatos, por sua vez, desconfiavam porque nós também trabalhávamos com as Ligas. Mas o nosso ponto de partida era o de que o trabalhador rural não tinha etiqueta.

ROBERTO — Em Minas Gerais, o MEB não era assim dependente da estrutura diocesana e nem era clerical. Um ou outro padre conhecido pedia para a gente ir à paróquia dele visitar umas tantas áreas.

2. Político que teve um papel importantíssimo no Movimento das Ligas Camponesas.

A nossa grande base eram os Sindicatos porque, em Minas, o trabalho começou sem a Rádio. Quando a Rádio Inconfidência entrou no ar, demos então início à radicação de Escolas; e aí, na maioria dos casos, os Sindicatos é que indicavam as áreas a serem visitadas.

Primeiro se fazia o levantamento da realidade local e, depois, a seleção de quem iria participar do treinamento. Só depois do treinamento de monitores é que a gente ia a cada localidade instalar o rádio. **O dia de instalar o rádio numa comunidade era um dia cheio e animado para eles e para nós.** Era uma atividade interessantíssima. Tratava-se de um receptor cativo, à base de pilhas, que precisava de uma antena e devia ser sintonizado na frequência da Rádio Inconfidência. Quase sempre você tinha que fazer isso no local.

NAZIRA — Lá em Natal, a forma de implantar o trabalho foi diferente pelo seguinte: em 1962, já existiam 1.200 rádios distribuídos, fazendo crer que se contava com 1.200 Escolas Radiofônicas. Os padres levavam os rádios com aquela boa vontade e distribuíam sobretudo para o pessoal mais ligado às atividades religiosas das paróquias.

Em 1962, a Equipe de Natal começou a trabalhar numa perspectiva na qual a Escola Radiofônica tinha um papel muito mais amplo. Foi quando realizamos uma programação de treinamentos muito interessante. Partimos para uma verdadeira campanha de treinamentos integrando 2, 3, 4 municípios, para ver o que existia concretamente. **Já sabíamos que não poderíamos existir tantas Escolas assim.**

A partir dessa campanha de treinamentos, nós conseguimos avaliar o número de Escolas Radiofônicas existentes de fato e começamos a organizar uma nova sistemática de trabalho. Entre outras coisas, criamos um sistema de supervisão.

RUTE — Em Recife, numa fase em que o trabalho já estava mais amadurecido, a gente ia para um daqueles engenhos e passava um sábado, um domingo inteiro visitando de casa em casa. Para a reunião, escolhíamos um lugar mais amplo, onde as pessoas da redondeza pudessem chegar sem grandes dificuldades. Saíamos Paulo, o motorista, e eu, na "pick-up", avisando às pessoas sobre a reunião. Na hora combinada, o pessoal chegava e fazíamos uma discussão bem ampla sobre as condições de vida da comunidade e sobre o significado da Escola em relação àquela realidade. **O tanto que eles falavam era incrível!**

FELÍCIA — A Equipe de Recife fazia também reuniões de comunidade independente da possibilidade de haver ou não Escola ali. Nessas

reuniões, levantavam-se todas as questões: denúncias, coisas que estavam acontecendo na comunidade, etc. Era uma discussão muito dinâmica. Os senhores de engenho não gostavam dessas reuniões porque era uma coisa que agitava. Eram reuniões enormes.

Quer dizer, não se fazia reunião de comunidade só onde tinha Escola. Ia-se fazer reuniões nos vários engenhos onde a população pedisse. Essa era uma coisa articulada. **O pessoal escrevia para nós, dizendo: "Quero fazer uma reunião de comunidade no meu lugar".** O rádio, então, funcionava mesmo como instrumento de comunicação entre nós. Essas cartas eram lidas na Rádio, num programa dirigido às comunidades e que todo mundo ouvia; nesse programa eram dados os avisos para as reuniões.

Depois do Golpe houve uma mudança nisso tudo. Daí por diante foi outra dinâmica.

RUTE — Depois do Golpe, essas reuniões eram boladas sob a forma de festas. A festa existia como justificativa para os encontros com as pessoas das comunidades. **O forró teve o seu papel.**

MARLIETE — Em Nazaré da Mata, depois de um certo tempo, eram os Comitês de Escolas Radiofônicas que faziam as reuniões nas comunidades para a radicação de Escolas. Os Comitês de Escolas Radiofônicas eram constituídos de monitores com a ajuda de pessoas da comunidade. Já depois do Golpe, uma monitora de um dos Comitês escreveu o seguinte no seu caderno e eu copieei tal e qual:

"Reunião na casa do Sr. Joaquim Albertino Silva, organizada no dia 8 do corrente de 66, na parte da tarde, 100 pessoas presentes, somente 6 pessoas sabem ler e 94 analfabetos, tudo adultos. Localidade: Sítio Jararaca, município de Natuba. Estado da Paraíba, devesa (divisa) com Pernambuco. O povo de Jararaca sente falta de escola? A resposta: todos sentem porque nós nunca foi na escola. Apenas uma vez pro semana. **Quando a gente pedia aos pais pra estudar, eles respondia: leve o livro e a enxada.** E na enxada tamos sem saber de nada nessa vida sofredora. Se agente apranta uma quantidade de batata não sabemos nem vender na feira porque não se sabe ler nem contar. É este o motivo da gente fazer força e pedir escola pra nossa comunidade. Outra pergunta: Quem pode ficar com esse movimento de escola radiofônica? Resposta: Severino Alves da Silva. Porque nós tem prazer de apresentar Severino porque ele é um companheiro amigo de todo da nossa comunidade. Ele ajuda a nós e nós ajuda a ele. Entre Severino e o povo de Jararaca, vamos preparar a escola para desenvolver o povo de Jararaca, para mudar de vida. Não enricar como muitos pensão (...)

(...) A falta de estudar nós todos daqui de Jararaca estamos satisfeito com essa Escola. **Porque essa escola é como um ano bom de governo porque neste o povo apranta no tempo sertão.** Porque tem lucro sertão. E assim nesta escola estuda com gosto, que ver resultado. Outra pergunta: Quem pode ficar como responsável por essa escola? Sr. Joaquim Albertino da Silva.

Assinado: "Campanha do Comitê Nova e José".

RUTE — Vejam que isso era uma divisa com a Paraíba e estava fora do âmbito de ação de Pernambuco. **Recebíamos cartas de lugares que nem sabíamos onde ficavam.**

MARLIETE — Os membros do Comitê, no caso de Nova e José, andavam léguas a pé, de propriedade em propriedade, demonstrando todos eles uma incrível capacidade de atuação.

MARIA JOSÉ — E isso não deu em nada depois?

FELÍCIA — Eu acho que não havia necessidade de um controle. **Tudo que aconteceu na vida, ninguém controlou não. Muitas coisas a gente não sabe nem que aconteceram.**

c) Treinamentos e Encontros

LUCINHA — Até hoje continuo a achar que, no MEB, a questão do treinamento foi fundamental. A capacitação através dos treinamentos era o que permitia dar ao Movimento uma unidade dinâmica, embora atendendo às necessidades das áreas com toda a sua diversidade. Quando voltávamos dos Encontros Nacionais, tudo o que trazíamos como novidade era passado para toda a Equipe Estadual. Por sua vez, aquilo era transmitido às Equipes Locais e daí chegava aos monitores. Isso se processava também em sentido inverso. Porque quando a gente ia participar de um Encontro Nacional, levava as necessidades das áreas e aquilo era bastante mastigado lá. **Então havia um fluxo nos dois sentidos.**

AÍDA — No início, do que eu me lembro, o que havia era um grande treinamento para a seleção e composição das Equipes. **Depois disso**

foi se desdobrando e a capacitação a nível das Equipes passou a se dar sob a forma de encontros. Eram encontros de revisão e planejamento do trabalho. Ao mesmo tempo, havia sempre uma parte dedicada a uma atualização da realidade brasileira e da situação específica das áreas. Isso se tornou uma discussão quase permanente.

LUCINHA — A gente alimentava muito essa capacitação permanente das Equipes: ora treinamento do pessoal que produzia aulas, ora do pessoal que estava mais envolvido com cooperativismo ou com sindicalismo, etc.

Com relação aos treinamentos de monitores, houve uma diversificação muito grande: uma coisa era o treinamento no Sistema de Afogados da Ingazeira, outra coisa era no de Nazaré da Mata, no de Caruaru, etc. E houve também uma evolução. **No começo éramos nós que programávamos o treinamento.** Depois isso passou a ser feito junto com os monitores; muitas mudanças ocorreram em decorrência dessa interferência dos monitores no processo.

Nos últimos tempos, havia treinamento de monitores por especialização. Já era uma etapa em que, além da Escola Radiofônica, eles atuavam também como animadores de comunidade e desenvolviam outros tipos de atividade. Em muitos desses treinamentos, participavam inclusive pessoas que não eram monitores mas que tinham uma atuação na área e pediam para aprofundar uma discussão. **A discussão era outra, eram outros os conteúdos e o treinamento era diferente em cada área.**

MARLIETE — Se a gente lembrar como entravam os candidatos a monitor num treinamento inicial, as caras ingênuas e ansiosas do primeiro dia de treinamento e a bateria de coisas que despejávamos na cabeça deles, podemos recuperar alguns dos nossos primeiros passos.

No começo era assim: chegada, boas-vindas, apresentação dos participantes, horário dos trabalhos, exposição sobre a situação geoeconômica-social da região, temas. Havia uma participação muito tímida que, aos poucos, ia se transformando em depoimentos, discussões, grupos de estudo, painéis. O desempenho na hora do lazer e o entrosamento entre os participantes deram início a sólidas amizades entre os monitores. No final do treinamento tudo fluía harmoniosamente e era explícita a vontade de contribuir para melhorar a situação de suas respectivas comunidades. **Mas, olhando de hoje, a gente não pode deixar de reconhecer que era um massacre.**

Houve, depois, uma modificação na maneira de ver os treinamentos. Uma das mudanças foi que a programação já não era a mesma para todos os treinamentos; variava de área para área, de local para local.

LUCINHA — Eu queria dar um exemplo de um tipo de problema que, às vezes, nós enfrentávamos em Pernambuco e que era anterior à realização dos treinamentos propriamente ditos.

Lembro de uma determinada Diocese onde o bispo só admitia monitores católicos. E as comunidades, por ocasião da escolha dos candidatos a monitor, não faziam essa distinção. Uma vez ia haver lá um treinamento de monitores e eu, enquanto coordenadora da Equipe Estadual, fui conversar com o bispo a fim de que ele abrisse mão da sua determinação. Foi uma luta. Quando terminou a conversa, ele disse: **“Tudo bem. Para esse treinamento podem admitir monitores protestantes e espíritas. Mas para os próximos treinamentos, não”.** O pessoal da Equipe Local enfrentou uma parada mas, aos poucos, conseguiu fazer com que prevalecessem os critérios da comunidade para a escolha dos monitores.

MARLIETE — Sem ser o treinamento, havia também uma espécie de avaliação feita pelos próprios monitores. Informalmente, a gente se reunia aos sábados, na sede do MEB Nazaré, e os monitores vinham de várias regiões. Eles mesmos criticavam e comentavam o trabalho.

RUTE — Eu queria rememorar os últimos treinamentos que nós fizemos e que já eram numa linha bem diferente. Num primeiro momento, fazíamos um levantamento de questões-problemas. Eu me lembro assim de um quadro-negro cheio de questões que eles iam apontando e nós íamos escrevendo.

LUCINHA — **O importante eram os problemas que eles estavam sentindo naquela justa ocasião.** O levantamento das questões-problemas era fundamental, qualquer que fosse a situação. Desse levantamento, eles elegiam as situações mais importantes.

RUTE — Essa priorização de situações estava muito ligada ao tipo de trabalho que eles realizavam. Cabia a eles ver o que estava relacionado com o que, por que, e que tipo de ordenação podia ser dada àqueles problemas. Eram verdadeiros exercícios para localizar as causas e os efeitos, o problema ao qual os outros se ligavam, isto é, o problema gerador, etc. Daí então, começávamos a trabalhar em cima dessa arrumação, organizando blocos de questões. Esses blocos eram divididos entre os dias do treinamento que geralmente durava uma semana, em regime de internato. A gente dava uma colaboração nas conclusões finais, nas tomadas de decisão, no encaminhamento das discussões.

Eu me lembro de um treinamento onde, à noite, nós e os monitores ficamos em torno de mapas, trabalhando a questão dos espaços geográficos. **Como eu adorava fazer isso!** Eles tinham enorme curiosidade de saber onde era a sua cidade, como era o Estado onde nasceram, e ficavam horas conversando sobre esses e outros assuntos.

FELÍCIA — Mas as questões-problemas, depois do Golpe, eram diferentes. Antes, eram questões sobre: como fortalecer o Sindicato, como se trabalhar com as Escolas, etc. E depois do Golpe, falava-se de como as coisas tinham mudado e da destruição do trabalho. Mas era também uma busca de caminhos: como conseguir fazer o trabalho naquelas condições, como burlar a vigilância da repressão, como sobreviver.

AÍDA — Eu queria dar um “flash” de um desses últimos treinamentos. Em 1966 eu estava trabalhando no INDA a meio expediente e Rute me chamou para ajudar num treinamento onde o pessoal tinha pedido para entender a história da Zona da Mata: como era a Mata antes de se espalhar cana por ali? Nessa mesma época, o INDA estava patrocinando uma campanha de deslocamento de população para a Amazônia. Então o pessoal queria entender também que campanha era essa. Comecei dizendo que a Amazônia era um lugar que não estava preparado para receber ninguém. Falei como era a mata de lá, as condições de vida, etc. Não esqueço nunca esse fato: quinze dias depois, o Delegado do INDA me chamou para saber o que estava acontecendo porque, na Zona da Mata, ninguém mais queria se candidatar a terras na Amazônia. E ainda por cima estavam dizendo que lá tinha uma qualidade de formiga gigante, umas cobras enormes que engoliam um boi, umas árvores que nem vinte homens de mãos dadas conseguiam abarcar; e tinha também a peste. Tudo isso se dizia na Zona da Mata. O Delegado desconfiava da existência de uma campanha subversiva contra o deslocamento de populações para a Amazônia. Na hora em que escutei aquelas queixas do Delegado, me veio uma enorme vontade de rir. O fato é que eu conversei com um número reduzido de pessoas e, quinze dias depois, a Zona da Mata inteira estava coberta pela notícia de que ninguém devia ir para a Amazônia porque, indo, morria lá. Ou morria de peste, ou comido pelos bichos ou por aquelas imensas formigas. **Eu percebi que a capacidade de comunicação oral, que a gente já conhecia de outras experiências, permanecia extremamente eficaz.**

RITA — Sem repetir o que vocês de Pernambuco já falaram, vou contar alguma coisa da experiência de treinamentos no Ceará. Não

tenho assim muito claros na memória todos os fatos. Lembro bem que havia uma parte do treinamento reservada às discussões sobre a realidade, seja através do levantamento de questões ou por outros caminhos. Muitas vezes, fazia-se uma exposição e dela se partia para um debate. Em geral, eram exposições sobre a realidade das áreas. Mas isso de uma forma muito acessível. **Tínhamos também a preocupação de introduzir técnicas para que a participação não fosse puxada apenas por nós.**

Nas viagens que fazíamos às comunidades, para contato com os monitores, ficávamos naquela conversa, naquela escuta, querendo saber da situação local, dos tipos de problemas existentes ali, etc. A gente colhia uma porção de elementos. E nos treinamentos, utilizávamos uma série de recursos para explorar essas informações com os monitores.

No entanto, não descuidávamos do objetivo do treinamento. O objetivo era o de capacitá-los para o exercício da função de monitores. Então existia toda uma parte de capacitação onde entrava a dramatização, o sociodrama e outras técnicas. Discutíamos sobre como usar o rádio, o papel da professora locutora e do monitor durante a aula, o programa radiofônico. **Com a dramatização, as coisas funcionavam melhor.** Em geral levávamos um programa gravado e, na hora, havia todo um exercício como se eles estivessem numa sala de aula.

Às vezes entrávamos pela noite assistindo um ou outro filme levado por nós.

MARIA JOSÉ — Em Aracaju, nós não começamos logo com treinamento por grupos de monitores. Quando ocorreu o primeiro treinamento desse tipo, as Escolas já estavam se expandindo. **Antes treinávamos no próprio local da Escola.** Muitas vezes, eu deixava uma semana inteira de aulas gravadas e ficava viajando pelas Escolas, participando da recepção da aula no local e treinando o monitor na hora da aula.

No primeiro treinamento em Aracaju, quando então reunimos monitores de várias áreas, talvez já existissem umas 30 a 50 Escolas funcionando. Foi curiosíssimo. **Planejamos mil coisas e, na hora, eles vieram com assuntos que não tinham nada a ver com o nosso planejamento.** No final do treinamento, vimos que não foi feito nada do que havíamos programado. Fizemos exatamente o que eles queriam.

Quanto à recreação nos treinamentos, chegou a um ponto em que a gente não tinha mais a preocupação de bolar “shows” e outras coisas. Os próprios monitores bolavam tudo. Muitas vezes se fantasiavam dos personagens daquelas brincadeiras do Nordeste e aproveitavam para criticar o que tinham observado. **Observavam num dia e, no outro dia, malhavam na viola.**

NAZIRA — Existe um aspecto muito importante nos treinamentos de monitores do Rio Grande do Norte. Nós partíamos da identificação dos problemas-chaves da realidade local — quer dizer, de um povoado, sítio ou arruado — para a compreensão da realidade do município, e íamos ampliando para uma visão do Estado. Daí se caía numa visão do Nordeste, ia se alargando para uma visão do Brasil e, em seguida, de América Latina e Terceiro Mundo. **O monitor saía dali se sabendo do Sítio do Cavalo Brabo mas fazendo um trabalho que tinha ligação com uma luta que ocorria em termos de Terceiro Mundo.** Isso era uma coisa fortíssima. Lembro que muitos monitores diziam: “Não deu para dormir”. Avalie o que é, de repente, você saber que Cavalo Brabo está inserido nessa história toda.

Essa visão mais ampla era acompanhada de uma base teórica: tanto de uma perspectiva de atuação, como de uma justificativa. Quer dizer, a nova sociedade tinha que nascer assim com todas as coisas: justiça, igualdade, união. Acho que já era uma visão muito clara dessa questão do oprimido e do opressor não só em termos de patrão e trabalhador, mas também de países.

Para mim, uma outra coisa básica nesses treinamentos era o significado dos pequenos gestos. Você sabia que a sua presença numa aula era importante; uma viagem sua a um ou outro sítio para ajudar um companheiro, contava; um forró para angariar dinheiro para manter a caixinha da Escola, etc., tudo isso era importante.

LUCINHA — Para confirmar o que Nazira contou aí, eu queria informar que, nos primeiros dias de treinamento, o consumo de aspirinas, melhoral, etc., era impressionante. Era daí que a gente constata o esforço que eles estavam fazendo. **Não dormir era muito freqüente.**

MARLIETE — **Era um não dormir luminoso.**

VERA — Agora, entre as transformações pelas quais os treinamentos passaram, uma que sempre me pareceu genial foi a das técnicas empregadas; técnicas vivas, ativas, fazendo com que os monitores também aprendessem através do próprio funcionamento dos treinamentos.

Inclusive aí é que o treinamento começa a sair do “internato” e vai além: começa a acontecer também em encontros mais locais entre os próprios monitores, nas supervisões, nas conversas informais na sede do MEB local. **Enfim, é o treinamento inserido na vida.**

NAZIRA — É preciso ressaltar a metodologia dos treinamentos. **Antes de se fazer um treinamento, muita coisa já tinha acontecido.**

Na supervisão, por exemplo, quando corríamos as Escolas, íamos levantando situações-problemas. Descobríamos também monitores que estavam enfrentando dificuldades: alguns não conseguiam fazer reuniões ou não conseguiam ligar a Escola com o Sindicato, outros tinham até dificuldade para manter as pilhas do rádio e o querosene da Escola. Então, nos treinamentos, a gente pegava esses tipos de situações e dramatizava, botava em gravações, em painéis, em cartazes, e explorava. Tanto os exemplos de monitores que tinham uma atuação mais criativa como daqueles outros que estavam enfrentando dificuldades. E isso tudo era debatido.

ROBERTO — Em termos de treinamentos, Juiz de Fora era muito semelhante ao que foi relatado aqui. Havia essa parte de discussão da realidade, das questões-problemas, etc. E havia também uma parte de capacitação semelhante à que Rita falou.

Mas eu queria falar um pouquinho das nossas dúvidas, dos espinhos. Para nós havia um problema sério com relação a politização e partido porque, quase sempre, as questões levantadas como problemas nos treinamentos não tinham soluções previsíveis a nível dos monitores. Isso era muito difícil para nós debatermos com eles. Lembro que a grande dúvida acontecia exatamente na hora de saber se a solução do problema estava na esfera da reivindicação ao poder público ou da iniciativa da comunidade. Por exemplo, quem deve e pode fazer essa ponte é a Prefeitura, ou podemos juntar a comunidade e fazer a ponte? Isso era quase uma constante nos treinamentos.

RITA — Eu queria acrescentar alguma coisa ao que Roberto falou. Sei que era nessas ocasiões de aprofundar as questões levantadas que, em Fortaleza, ficávamos muito preocupados. **A gente se perguntava até que ponto não estávamos levando uma frustração para o pessoal.** Ficávamos muito preocupados também com o grau de engajamento deles. A conseqüência parecia ser a de que eles teriam que se engajar em algum tipo de grupo político — que não era o MEB — para poder levar adiante a luta que estavam enfrentando. Isso nós discutíamos muito.

AÍDA — Um outro problema que aparecia nos treinamentos era a questão da carga horária. O pessoal não estava habituado a sentar, escutar, escrever e, de repente, tinha que ficar numa sala fechada, sentado numa cadeira durante horas e horas. É claro que se cansa-

vam. Então, aos poucos, diminuimos a carga horária do trabalho sentido e substituímos por trabalhos mais ativos. Era um peso muito grande esse negócio de ficar de aluno, com papel e lápis na mão. A gente se deu conta disso mas, mesmo assim, não consegui superar de todo. Tinha-se ainda uma marca muito forte dessa relação professor × aluno.

Um outro aspecto é relativo ao peso psicológico dos treinamentos para os monitores que tinham uma estrutura muito frágil. Não avaliávamos a carga que impúnhamos a eles. Vou dar um exemplo concreto de como essa questão da mudança social, tal como era tratada, mexeu com a cabeça de uma mulher. A nossa proposta era de mudança porque a sociedade era injusta. Refletia-se isso a partir do levantamento da realidade, das situações de injustiça, de exploração, e suas conseqüências. No caso, a mulher queria voltar e casar com um antigo noivo que a família, na época em que ela era jovem, não havia permitido. A partir do treinamento, ela passou a considerar que aquela proibição tinha sido uma injustiça e deflagrou todo um processo de luta em torno dos seus direitos. Acontece que, há muito tempo, o rapaz já estava casado com outra. Enfim, ela se desestruturou psicologicamente e nós tivemos que acompanhá-la ao hospital.

MARLIETE — Especialmente no início, Aída, aquela história de mudanças era forte demais. De repente, a pessoa se descobria muito maior do que pensava e isso bolia muito com a estrutura psíquica. **Houve casos em que muita gente desequilibrou, para pior ou para melhor, não sei. Só sei que para assumir um poder de mudança daquele tamanho, só uma entidade.** Nesse ponto, a gente era pouco conseqüente. O volume de coisas que se jogava era incrível.

NAZIRA — Não. Realmente eu discordo. Acho que essa parte era boa. Não sei se é a partir do que eu vivi... Por exemplo, aquela história de ir do local ao mundo e de me saber não só eu mas um sujeito universal, não era numa linha de esgotamento. Isso eu vi acontecer em todo lugar e se desencadeava numa forma de plenitude.

ROBERTO — Era gratificante, mas era pesado.

ZEZÉ — Para nós, no Maranhão, o treinamento acabava sendo o instrumento mais privilegiado de todos. Não tendo Rádio, a nossa comunicação era através dos treinamentos. Multiplicávamos os treinamentos no meio rural numa proporção assim gigantesca, e diferentes treinamentos. Além disso, nós criamos, por exemplo, a ativi-

dade de Caravanas com universitários. Então tinha todo um treinamento com universitários para passar aquela mística do Movimento. A gente se sentia bastante criativo nesses treinamentos e cada treinamento era inteiramente diferente do outro.

Houve coisas que eu guardei na memória até hoje. Primeiro: o sufoco. Porque, sem Escola Radiofônica, nós não tínhamos essa parte de capacitação técnica dos monitores. Então, desde o começo, a gente se perguntava: o que vamos fazer? Era um desafio à criatividade. Esse desembocar na busca de solução para os problemas, que Roberto falou, era também muito mais imediato. A discussão da problemática local era muito intensa e, como conseqüência, em cada treinamento caíamos sempre no “o que vamos fazer?” As ações possíveis eram as mais variadas e, para elas, nós mesmos estávamos despreparados.

Mas o que ficou e percorreu toda essa caminhada de treinamento, foi o que Vera lembrou ainda agora: um certo “modelo” de treinamento, cuja referência era o primeiro treinamento do qual a gente tinha participado. **O que nos dava uma certa segurança é que qualquer um saía de um treinamento sabendo fazer treinamento mais adiante.** Na medida em que você passou pela experiência, você estava treinando para treinar. Então o treinamento, como tal, passava um aprendizado. **A referência era muito essa de aprender vivenciando.**

A palavra treinamento é uma coisa que faz a gente se questionar um bocado porque treinar alguém é empurrá-lo para uma ação. Mas, para nós, o que essa palavra significava? Significava uma atividade de aprendizagem. **No MEB, tudo o que nós fazíamos tinha a marca essencial da atitude de aprendizagem, e isso ia até à base.** A gente se sentia aprendendo e transmitia essa atitude para o pessoal.

A atitude de questionamento era outra marca que precedia e acompanhava qualquer trabalho, qualquer criação nova. Você provocava muito, provocava o raciocínio, a reflexão, tanto quanto provocava a ação. Se você não tem as coisas prontas e está estimulando para que elas aconteçam, acho que aí vai um poder mobilizador muito grande.

A outra coisa, como Nazira lembrou, que tinha também uma potencialidade tremenda, era a perspectiva de partir do pequenininho, do imediato, e ir ampliando. Esse era um caminho nosso. Concordo inteiramente com Aída, na opinião de que, às vezes, isso era tremendamente forte e revolvente no âmbito individual. Lembro que nós tivemos problemas dessa ordem. Há um caso que ficou muito conhecido entre nós. Para sugerir que o pessoal tomasse água filtrada, tínhamos um cartaz com o desenho de uma lente de aumento mostrando os microbiozinhos dentro da água. Ora, houve um lavrador

que, quando ia para a roça, não conseguia mais tomar água; ele explicava: "Trabalho na vala, na roça, e ali não tenho água filtrada. Agora o meu olho começa a ver uma porção de bichinhos lá dentro da água que eu tenho para tomar. Como é que eu vou beber essa água?"

RUTH — Treinamento, no MEB, conseguiu chegar a uma linha mestra que, em cada lugar, era aplicada de acordo com a realidade do grupo local.

Na Bahia, a gente levava muito em conta essa questão da frustração que Roberto lembrou. Levar o pessoal a uma frustração ao invés de buscar uma realização, era preocupante. Então procurávamos que o próprio pessoal testasse, na prática, o que podia ser feito e até que ponto podia ir. Esse desafio foi grande inclusive para nós.

Quando houve o Golpe de 64, ficamos sem rádio, sem cartilha, etc. Fizemos então uma cartilha: "Adjutório". E tivemos que treinar o pessoal porque o material era diferente da cartilha "Viver é Lutar". Foi um treinamento numa época difícil, feito com todos os cuidados compreensíveis. Os próprios monitores estavam receosos e tinham seus motivos: muitas Escolas tinham sido atingidas pela repressão. Lembro de vários monitores dizerem: "Não, eu não quero mais voltar para isso. Minha família nunca tinha visto polícia na minha porta". Com a continuação, porém, conseguimos que muita gente voltasse. É evidente que a ação, naquele novo tempo, era diferente, os próprios monitores descobriram isso. O pessoal não tinha nenhuma condição de se arriscar demais.

NAZIRA — Nos treinamentos, desde o início, um dos conteúdos fortes era a idéia do trabalhador como sujeito criador de cultura. Lembro de uma vez em que, indo ao Maranhão, assisti toda uma discussão sobre o significado de criar cultura, a partir de um candeeiro. O trabalhador, tido por todo mundo como ignorante, como um João-ninguém, começava a se descobrir como criador de cultura e, enquanto tal, também culto.

MARIA ALICE — Eu queria dizer que, no MEB, treinamento para saber usar o rádio, para saber fazer isso ou aquilo, para trabalhar na comunidade, ainda não era o mais fundamental. O grande treinamento que, de fato, os monitores receberam, foi enquanto sujeitos do treinamento. Eles estavam acostumados a chegar e receber. Vinham naquela expectativa: "o que é que vão fazer para nós?" E quando chegavam no treinamento, não ocorria nada disso. No início, levavam aquele choque: eles é que iam fazer o treinamento, bolar juntos, resolver. Isso era uma coisa totalmente nova, porque o comum era despejar as coisas prontas e a serem aceitas passivamente. Treinamen-

to mesmo, com letra maiúscula, foi isso aí: o sujeito pensava, resolvia e sentia que as coisas eram feitas por ele.

Outra tônica nos treinamentos foi a nossa atitude de aprendizagem. Porque, para eles, em princípio, a gente ia lá para ensinar; e não era essa a nossa postura.

ZEZÉ — E isso não era um discurso, existia mesmo.

IZA — Nos treinamentos de Goiás, outra coisa que me impressionava eram aqueles momentos livres em que os monitores se reuniam em grupos, uns cantando, outros fazendo brincadeiras. E com que naturalidade se divertiam aqueles homens e aquelas mulheres! Era assim um entrosamento rico demais e que nós, um pouco mais reprimidos e mais encucados, não tínhamos a mesma liberdade de participação. Outra coisa era a facilidade com que se formavam os pares amorosos. Não havia aquele preconceito, aquela dificuldade da gente. Nesse sentido, eram lições de vida que eles passavam para nós. Isso ficou muito presente na minha memória. Nesses momentos livres, em geral à noite, aquele pessoal se juntava e dava para ver como eles eram capazes de viver também intensamente os seus divertimentos.

MARIA ALICE — Uma experiência de Goiás é que os próprios monitores passaram a ser treinadores. Algumas vezes nós levávamos monitores mais antigos para treinar equipes de monitores novos em outras comunidades. Outras vezes, eles iam sozinhos treinar monitores de novas Escolas ou substitutos para Escolas já em funcionamento.

Eu queria aproveitar a ocasião para lembrar também um congresso de monitores em Goiás, através do qual nós queríamos treiná-los para a vida política. Foi naquele tempo em que começaram os congressos de trabalhadores, e a gente achou que os monitores estavam muito despreparados para esse tipo de participação. Então organizamos esse congresso como uma espécie de grande treinamento: como defender posições, como botar uma tese em debate, enfim, como participar de um congresso. Veio uma quantidade enorme de pessoas, muitas delas eram de Sindicatos, de Cooperativas, gente que não era do MEB. Foi uma atividade interessante e ia começar a engrenar se não fosse o Golpe.

ROBERTO — Agora, o treinamento tinha uma seqüência muito importante que era a avaliação. A avaliação do treinamento era indispensável para a Equipe.

MARIA ALICE — A avaliação era um exercício constante. Eu acho que tudo o que a gente fez no MEB foi um grande treinamento.

d) Programa Radiofônico

MARIA JOSÉ — A primeira cartilha que a gente usou para a alfabetização foi aquela antiqüíssima do MEC, a do **a, e, i, o, u**.

MARLIETE — Exatamente. Eu dei aula com essa cartilha.

MARIA JOSÉ — Nós não tínhamos outros recursos, só contávamos com aquela cartilha terrível. Não ficávamos limitados à cartilha, criávamos em torno dos assuntos que estavam sendo trabalhados. Se fosse o latifúndio, então pegávamos aquela palavra e desenvolvíamos toda uma história em torno dela.

Eu acho que a riqueza estava realmente no começo do trabalho. No começo era muito a criatividade. Nós inventávamos. Na Rádio, a gente fazia de conta que estava participando da conversa deles lá na Escola; e tudo muito em função da temática.

Depois veio a cartilha do MEB, "Viver é Lutar", de cuja elaboração eu participei. Para fazer essa cartilha, não nos preocupamos com o número de palavras-chaves. A nossa preocupação era que as palavras expressassem a situação do homem do campo e que, ao mesmo tempo, se prestassem a um processo de alfabetização. Eram 16 palavras-chaves ao todo e esse número foi mais ou menos um acaso.

AÍDA — Na verdade, a gente não se preocupava com o tempo que o aluno levava para se alfabetizar. Não tínhamos nenhuma pressa nisso. Estávamos preocupados com o que o aluno pensava face às situações que vivia e como ele se propunha a participar de um processo de mudança. E isso não era avaliado em termos de tempo. Não havia nenhuma preocupação com esse tipo de produtividade.

MARIA JOSÉ — Mas o fato é que eles se alfabetizavam, eles liam. A gente viu ex-alunos que se transformaram em monitores. Devíamos analisar como essas coisas se processaram e quais foram os resultados obtidos. O grande pecado do MEB foi não ter como avaliar, depois, o mundo de trabalho realizado.

NAZIRA — Apesar de não se ter cartilha, antes mesmo da "Viver é Lutar", as aulas já eram montadas em cima de unidades temáticas. Em Natal, por exemplo, os temas eram ligados ao ciclo do trabalho

agrícola. Pelos idos de 1962, a gente já tinha descoberto que era preciso trabalhar com uma idéia central. **A idéia central da palavra tijolo, por exemplo, não era tijolo e sim a construção, o homem enquanto construtor.** A metodologia partia da unidade temática, do conceito-chave. As provas de avaliação de rendimento eram planejadas em cima desses conceitos-chave. As redações dos alunos eram relativas aos temas: a situação da comunidade, os problemas do trabalhador, o latifúndio, a reforma agrária, etc.

As aulas de Matemática também tinham como inspiração os problemas de matemática dos trabalhadores e eram organizadas em unidades temáticas. Existe até uma publicação interessantíssima chamada "Nossos Problemas", que trata dos problemas de venda de produtos, cálculos de feira, de balança e tudo mais. São cerca de 50 ou 60 problemas levantados nas viagens de supervisão, nos treinamentos, nas visitas dos monitores à sede.

MARIA ALICE — Em Goiás, de segunda a sexta-feira, nós tínhamos aula de Alfabetização e Aritmética. Aritmética era dedicada especialmente às quatro operações, problemas de porcentagem, de juros, que eram importantíssimos para eles. Depois da aula de Aritmética, vinha a aula de Conhecimentos Gerais que variava ao longo da semana: Educação Sanitária, Agricultura, Economia Doméstica, Educação Física e Religião. No final, tínhamos também um Noticiário. Agora, aos sábados havia um programa grande que se chamava "A comunidade se reúne", e aí não tinha aula. Era só programa de animação.

Mas, antes mesmo do Encontro de 62, que foi a grande guinada do MEB, algumas pessoas da Equipe começaram a introduzir, nas aulas, preocupações relativas à conscientização e à politização. Nas aulas de Educação Sanitária, por exemplo, houve uma inovação não só nos conceitos de higiene, de como viver melhor, mas também em tudo o que estava por trás disso. Por exemplo, perguntava-se: "por que o povo é doente"? Foi aí que D. Fernando se assustou. Era uma coisa totalmente nova e a gente, naquela época, teve grandes conflitos em torno disso.

Toda essa mudança, porém, foi acontecendo muito lentamente. No início, a bem da verdade, a Escola Radiofônica ia muito devagar. As primeiras aulas eram assim uma coisa muito bem intencionada mas bastante alienada.

Agora, no fim, chegamos a uma coisa bem mais aperfeiçoada. A conscientização passou a envolver a globalidade do programa radiofônico e as aulas giravam em torno de situações que os alunos estavam vivendo. Essas situações podiam ser a época do ciclo agrícola, uma epidemia, um acontecimento político. Lembro que, nas aulas de

Alfabetização, a gente tinha que fazer uma enorme ginástica para conseguir encontrar palavras que dissessem respeito àquela situação.

ROBERTO — Em Juiz de Fora, essa questão das aulas foi um pouco complicada porque, para atingir os dez Sistemas de Minas Gerais, havia uma única Emissora. Então quem fazia as aulas era a Equipe Estadual, e nós, das Equipes Locais, não participávamos da feitura do programa. Quer dizer, quem fazia as aulas não conhecia especificamente o que se passava nos Sistemas. De modo que a aula acabava tendo que ser mesmo complementada pela supervisão. O problema é que não podíamos atender todas as Escolas.

LUCINHA — Como o MEB Pernambuco dispunha de diversas Emisso-
ras, vários Sistemas produziam e emitiam suas próprias aulas. Isso possibilitava uma maior adaptação dos programas radiofônicos às realidades de cada região. Mas existia uma programação central feita com a participação de todos os Sistemas. Essa programação servia como um roteiro a partir do qual cada Equipe Local trabalhava e criava os seus próprios programas. A programação central era avaliada e reformulada uma ou duas vezes por ano.

Os programas tinham sempre três partes: a aula de Linguagem, a aula de Matemática e a de Conhecimentos Gerais. Havia também os programas de comunidade, aos sábados para uns Sistemas e aos domingos para outros.

FELÍCIA — Era isso. As aulas de Linguagem, Matemática e Conhecimentos Gerais eram vinculadas a essa temática. A gente chamava isso de globalização. Eu era professora de Linguagem.

Com a chegada da cartilha “Viver é Lutar”, já se começou a trabalhar um pouco diferente. “Viver é Lutar” não era simplesmente uma cartilha; ela veio acompanhada de todo um conjunto didático que já trazia inscrito um roteiro de politização. A gente ia desenvolvendo as aulas tendo como referência esse roteiro.

Mas com a saída da cartilha de circulação, tivemos que fazer toda uma reformulação na parte do material didático. Em Recife, enquanto não veio o “Mutirão” — que seria a cartilha substituta da “Viver é Lutar” — fomos obrigados a improvisar. Como nós e os alunos precisávamos ter um material em mãos, fizemos o “Livro de Leitura”. Esse livro foi escrito em versos, acho que por Benjamin Santos, que também participava da Equipe Local de Recife. Tem um pedaço assim:

“O camponês também precisa
outra arte para usar.
Não é só fazer farinha,
pegar a enxada e trabalhar” (1ª lição — “Livro de Leitura”).
“A vida do camponês
é como a vida no sertão.
Falta água na vertente
enfraquece o alazão,
vem o sol e seca o pasto,
esmorece o barbatão” (3ª lição — “Livro de Leitura”).

Depois fomos aperfeiçoando a parte metodológica. Para isso, criamos a cartilha “Ajuda”, acompanhada de um jogo de cartazes. Cada cartaz era relativo a uma palavra. Por exemplo, havia um cartaz com a palavra **tijolo** e com o desenho de uma situação social relativa à palavra.

MARLIETE — Esse jogo de cartazes que era uma espécie de álbum seriado e o monitor era treinado para usá-lo. Cada monitor recebia um álbum. Então com a ajuda desses recursos — o álbum, a cartilha “Ajuda” e a aula radiofônica — o monitor desenvolvia o seu trabalho durante a aula. A “Ajuda” era assim chamada porque era um auxílio ao método de alfabetização. Por exemplo, com o cartaz, os alunos visualizavam inicialmente a situação social relativa à palavra que ia ser estudada e que vinha escrita pouco abaixo do desenho. Atrás do cartaz, estavam as famílias daquela palavra e, na cartilha, os exercícios relativos à palavra. Esse foi o método que a gente criou.

FELÍCIA — Para produzir esse material, estudamos bastante o Método Paulo Freire e acho até que significou um aprofundamento do método. **O aperfeiçoamento da nossa metodologia ocorreu mais no final do MEB, e por isso esse material foi pouco utilizado.**

Quanto à aula radiofônica, houve uma mudança importantíssima na parte da alfabetização. Antes do Golpe, a gente fazia aula numa falação danada. Depois tivemos que fazer uma mudança significativa porque sofremos uma censura muito grande para falar. Com a situação política que existia, o debate pelo rádio se tornava difícil. Então a nova aula era, praticamente, uma coisa assim: a gente começava, falava pouquíssimo e ia dando um espaço para o monitor; um espaço para ele usar com os alunos. Fazíamos um treinamento para isso e o resto ele desenvolvia. Assim, nós fomos passando a bola para eles. O resultado foi uma coisa doida: percebemos que os monitores tinham uma capacidade de alfabetizar, de debater e de transmitir as idéias deles, muito superior à que podíamos pensar.

O treinamento em função dessa nova etapa foi uma coisa mais especializada. Isso capacitou o monitor para alfabetizar de fato, e não para ficar numa dependência do rádio.

Nesse momento em que o monitor teve um papel importantíssimo, ele se desenvolveu e realmente aprendeu a alfabetizar. A gente pôde constatar esse avanço.

MARLIETE — Na supervisão, a gente chegava a ficar quase parada observando a criatividade do monitor formando palavras e discutindo. O cartaz era sempre questionador e partia de uma situação conhecida dele; mas era o próprio monitor quem levava a discussão e fazia com que se desse uma troca de idéias entre os alunos. Era uma coisa formidável. A gente voltava de uma supervisão gratificada e enriquecida. E isso já no final, nos tempos difíceis.

RUTH — Logo depois do golpe, na Bahia, houve um período em que nós também não tivemos condições de colocar a aula no ar porque os Capuchinhos, que eram os donos da Rádio, não deixavam. Olhem que não era o governo, eram os próprios frades. Então fizemos a adaptação de um método infantil com a ajuda da própria autora do método, D. Iracema Meirelles. Era o método da "Casinha Feliz". Foi um esforço enorme para transformar aquilo tudo, todas aquelas historinhas, em método para adultos.

Isso a gente aplicou nos Alagados de Salvador. Mas foi uma aplicação muito experimental, só para duas turmas. Achamos, depois, que duas turmas era pouco; fizemos então um treinamento de monitores em Feira de Santana e, nessa fase, foram criadas mais umas doze Escolas.

Com o resultado dessa experiência é que, enquanto o "Mutirão" não chegava, fizemos o "Adjutório". Nessa época já tínhamos a Rádio de volta. O "Adjutório" foi feito em dois volumes e, para a alfabetização, usávamos os mesmos recursos que Marliete citou: o texto da cartilha, o rádio e os cartazes. Os cartazes foram feitos em "silk-screen", por nós mesmos. Todo o grupo trabalhava nisso, até o motorista.

ROBERTO — O interessante em tudo isso é que, hoje em dia, discute-se teoricamente sobre a gramática no Rádio, a gramática na Televisão, o uso dos espaços, etc. No MEB, nós fizemos programas educativos e programas radiofônicos de um jeito que a gente não vê hoje em dia. Não sei como conseguimos isso porque nós não tínha-

mos nenhuma fundamentação teórica sobre como usar os espaços, a gramática, a linguagem do Rádio. Na verdade, eu não lidava com a emissão. Mas o que eu ouvia lá em Juiz de Fora, eram uns programas tão adequados, tão interessantes, que fico pensando como a gente foi capaz de fazer tudo aquilo.

MARIA ALICE — Iza fazia os programas mais incríveis na Emissora. Mas se ela for chamada para fazer uma palestra na Universidade sobre a elaboração de programas radiofônicos, eu garanto que ela não vai.

RUTE — Em Pernambuco, se a gente sabia pouco a respeito da realidade rural, de Rádio a gente conhecia menos ainda. Foi tudo assim aprendido na prática. Com o tempo fomos partindo para os programas radiofônicos dos fins de semana. Zé Walter e eu fazíamos um programa para a comunidade que tinha muitos ingredientes: lidava com músicas, respondia cartas, criava personagens, etc. Hoje em dia o pessoal me pede para falar um pouco sobre o uso do rádio na educação, e eu também não tenho coragem. Mas o programa tinha uma audiência enorme.

O tipo de programa que a gente montava em cima das cartas que os monitores mandavam era incrível. Entrava recado das comunidades, de pessoas, perguntas, aniversários, festas, etc. **E tinha uma parte que era mesmo coisa criada. Era uma história criada com personagens e tudo, incorporando uma série de situações da vida do pessoal, das lutas, do Sindicato, etc.**

FELÍCIA — O seu programa, Rute, seu e de Zé Walter, era um programa feito muito em cima de uma criatividade. Porque vocês escreviam os "scripts" mas, na hora, vocês faziam diferente. **Entendo que isso ocorria assim porque vocês conheciam as pessoas, as comunidades, as situações.** Era como se estivessem falando com as pessoas conhecidas nos treinamentos e em outros trabalhos. Acho que esse era o segredo e a riqueza do programa. Na TV, o pessoal não conseguia fazer um programa tão bom porque não conhecia o "seu" José, não sabia que o "seu" José tinha oito filhos, trabalhava naquela casa de farinha, e nem sabia que ele freqüentava o forró de tal lugar. E, nisso tudo, tinha uma integração muito grande entre você, Zé Walter e as pessoas das comunidades que estavam ouvindo o programa.

RUTE — É verdade, você levantou uma coisa interessante. Lembro que a gente viajava muito para participar dos programas do domingo

nas comunidades. Durante a semana, deixávamos as aulas gravadas e viajávamos também para observar os resultados, colher dados. Nas **Escolas era tão interessante: o pessoal nos reconhecia pela voz e nos chamava pelo nome do personagem.** Quando a gente voltava, preparava o programa do domingo seguinte a partir dos acontecimentos observados.

O programa melhorou ainda mais com a chegada de Benjamin na Equipe. Ele fez umas coisas fantásticas. Lembro de um Auto de Natal que eu cantei com Paulo Guimarães³, e que tem um verso assim:

“Maria vai ter menino
Maria de Nazaré
Não sei se homem ou menino
Não sei se homem ou mulher
Só sei que o pai do menino
Ninguém sabe quem é”.

IZA — Em Goiás, o programa do sábado foi pensado especialmente porque a Escola Radiofônica atraía uma série de amigos e pessoas da comunidade que não eram da Escola. A participação dessas pessoas no programa era muito ampla, trazendo inclusive músicas, versos, etc. Esse também foi um aprendizado para nós porque, além de botar as músicas que eles apontavam, aprendemos a apreciá-las. Depois eles mesmos começaram a participar diretamente do programa trazendo gente para apresentar as músicas sertanejas.

MARIA ALICE — **Havia dias em que o programa era todo feito por eles. O estúdio ficava tão cheio que não cabia mais ninguém.** Aí a gente só tinha o trabalho de coordenar, o programa era deles. O pessoal, às vezes, chegava de surpresa, num caminhão trazendo os cantadores.

NAZIRA — Tem uma experiência de Natal que foi um sucesso durante muitos anos. A gente viu que precisava de alguma coisa que atingisse um número muito maior, tanto de monitores como de alunos e comunidades. Então bolamos uma atividade que foi excelente enquanto mobilização. Foram os programas de politização. Nos treinamentos, a gente levantava os grandes temas que estavam assim na ordem do dia dos trabalhadores: latifúndio, minifúndio, reforma agrária, analfabetismo; e esses temas eram transformados em programas. Nos sítios e nos bairros de Natal, era feito todo um trabalho anterior

de organização de grupos de audiência. No final de cada programa colocávamos questões a serem discutidas pelos grupos e dava-se um tempo para a discussão.

Esse programa foi um negócio daqueles de desequilibrar a produtividade de trabalho da Equipe, tamanho era o retorno. Não só em termos de cartas, mas também de comentários dentro da própria cidade e nos bairros por onde a gente andava.

Tínhamos outro programa, chamado “Retalhos do meu Brasil”, que tratava das tradições, dos costumes, etc. Foi também um negócio fantástico enquanto idéia e enquanto audiência. Lembro que era uma média de 150 cartas por semana. Aí apareceu a necessidade de uma pessoa só para receber, responder, estudar e resumir a correspondência, porque a Equipe não dava conta.

MARIA JOSÉ — Vocês se lembram que em Aracaju ficou uma funcionária exclusivamente para fazer as fichas das cartas? A média de cartas era muito alta e não era possível a gente ler tudo. **Isso manifestava o movimento que havia de lá para cá.**

NAZIRA — Um outro programa radiofônico de Natal era o Noticiário. O Noticiário ia ao ar nos horários em que sabíamos que havia possibilidade dos trabalhadores ouvirem. Tinha como objetivo a discussão de questões relativas à política nacional, à política internacional, a tudo o que estava acontecendo.

Outro aspecto importante foi a incorporação de cantadores às Equipes do MEB. Onde isso foi feito funcionou muito bem. Lá em Natal tinha um cantador na Emissora e os programas dele tinham uma aceitação muito grande. Depois ele foi integrado à Equipe e participava conosco de todo esse processo de estudo, viagens e encontros. Nesse caminho, ele viveu uma mudança muito grande enquanto visão e começou a transformar em versos toda essa nova percepção. A produção tipo cordel que saiu daí foi uma das coisas boas que aconteceram.

FELÍCIA — Dentro da programação semanal que Rute e Zé Walter faziam, vinha um cantador, “seu Pedro”. Ele tirava um mote e fazia uns repentes dentro dos assuntos que nós estávamos tratando naquela semana.

NAZIRA — Tudo isso aí faz parte da sensibilidade do Movimento. Em Natal também teve um sanfoneiro integrando a Equipe, pago para promover forró pela Emissora. **Então, cada vez que saía um forró na Emissora, significava que havia duzentos, quinhentos forrós rodando no mundo.** Era um negócio belíssimo.

3. Violonista que colaborava nos Programas Radiofônicos do MEB.

ZEZÉ — De um certo ponto de vista, isso foi uma riqueza. Mas acho que ficamos meio entusiasmados com essa produção dos cantadores e dos trovadores. E houve um momento em que isso me pareceu muito forçado, uma espécie de arte dirigida: nós comandando a cabeça das pessoas através do canto, do cordel, dos repentes. Na verdade, teve um lado espontâneo mas, olhando os dois lados, eu acho que houve uma precipitação. **A gente como que invadiu uma forma de expressão popular.**

NAZIRA — Mas todo mundo lembra como inúmeros cantadores que nem participaram do MEB, que eram de Sindicatos, produziram uma quantidade de folhetos sobre o que eles estavam vivendo. Porque, gente, a obra poética é fruto da vida.

RUTE — No MEB, acho que nós revimos logo essa tendência à apropriação. Na verdade, ela resultava num dirigismo bastante violento.

AÍDA — Agora, minha gente, eu tenho uma curiosidade. Nesse trabalho todo, a gente se envolveu e envolveu muitas pessoas. **O que é feito dessas pessoas?**

MARIA JOSÉ — Sempre guardei a maior frustração por não terem consentido que eu me despedisse dos alunos quando tive que sair de Sergipe. Há uns oito anos atrás, já morando em Brasília, fiz uma viagem até Aracaju. No meio do caninho, já em Sergipe, parei num daqueles lugares que vendem lanche e, sempre sem fazer regime, pedi um doce de leite. Na hora em que eu pedi o doce, o rapaz pulou do balcão feito um louco: **“É dona Maria José! Conheci a sua voz. Puxa! a gente nunca mais soube da senhora”.** Chorei muito e ele também. Então pensei: **“Meu Deus, não acabou tudo. Oito anos depois, me reconhecerem pela voz, é um negócio muito forte”.** Ele tinha sido aluno das Escolas Radiofônicas.

MARLIETE — Em 1975, quando eu me mudava de Nazaré da Mata para o Recife, estava na Rodoviária quando um rapaz se aproximou e me ajudou a carregar as malas. Depois olhou para mim e disse: **“Eu fui seu aluno na Escola Radiofônica”.**

RITA — Há uns dois meses atrás, lá no Ceará, fui ao interior por conta do meu trabalho atual para ver um projeto numa comunidade.

As pessoas já estavam organizadas juridicamente, já havia uma Associação, e queriam que a gente desse um financiamento ao projeto. Cheguei à localidade, e lá me veio à memória: **“Meu Deus, acho que conheço esse lugar”.** Era uma casinha com um alpendre. **E me surpreendi porque vi uma plaquinha onde tinha escrito: “Escola Radiofônica São Francisco”.** **Aí eu pensei: “Vinte anos depois?”** Saiu uma mulher e, quando ela me viu, a gente se reconheceu. Ela estava na cabeça dessa Associação.

IZA — Há uma antiga monitora que é minha comadre. Muito depois do fechamento do MEB, ela me levou um filho para batizar. **E a gente cultiva esse conhecimento até hoje.**

e) Supervisão

LUCINHA — A supervisão era uma peça importante na **engrenagem do MEB.** Tanto a Equipe Nacional como os Estaduais e as Equipes Locais faziam supervisão. Em Pernambuco, a Equipe Estadual realizava supervisão junto às Equipes Locais e também junto às Escolas, que era para não perder o contato com a experiência direta. As Equipes Locais faziam especialmente a supervisão dos trabalhos de suas áreas respectivas.

A supervisão feita pelo Estadual junto às Equipes Locais era sempre uma ocasião de revisão do trabalho, avaliação e atualização de questões administrativas. Ao mesmo tempo, servia como tomada de conhecimento do que estava acontecendo, das principais dificuldades e facilidades de cada Equipe. Era um momento onde a gente coletava muitos elementos que indicavam os tipos de treinamento que estavam sendo necessários, bem como apontavam formas de intercâmbio entre as Equipes, inclusive estágios que pudessem fortalecer o trabalho.

MARLIETE — Eu me lembro que nos treinamentos iniciais de monitores, quando a gente falava sobre supervisão, deixava claro que não se tratava de uma fiscalização. **Supervisão era, de fato, um acompanhamento e um apoio.** O monitor sabia disso e pedia constantemente a nossa visita.

Lembro que antes de ir para uma supervisão, traçávamos um roteiro com a indicação dos assuntos a serem tratados em cada Escola e dos aspectos a serem vistos com mais ênfase e maior atenção. Quando a gente voltava, havia uma ficha de avaliação que servia para sistematizar a supervisão. E toda semana fazíamos uma reunião para

avaliar o que tinha sido colhido e para retificar o nosso trabalho a partir das observações feitas durante a supervisão. Discutia-se como tinha sido tal ou qual supervisão e como deveria ser a próxima. Às vezes, no meio do caminho, as coisas se modificavam.

Tinha uns pontos bem definidos, ligados à Escola e ao Monitor, que faziam parte das nossas preocupações durante a supervisão: a receptividade das aulas, o ajustamento da aula ao nível dos alunos, o grau de politização do grupo, a liderança do monitor, o debate da mensagem da aula e a aplicação dessa mensagem à realidade sócio-econômica da área. Isso tudo a gente discutia e avaliava com os monitores, com os alunos e até com outras pessoas da comunidade, durante as supervisões.

Sentíamos que a presença de alguém da Equipe, às vezes, fortalecia o monitor, valorizava. Muitas vezes eles aproveitavam o momento da visita de supervisão para fazer também uma reunião com a comunidade.

FELÍCIA — A supervisão tinha uma dupla referência: acompanhar as Escolas e acompanhar também o desenvolvimento dos trabalhos que o monitor estava fazendo na comunidade. Mas para a questão da alfabetização, mesmo enquanto prática pedagógica, a supervisão tinha um papel importantíssimo. Isso funcionava mais ou menos assim: a gente gravava a aula e ia até à Escola para ver como aquela aula era recebida. Observávamos como o monitor usava aqueles instrumentos que a gente propunha, o cartaz, a cartilha, e como que as pessoas estavam se relacionando com aquilo tudo. Era uma maneira interessante de ir aperfeiçoando o método.

Método de alfabetização pelo rádio era uma coisa que a gente nunca tinha feito. Esse acompanhamento pelos professores que estavam dando a aula era fundamental para ver como aquela alfabetização e aquela discussão estavam acontecendo. Isso rendia sempre no sentido do amadurecimento do trabalho.

Uma vez, alguém do Estadual, chegando do campo, me disse: "Felícia, a sua aula de ontem foi perfeita. Até o tempo que você dava para as pessoas escreverem, estava bem calculado". Essa era uma informação que a gente só podia obter com uma presença nossa na Escola. **Então, como articulação do conjunto, a supervisão era uma atividade importantíssima.**

Além das aulas, os professores acompanhavam o trabalho de organização da comunidade e da Escola como um todo. Isso incluía também questões práticas: o rádio quebrado, o lampião que pifou, enfim, motivos que impediam o funcionamento da Escola. **A supervisão fazia parte da rotina de trabalho da Equipe.**

VERA — Uma coisa significativa era que, havendo uma necessidade urgente, o monitor tinha liberdade de vir à sede, seja a da Equipe Local, seja a da Equipe Estadual. Isso dava oportunidade para uma aproximação muito maior.

MARIA JOSÉ — Não sei se vocês se lembram que, em Aracaju, no prédio onde funcionava a sede do MEB, havia também uma certa estrutura de hospedagem, como se fosse um pensionato. O fato dos monitores terem se habituado a vir à sede quase criou um problema para nós, de tanto que eles vinham e ficavam hospedados lá. Eles se sentiam assim muito livres e vinham também para resolver problemas que não diziam respeito às Escolas Radiofônicas. **Era como se fosse a casa deles.**

MARIA ALICE — Na supervisão, em Goiás, nós dávamos ênfase a duas coisas: uma era dar força para o monitor no sentido dele não se sentir isolado, perdido, sozinho; e a outra, era um relacionamento afetivo. Quer dizer, a nossa chegada na Escola era uma festa, um carinho. Sempre que voltávamos de uma Escola, o nosso entusiasmo aumentava e a Escola também saía reforçada; e quando estávamos, nós ou eles, desanimados, sentíamos que era preciso voltar lá. **Eu acho que muito do que o MEB foi, se estruturou em cima de uma relação afetiva.**

RITA — O que sustentava a supervisão era justamente essa qualidade de ser alimento. Quando o monitor estava com um problema ou havia um problema na comunidade, ele sabia que contava com a supervisão para o debate desses obstáculos.

Agora, uma das nossas grandes dificuldades era a de não poder acompanhar as Escolas com mais assiduidade. O que a gente gostava mesmo era chegar durante a aula. Mas como você podia se multiplicar em termos de presença? Numa equipe, geralmente, viajávamos três supervisores e fazíamos um esforço planejado para nos distribuímos em comunidades vizinhas. Mas você atingia, no máximo, três ou quatro Escolas numa noite, porque não adiantava só chegar lá, olhar e ir embora. Implicava em todo um mundo de discussões, conversas e contatos com os alunos. A supervisão era realmente deficitária nesse aspecto. Se tivéssemos conseguido ir com mais frequência às Escolas na hora da aula, o rendimento poderia ter sido maior.

RUTH — No Estadual da Bahia, havia uma divisão em regionais. Acho que a supervisão foi fundamental para o trabalho porque era

uma atividade que alimentava, trocava, era ida e volta. **Quando a supervisão diminuía, as Escolas fraquejavam porque elas funcionavam também nesse movimento de ida e volta.**

AÍDA — Em Pernambuco, também existia essa divisão do Estado por Sistemas. E uma parte do trabalho da Equipe Estadual era o de viajar por todas as áreas, para encontrar as Equipes Locais. Algumas Equipes estavam mais próximas umas das outras, se encontravam mais, se ajudavam. Mas haviam outras Equipes, como Petrolina, Afogados da Ingazeira, Ingazeira, que estavam espalhadas pelo mundo, ficavam isoladas. Então era o Estadual quem devia dar a elas um apoio e um acompanhamento. Às vezes, chegávamos a Itacuruba às cinco horas da tarde, depois de dez, doze horas de viagem, e emendávamos numa reunião noite adentro, porque encontrava a Equipe com uma sede tão grande de discussão e presença, que nem tínhamos condições para respirar.

A nossa relação com as Equipes Locais tinha a mesma qualidade das relações que se estabeleciam entre as Equipes Locais e os monitores: afetiva e polivalente. As Equipes traziam questões e dúvidas das mais diversas ordens.

O trabalho de supervisão da Equipe Estadual implicava também num papel diplomático junto aos “poderes constituídos”: padres, bispos, prefeitos, etc. Às vezes, numa só viagem, visitávamos três ou quatro Dioceses para conversar com pessoas que estavam dificultando o trabalho e para respaldar o que as Equipes Locais estavam fazendo ou propondo.

NAZIRA — No Rio Grande do Norte, por causa daquela história anterior das 1.200 Escolas, a supervisão teve um caminho particular. Foi um caminho no sentido do monitor ir assumindo o Movimento na base.

Vocês imaginem que lá eram uns 150 municípios aproximadamente. Então o que se fez? Armou-se um sistema de supervisão. Dividimos a região em nove subáreas e cada uma dessas nove subáreas englobava os municípios mais próximos. Dentro dessas subáreas, foram escolhidos comitês municipais que chegaram a trinta e oito. Cada comitê era formado por 6 ou 7 monitores escolhidos por ocasião dos treinamentos.

Uma das tarefas desses monitores era a de ficar na casa paroquial nos dias de feira para receber os outros monitores daquela redondeza. Era para conversar, distribuir material, desde o rádio até o lampião, e anotar as solicitações de visitas às Escolas Radiofônicas.

Os comitês começaram então a botar o MEB em pratos limpos. Eu me lembro que das 1.200 Escolas tidas como existentes, em quarenta dias nós trouxemos para Natal quatrocentos rádios que não funcionavam.

Além dos comitês, existiam também supervisores regionais, que moravam nas áreas e faziam parte do quadro dos assalariados do MEB.

Em Natal, éramos seis pessoas e fazíamos supervisão e treinamentos. Mas havia uma pessoa — no caso eu — que era coordenador de supervisão e tinha o papel de se articular com os supervisores regionais e os comitês municipais.

Muita coisa aconteceu a partir desse sistema de supervisão. Uma das mais interessantes foi o fluxo de viagens, que era genial. Imprimíamos um mapa por mês com o fluxo das viagens, de modo que se sabia sempre quando e quem estava indo para qual município e quando e quem estava voltando.

Esse foi um processo de realmente entregar a supervisão nas mãos do monitor, e isso significou muito para eles.

LUCINHA — Eu gostaria de destacar um aspecto que foi abordado aqui. Nós também tivemos casos, não só de monitores que passaram a integrar a Equipe, mas também de monitores que faziam supervisão.

NAZIRA — Monitores que foram da equipe de supervisão e da equipe de treinamentos.

ROBERTO — Tem o exemplo do Clóvis lá do Piauí, que entrou como motorista e terminou como coordenador da Equipe.

MARLIETE — Zé Francisco, que é hoje da CONTAG, foi alfabetizado na Escola Radiofônica de Orobó. Ainda em Orobó, foi auxiliar de monitor. Depois foi trabalhar em Vicência e, lá, ficou ligado ao Sindicato e começou a ser monitor. Mais tarde, ele integrou a nossa Equipe Local de Nazaré da Mata.

MARIA JOSÉ — Eu acho que o aspecto da avaliação também integra o trabalho da supervisão. A gente não se restringia a fazer avaliação só nos treinamentos. Na supervisão, nós reuníamos os monitores e avaliávamos os nossos trabalhos. E com o amadurecimento dessa

experiência, os treinamentos foram ficando mais espaçados até chegar a um ponto em que acabou a fase dos grandes treinamentos. Começamos a fazer treinamentos menores e a multiplicar os encontros locais com monitores. Com isso, a avaliação passou a ser também uma atividade mais constante.

NAZIRA — Para nós do Rio Grande do Norte, uma coisa que contou muito foram as supervisões realizadas pela Equipe Nacional. Era uma atuação junto com as Equipes Locais, no dia-a-dia, participando de supervisões, de treinamento de monitores, etc. Sobretudo algumas pessoas tinham uma força imensa na revitalização do nosso trabalho. Por exemplo, a presença de uma Aldair, de um Carlos⁴, foi muito significativa para nós.

Acho que, para a Equipe Nacional, isso também foi uma vantagem.

ZEZÉ — Eu vejo essa atuação do Nacional como uma característica dos serviços do Movimento, uma das suas grandes riquezas. Vera ou Osmar, por exemplo, tanto estavam no Rio de Janeiro, como estavam numa Escola Radiofônica lá num sítio. Essa permeabilidade de que já falamos garantia a vitalidade do Movimento.

Enquanto o Nacional pôde ter esse contato direto, isso teve um rendimento muito grande. Mas depois que esse contato começou a existir menos e a ser mais individualizado, a supervisão já não aparecia como um serviço do Nacional como um todo.

VERA — A supervisão feita pela Equipe Nacional tinha as suas peculiaridades. Era muito misturada, como todas as outras atividades que nós fazíamos. Em qualquer viagem nossa de supervisão, participávamos de uma porção de trabalhos: levantamento de área, treinamento de monitores, reunião de comunidade, treinamento de animadores, etc. **Quer dizer, a viagem de supervisão era meio polivalente: tratávamos desde os problemas administrativos até os pedagógicos e políticos.**

f) Para além das Escolas Radiofônicas

ZEZÉ — Uma coisa muito significativa no MEB foi a gente não ter caído na moda da época, que era aquela da formação de líderes. **A nossa ênfase era no aprender, no criar coisas, e não no ensinar e dirigir.** No Maranhão, uma vez que não se lidava com esco-

4. Aldair Brasil e Carlos Brandão, ambos da Equipe Técnica Nacional, na época.

las Radiofônicas, a gente já foi para a comunidade querendo animar um tipo de trabalho que, por antecipação, não se sabia exatamente qual ia ser; em cada comunidade a proposta podia ser diferente. Isso já condicionava os próprios treinamentos: você tinha treinamentos com pessoas de comunidades diferentes e que, normalmente, apresentavam propostas diversificadas de ação. Passamos então a planejar os treinamentos de tal modo que, a uma certa altura, o pessoal se dividia em grupos de acordo com a proposta de ação que cada um deles queria desenvolver. Por exemplo, podia ser a montagem de uma escola, uma campanha de saúde, a criação de uma cooperativinha, abrir uma picada de estrada, construir uma canoa, etc.

As Caravanas de Cultura surgiram da dinamização desse processo aí. Em rápidas pinceladas, vou dizer o que eram as Caravanas. Nós constatamos a necessidade de uma quantidade maior de pessoas para fazer animação de certos trabalhos para os quais nós não tínhamos competência. Pensamos então nos universitários que, num sistema de voluntariado, poderiam ir às comunidades rurais em determinados momentos. Se bem que os universitários tivessem um limite: atuavam apenas nas localidades mais próximas porque contavam somente com os fins de semana ou com as férias. Isso começou a funcionar e foi muito bonito. Teve uma repercussão enorme não só no meio rural, como na própria Universidade, sem dúvida.

O grupo que compunha as Caravanas era polivalente: havia pessoas de Direito, de Farmácia, de Enfermagem, de Medicina. Em geral, viajávamos para uma comunidade onde já tinha um começo de trabalho e nós íamos lá em função das necessidades apontadas pelo pessoal do lugar, ou nós íamos justamente para começar alguma coisa.

Para entrar numa comunidade e começar a abordá-la, você levava alguns recursos, sobretudo recursos de comunicação. Tomamos muito a direção daquela linha de trabalho em cima de música, de uma discussão em cima da letra de uma música que falava da vida deles; ou então passávamos um cineminha e começávamos a questionar; ou uma projeção de "slides" seguida de uma discussão. Esses recursos audiovisuais, no caso, eram instrumentos de comunicação. Davam a impressão de que eram a coisa principal, mas eram um instrumento forte para começarmos a discussão. E nisso a gente avançava bastante.

O tempo que passávamos em cada comunidade variava muito. Podia ser uma tarde de sábado, um fim de semana inteiro. Podia até ser uma semana inteira, nos casos onde já se ia para realizar uma atividade bem mais específica. Por exemplo: a orientação jurídica para um Sindicato iniciante, um cursinho de educação sanitária dado por uma enfermeira ou um atendimento médico por um estudante de Medicina, etc.

As Caravanas de Cultura não duraram muito tempo; não tiveram uma constância, uma continuidade muito grande. Eu diria que menos por limites do próprio sistema que a gente estava criando e mais por conta das condições, até geográficas, do Estado do Maranhão. Por exemplo, enquanto vocês viviam em supervisão diária, qualquer viagem de supervisão para nós era uma coisa sempre difícil. Tinha que ser muito mais planejada, tinha um custo financeiro muito maior e, portanto, ela acontecia menos vezes. **Dependendo da época do ano, para chegar a um mesmo lugar, às vezes a gente ia de "jeep", às vezes ia de barco e às vezes ia a cavalo.** Então as Caravanas eram atividades que, finalmente, tinham um custo relativamente alto e que não podiam ficar se multiplicando por áreas mais distantes. Tentávamos então aproveitar as caronas de outras atividades que estavam acontecendo, inclusive da própria Arquidiocese que já contava com toda uma estrutura para chegar nos lugares e aí levava as Caravanas de Cultura junto. Fomos aproveitando essas brechas para ver se conseguíamos manter a atividade por mais tempo.

Mais tarde, nós chegamos a ter programas de Rádio, mas exatamente no sentido inverso do que acontecia nos outros Estados. Para nós, o programa de Rádio veio complementar todo o trabalho que a gente já vinha desenvolvendo, e não vice-versa.

Animação popular foi todo esse trabalho das Caravanas de Cultura, da animação de comunidades e dos seus desdobramentos. Numa palavra, **Animação Popular não foi senão uma maneira de presença, uma forma de ver e de se inserir no processo. Para nós, ela permaneceu enquanto nós existimos.**

Um dado muito revelador do momento que vivíamos, é que essa atuação toda desembocou maciçamente em trabalhos de Sindicalização. Nós tínhamos uma caracterização bem diferente da do Nordeste todo e, praticamente, só começamos a criar Sindicatos no interior do Maranhão depois que começou aquela campanha para a criação da Federação. Havia uma disputa louca entre os diversos grupos políticos para ver quem conseguia mais Sindicatos. Imaginem os problemas políticos que isso gerava. Chegou um momento em que a própria Equipe do MEB teve que se dividir em dois subgrupos: o pessoal que desenvolvia outras atividades educativas e o pessoal que tratava só de Sindicato. **Sindicalismo, em determinado momento, foi a grande questão de todo o MEB.**

ROBERTO — Juiz de Fora foi mais ou menos nessa linha. Como no começo a gente também não tinha Rádio, o nosso trabalho foi todo baseado em Sindicalização Rural. **Para nós, Sindicalização Rural era educação.** Trabalhávamos nas comunidades e nos lugares que real-

mente tendiam para a formação de Sindicato. Tanto que, quando começaram as emissões para as Escolas Radiofônicas, a gente teve grandes discussões sobre o que ia fazer: Sindicalismo ou Escola Radiofônica? Acabou se concluindo que se devia fazer os dois trabalhos.

MARIA ALICE — Eu queria falar sobre o nosso trabalho de Encontros com a Comunidade. Foi uma coisa muito parecida com as Caravanas do Maranhão e, inclusive, surgiu ao mesmo tempo.

Em Goiás, foi ficando claro que o trabalho que a gente vinha desenvolvendo começava a extrapolar a esfera da Escola Radiofônica e da animação pelo Rádio. Começaram a aparecer outras solicitações por parte das comunidades e nós bolamos esses Encontros com a Comunidade que, em geral, ocorriam aos sábados e aos domingos. Às vezes, íamos para uma comunidade e ficávamos o sábado inteiro; íamos depois para uma outra e ficávamos o domingo inteiro. Desses Encontros, além da Equipe do MEB, participavam também outras pessoas ligadas a nós: universitários, gente de JUC e vários tipos de grupos que se relacionavam com a nossa Equipe. Inicialmente nós organizávamos um pouco as atividades.

IZA — Lembro da gente em cima do caminhão fazendo sociodrama, música, discussões.

MARIA ALICE — A gente animava muito aquele tipo de teatrinho relâmpago, montado de improviso. O palco podia ser montado em cima de um caminhão, ou na Escola, ou na Igreja. **Havia ocasiões em que a assistência era tão grande que se tornava difícil armar o teatro no lugar programado. A gente tinha então que sair e fazer ao ar livre.** Começava-se com a apresentação de textos que levantavam um problema ligado à área, um problema sanitário, por exemplo, ou um problema político. Depois da apresentação se partia para a discussão, para tirar conclusões e planejar um trabalho a ser feito. Por último, tinha uma parte de lazer: todo mundo trazia músicas, poesias; enfim, havia mil coisas para apresentar. Depois, os Encontros começaram a ser pedidos e definidos pelas próprias comunidades. Então já não éramos nós que mandávamos uma comunicação dizendo que domingo, dia tal, ia ter um Encontro de Comunidade no lugar X. **Nós é que éramos convocados para ir assistir e participar desses Encontros. Quando a gente chegava lá, já estava tudo montado.**

IZA — Quando eles começaram a fazer os seus próprios Encontros, nós íamos então animar outras comunidades.

MARIA ALICE — A diferença entre esses Encontros com a Comunidade e as Caravanas é que nós não levávamos profissionais e não fazíamos nenhum tipo de atendimento na área.

NAZIRA — No Rio Grande do Norte, a partir das reuniões de comunidade, começaram a surgir muitos Postos de Saúde, muitas escolas, muitos Sindicatos e muitas estradas. Quer dizer, nasceram do levantamento das necessidades e dos mutirões organizados nessas reuniões. **Ao mesmo tempo, começaram a aparecer determinados impasses porque os mutirões comunitários não davam para resolver os problemas locais.** A própria ação sindical esbarrava nessa impotência. Aí começou a surgir um outro tipo de mobilização.

Em junho de 1962, lá no Engenho Goianinha, em Guaramiranga, os trabalhadores se reuniram. Uns 60 ou 80. Foi quando eles começaram a pedir não só aulas, não só programas de Rádio, mas também reuniões locais para começar um trabalho que, depois, seria chamado de Campanha de Politização. Na verdade, os trabalhadores sentiam necessidade de uma linha política mais forte. Queriam, inclusive, eleger trabalhadores como vereadores e até chegarem à Prefeitura, a Deputado e outros cargos. A meu ver, eles sentiam necessidade de partir para os centros urbanos e mostrar a força do campo.

Em Ceará Mirim, sede de um outro município, foi realizada, em julho de 62, uma grande concentração de trabalhadores. Foi a primeira vez que vi, na cidade, um comício grande de trabalhadores rurais vindos dos engenhos e, já a essa altura, gritando por Reforma Agrária.

Essa história de politização, de conscientização, de sair do âmbito da Escola para a ação política, inclusive partidária, não foi uma palavra de ordem do MEB. Isso foi se processando.

IV

Momentos que marcaram

a) O I Encontro Nacional

MARIA ALICE — Para mim, o momento que marcou mais, que deu a volta na minha cabeça e que determinou a guinada fundamental do MEB, foi o I Encontro Nacional de Coordenadores, de dezembro/62 em Recife. **Daquele Encontro eu saí com a cabeça a mil.** Todo mundo. Vamos esclarecer, no entanto, que o Encontro não realizou uma mudança repentina no MEB. Tudo aquilo já vinha sendo preparado dentro de nós. Já vinha amadurecendo, mas não tinha uma definição. Lá foi que se deu uma definição de perspectiva. Nesse sentido foi um momento decisivo.

RUTH — **Aquele Encontro preparou, acho, o melhor do MEB.** O ano mais importante foi aquele. De fato, desse Encontro de dezembro a gente saiu diferente.

ZEZÉ — Esse Encontro é muito mais do que a semana de 12 a 20 de dezembro de 1962. Acho que ele começou lá por março ou abril de 62. Um bando de coisas já estava no mundo provocando e questionando muito fortemente e, em alguns casos, até angustiando. Essa sensação vinha numa cadência crescente. Lembro que a discussão

fundamental se referia à questão da quantidade versus qualidade do trabalho. Definitivamente, nós não podíamos mais permitir a filosofia da quantidade, já estava insuportável. A gente via, com a experiência que se foi acumulando desde o começo do MEB em 61, que havia ocorrido um crescimento qualitativo do trabalho e vínhamos constatando também um amadurecimento ao nível das técnicas e dos métodos. Quer dizer, a base pedagógica do trabalho já era objeto de uma preocupação bastante grande. Mas a virada disso, como mergulho na conscientização e na politização, estava começando a se fazer, no início de 62, ainda numa gestação difícil, emperrada, até dentro da gente mesmo.

MARIA ALICE — Encontrando resistência dentro de nós e fora de nós; na Hierarquia da Igreja, por exemplo.

ZEZÉ — Encontrando resistências de todos os tamanhos. Mas a primeira estava dentro da gente mesmo. Afinal de contas era a Cartilha "Ler", como diz Maria José, que estava vigorando naquele momento e, pela prática das Equipes, ela já se revelava insatisfatória. Isso era uma coisa fortíssima. Depois, a questão sindical rural estava no mundo, e o que é que isso tinha a ver com a gente? A questão do diretivismo, do não diretivismo, também. O Rádio era um instrumento que, em última análise, trabalhava com massas e o risco da gente estar massificando era tremendo. **O que é que isso queria dizer em termos de um Movimento que se propunha fazer uma coisa diferente?** Então, há algum tempo, desde antes do Encontro, essas eram questões quentíssimas e que ficavam fervilhando nas nossas cabeças.

VERA — Você disse aí uma coisa que me parece muito importante: se houve uma grande modificação no trabalho do MEB, não foi o Encontro de 1962 que determinou essa modificação. **A proposta de conscientização explicitada nesse Encontro foi resultado de um processo, consequência inclusive de uma aprendizagem nossa na relação com o povo.**

Quer dizer, nunca houve uma palavra de ordem central que não tivesse vindo das necessidades que estavam sendo vividas. E não foi o MEB que inventou as necessidades do povo. O povo transmitiu as suas necessidades e o MEB tentou interpretá-las através do seu trabalho. Eu digo isso porque, em muitas cabeças, nós éramos tidos como "agitadores". Esqueciam que a "agitação" resulta das desigualdades e das dificuldades vividas.

AÍDA — É por aí. Lembro bem de uma fala de Lucinha nesse Encontro: "Nós não vamos mais voltar às Escolas Radiofônicas para levar água com açúcar para um pessoal que está lutando e sofrendo. Nós nos recusamos".

Mas, quando tento recuperar o clima do Encontro, me vêm logo à memória duas lembranças fortes. A primeira é o estado de espírito que a gente estava vivendo naquele momento. Era uma espécie de angústia por se saber com uma experiência de trabalho acumulada, que não podia continuar naquela direção e que já apontava para outro caminho. Mas não víamos claro. **Era como se se dissesse que o MEB já não era aquele por onde começou, já era outra coisa, e a gente não sabia explicar.**

A segunda coisa que me vem à lembrança é a presença e a palavra de Luiz Eduardo Wanderley e Luiz Alberto Gómez de Souza. Eles participaram do Encontro para ajudar a nossa discussão.

LUCINHA — Quando Luiz Alberto e Luiz Eduardo apresentaram textos elaborados por eles, foi porque já tinham uma reflexão em cima das nossas questões. E aí é que eu acho, Zezé, que Luiz Eduardo e Luiz Alberto conseguiram explicitar as questões vivenciadas por nós dentro do Movimento.

Agora, a gente levou um choque quando desvendou as implicações do nosso trabalho. Daí ter sido esse encontro um marco tão grande.

AÍDA — A grande pergunta que decorria dos nossos debates era a seguinte: a gente está ou não disposta a assumir as consequências de uma definição de posição? E nos desafiávamos dizendo: nós estamos discutindo e dizendo mil coisas aqui dentro, mas é preciso não esquecer que estamos vinculados à Igreja, recebendo dinheiro do Governo. **Será que vamos ter raça de assumir uma posição? Isso tem consequências.**

MARIA ALICE — Isso nos colocou contra a parede. Agora, é bom reafirmar que o encontro não ditou novas cláusulas para não dar a impressão de que coisas novas foram plantadas a partir dali. Aquilo, como dizia Vera, foi muito mais um ponto de chegada do que um ponto de partida. **Tudo em sendo um tremendo ponto de partida em função das coisas que foram definidas, ele era um incrível ponto de chegada, dado o processo anterior.** Acho que por isso, e exatamente só por isso, que a gente foi capaz de assumir.

NAZIRA — Nós estávamos trabalhando com duas categorias-chaves: uma era conscientização e a outra era politização que, no fundo, era uma busca de formas e mecanismos para a ação política. Essa busca resultou em experiências como as de Guaramiranga e Ceará Mirim que foram discutidas nesse Encontro.

VERA — Não sei para vocês mas, para mim, a partir desse Encontro é que começaram as grandes angústias. Porque a gente queria desembocar numa participação política, mas aí começavam as dificuldades com as organizações políticas. A manipulação que elas já tinham começado a fazer em algumas áreas me dava uma angústia tremenda. **Ninguém pode imaginar as dificuldades, nesse percurso, para defender a participação política do MEB diante de uma estrutura tal como era a nossa.**

MARIA ALICE — Essa foi uma conseqüência. Quer dizer, o marco não foi apenas o Encontro em si, mas as conseqüências que dele decorreram e que foram até o fim.

AÍDA — As tensões começaram nesse Encontro de 62 e podemos dizer que elas foram crescendo. Como decorrência imediata, houve uma série de reações do Episcopado. A partir daí, quem não lembra das interferências, dos cerceamentos e dos vários momentos em que essa tensão foi se reproduzindo dentro e fora da instituição, no confronto com os bispos e com vários outros grupos da Igreja? As Equipes também começaram a se modificar. Algumas pessoas disseram definitivamente: “Não estou nessa”.

Agora, em Pernambuco, a tensão maior se deu quando o movimento sindical rural começou a crescer. Pernambuco tinha determinadas características no que dizia respeito a esse movimento. A Igreja estava dando força a uma atuação inspirada no modelo de Natal, ligado à Diocese, numa linha anti-Ligas, anti-Partido Comunista, anti-tudo. Era o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), dirigido por um padre. O MEB não tinha nenhuma identificação com essa linha, mas... pagava um advogado que assessorava o movimento sindical do SORPE! Aí chegou a um ponto que nós dissemos: “Afinal a gente está com quem e contra quem exatamente? Nós estamos fazendo um trabalho numa direção e financiamos a direção contrária?” E começou a complicação.

Lembro, por exemplo, que num determinado momento, quadros do sindicalismo do padre queriam impedir a posse da Diretoria do Sindicato de Jaboatão porque o Partido Comunista é que teria obtido a legalização do Sindicato no Ministério. As coisas se passavam assim,

tipo Cruzada. Eu ia passando na calçada da sede do SORPE e alguns Presidentes de Sindicato me chamaram: “Aída, entra aqui rapaz, porque está tudo complicado. O padre e os advogados querem que a gente vá amanhã à noite a Jaboatão para não deixar a Diretoria do Sindicato tomar posse”. Eu disse: “Mas vocês não são todos trabalhadores rurais, tudo igual, da mesma categoria? Ou será que uns têm escrito na testa ‘trabalhadores rurais do Partido Comunista’ ou do ‘Partido do não sei de quê’, ou do ‘Partido do padre?’” No meio da discussão, o padre chegou e a agressão, como era de se esperar, caiu em cima de mim e Guaraná¹ que estava comigo: “Cadê, Cuba já chegou no Brasil?” Bom, eu sei que os trabalhadores acabaram dizendo: “Agora não dá para continuar a conversa. Mais tarde a gente se encontra”. À noite a gente voltou a se encontrar e tivemos uma excelente discussão. Agora, todos eles eram muito vinculados ao padre e a gente sabia. Tanto que eu disse: “Minha gente, nós estamos nessa reunião aqui, discutindo livremente, mas eu sei que amanhã de manhã o padre e o resto da assessoria vão ficar sabendo de tudo”. Porque, no fundo, eles estavam muito divididos. O padre é quem dirigia o movimento e, nesse ponto, eles eram muito dependentes. Ao mesmo tempo a gente não podia negar o apoio pedido naquela hora. Mas foi dito e feito. No dia seguinte de manhã lá estava a convocação para eu e Guaraná comparecermos ao “tribunal” do padre e dos advogados.

Enfim, a questão estava colocada: o MEB vai fazer sindicalismo ou não? Porque, ficar intermediando essa contradição de pagar advogado do SORPE, não dava. A história estava tão confusa na ocasião, que eu disse: “Se é para ficar nessa divisão, saio do MEB para não criar complicação. O MEB não faz sindicato em Pernambuco. Quem faz sindicato é o SORPE, e eu estou decidida a comprar a briga junto com os trabalhadores”. Isso foi no segundo semestre de 63. Então escrevi para D. Távora, pedi uma licença da coordenação Estadual do MEB, e passei a trabalhar com sindicalismo através da SUPRA. Mas isso me custou muito.

VERA — Acredito que foi na virada de 62 para 63 que começaram as traições públicas. Lembro de um bispo que fez uma circular a todos os bispos dizendo que a gente era comunista e que tomassem cuidado com o MEB. Isso dito por um bispo e chegando a todos os bispos, chegava também à CNBB e ao CDN.

É nessa altura que começa a multiplicação das traições.

NAZIRA — Acho que isso era o resultado de um processo mais amplo, o processo de perda de poder da Igreja. Eu acho que o MEB foi assim

1. Antônio Eustáquio Gerson Guaraná, na época, ligado à Equipe Estadual de Pernambuco.

um exemplinho desse processo. No MEB, isso se concretizou quando os trabalhadores começaram a participar mais dos sindicatos, e na medida em que nós ampliamos nossas possibilidades de assumir o Movimento. Mas isso se passava também com outros movimentos de leigos. E, ainda mais, não era um fenômeno só brasileiro, era algo que estava acontecendo no mundo todo.

A partir daí, então, começou o nosso confronto com o clero. Como cristãos, a nossa argumentação era a de que a Igreja, enquanto instituição, enquanto Hierarquia devia se retirar do comando da Saúde, da Educação, etc. Dentro disso, você veja, por exemplo, a história daquele império que foi o SAR de Natal.

ROBERTO — Eu queria lembrar o momento da origem do MEB. A decisão de criar o MEB tal como ele foi constituído — com uma Equipe Nacional, com esse tipo de estrutura, com uma função leiga importante — acho que foi um momento decisivo na história do Movimento. A criação de um MEB não clerical, e, ao mesmo tempo, ligado à CNBB, acho até que foi uma sapiência.

VERA — Tudo bem. Mas é muito importante registrar que o MEB era um Movimento ligado à CNBB e resultado de um convênio assinado entre o Governo e a CNBB. Acontece que quando os leigos começaram a se afirmar, os bispos não perceberam que o trabalho era feito por nós e que o dinheiro vinha de uma área leiga. Eles achavam que a responsabilidade era só deles.

MARIA ALICE — É por aí que se chegou àquele impasse da discussão do confessional e não confessional, depois do Encontro de 62. Aula de religião: faz, tira. Mas aula de religião é o quê? É para levar doutrina? Quer dizer, era muito complicado.

b) A Cartilha "Viver é Lutar"

MARIA JOSÉ — A Cartilha "Viver é Lutar" foi um parto dolorosíssimo, demorou não sei quantos meses para sair aquela cartilha. Lembro muito bem das primeiras reuniões de preparação da "Viver é Lutar". A primeira foi ainda em Natal.

FELÍCIA — Afinal, eu não sei se a Cartilha foi uma resolução decorrente do Encontro de 62.

VERA — Antes do Encontro já havia a constatação da necessidade de uma cartilha. Um trabalho prévio foi feito por grupos formados por alfabetizadores de diversos Sistemas do Movimento. Mas ela ainda não estava pronta quando houve o Encontro de 1962. A partir daí, naturalmente, ela foi mais agilizada.

A cartilha representava uma resposta às necessidades de alfabetização e método e foi uma concretização da nossa proposta de globalização: a partir dos textos, poderia se tocar em uma série de problemas.

MARIA JOSÉ — A fase final de elaboração da Cartilha foi em Aracaju, onde ficamos uns dez dias trabalhando. Lá, o que houve foi mais o enriquecimento dos textos, porque a parte metodológica já estava completamente pronta.

VERA — Foi também nessa ocasião, em Aracaju, que nós chegamos à conclusão que a melhor ilustração seria a fotografia e não o desenho.

LUCINHA — Eu sei que, no teste que a gente fez com a Cartilha, o pessoal não gostou do desenho. Disseram que gostavam de caras e não de caricaturas. E era verdade mesmo. Havia umas ilustrações que eram bem caricaturadas mesmo.

MARIA ALICE — A Cartilha não era só um livro de leitura, era um Conjunto Didático; a Cartilha e mais outros três documentos: a Fundamentação, a Justificação e a Mensagem. Porém, só o livro de leitura é que foi distribuído pelas Escolas.

LUCINHA — Em Pernambuco, todas as Equipes receberam um primeiro lote das Cartilhas, mas ela foi usada durante pouco tempo.

ZEZÉ — Esse pouco tempo significa o quê?

NAZIRA — Em Natal, também foi pouco usada mas eu não sei por quanto tempo.

RITA — Em Fortaleza foi por uns dois ou três meses.

MARIA JOSÉ — Em Aracaju, ela não chegou a ser usada. A gente estava pensando em fazer um trabalho de preparação com os monitores, visto que a Cartilha apresentava realmente uma sistemática nova do ensino, com metodologia nova e tudo. Ainda estávamos com todo o

estoque da Cartilha sem distribuir porque D. Távora tinha programado alguma coisa para o lançamento da Cartilha. Nós não chegamos nem a distribuir porque ia chegar aquele grande momento do lançamento da Cartilha.

LUCINHA — A Cartilha não foi usada mais de quatro meses em nenhum lugar. O primeiro lote de Cartilhas chegou no segundo semestre de 1963. O segundo lote ainda estava na gráfica, quando, em fevereiro de 64, Carlos Lacerda mandou apreender.

RUTH — Em fevereiro eu estava viajando, fazendo supervisão, comprei um jornal e tinha lá uma manchete: “Apreendida a Cartilha do MEB”. Tomei o maior susto.

RITA — Essa ordem de apreensão da Cartilha, Vera, como é que ela se deu?

VERA — Bom, um dia nós chegamos à sede do MEB, de manhã cedo, e tivemos a notícia de que as cartilhas tinham sido apreendidas na gráfica, por Carlos Lacerda. Era resultado de umas denúncias feitas à Polícia Federal, porque ele foi diretamente à fonte.

Nessa altura da apreensão, D. Távora estava no Rio e, então, pediu uma audiência a Carlos Lacerda. Quando ele foi para essa audiência, a notícia já estava na imprensa. O fato tinha ocorrido à noite e nós não fomos avisados. Mas eles se encarregaram de passar a informação à imprensa e, no dia seguinte, a notícia já estava estampada nos jornais.

Bem, D. Távora teve que esperar não sei quantas horas para ser atendido por Lacerda. Aí já começou a humilhação. Finalmente, o Governador apareceu e começou a audiência apresentando a Cartilha: “Isso é do comunismo de D. Hélder”. D. Távora respondeu: “Não, o responsável pelo MEB sou eu”. Lacerda teve o maior susto, porque ele apreendeu a Cartilha para hostilizar D. Hélder.

Eu sei que, depois de muitas peripécias, a Cartilha foi enfim liberada e a segunda remessa foi enviada aos Sistemas.

AÍDA — Mas quando nós recebemos esse segundo lote, já não deu para distribuir pelas Escolas.

VERA — Aí já foi por conta da repressão militar

IZA — Em Goiás nós distribuimos o primeiro lote da Cartilha e, poucos meses depois, com o Golpe, saímos para recolher. Nessa ocasião nós jogamos cartilhas dentro de rios, rasgamos pelo caminho; em alguns lugares, os próprios monitores encarregaram-se de destruir.

MARIA ALICE — A gente mandou avisar que não destruíssem e saímos recolhendo. Mas, antes que a gente chegasse lá, muitas Cartilhas já tinham sido queimadas. Mesmo assim ainda sobraram dois caixotes enormes que D. Fernando mandou levar para um Seminário velho da Diocese.

MARIA JOSÉ — Vera, depois da apreensão da Cartilha por Lacerda, não houve um outro episódio na televisão?

VERA — Flávio Cavalcanti apresentou a Cartilha na televisão dizendo: “Vejam como anda o comunismo no Brasil!” Acompanhou isso de toda uma falação sobre a subversão e, no fim, rasgou a Cartilha para todo mundo ver.

RUTH — Mas, antes do escândalo de Lacerda, a Cartilha foi analisada pela Escola Superior de Guerra. Eu explico. Por ocasião do Golpe, a Cartilha veio parar nas mãos de um comandante militar que eu conhecia. Então, ele comentou: “Mas essa cartilha já foi analisada o ano passado na Escola Superior de Guerra e é D. Ruth quem dirige isso aqui na Bahia. Isso não tem nada de comunismo”.

VERA — Quer dizer que a Escola Superior de Guerra não encontrou nada de mais na Cartilha? Pode-se concluir então que a ESG não compunha o esquema que estava por trás do escândalo armado pelo Lacerda?

RUTH — Parece que é isso aí.

VERA — Agora quero lembrar que, antes mesmo do Golpe, a USAID propôs um convênio ao MEB. Na época nós estávamos numa situação financeira muito ruim, e eles ofereciam rios de dinheiro. Mas depois de muitas idas e vindas, a gente conseguiu se livrar da assinatura desse convênio porque ele não contava com a menor adesão dentro do Movimento. O convênio previa a substituição dos aparelhos de rádio cativos por receptores de televisão também cativos.

AÍDA — Lembro de Vera, lá na SUDENE, dizendo assim: “Mas isso é um elefante branco! Aonde é que isso já foi experimentado? Nós não vamos ser campo de experimentação de uma coisa que já sabemos que não dá certo. Já temos uma enorme dificuldade para consertar os aparelhos de rádio que são aparelhos simples, imaginem um receptor de televisão!” Esse foi o motivo principal que nós alegamos para não aceitar o convênio.

VERA — É preciso ficar claro que, nessa época, não era só o MEB que recebia esse tipo de pressão. Eram todas as entidades que, como nós, se inscreviam na luta política do momento.

MARIA ALICE — Agora, dentro do MEB, a gente estava vivendo um dilema muito grande decorrente da linha tomada a partir do Encontro de 1962. Lembro bem, no Encontro de 62, do medo e da angústia que vivemos quando decidimos assumir essa linha, porque as coisas não podiam ser vivenciadas por antecipação. Nós já sabíamos, no entanto, que ia chegar num determinado momento em que o MEB tinha que se repensar e as comunidades tinham que partir para um engajamento político mais definido.

IZA — A gente sentia que, de alguma forma, iria se topar com o problema da identidade do Movimento e se perguntava freqüentemente: “Até aonde vai a ação do MEB? Como é que ela se articula com uma ação política?”

MARIA ALICE — A grande angústia, para mim, era o medo que nós tínhamos de entregar o trabalho a um grupo político no qual nós não confiávamos, ou da possibilidade de não existir nenhum grupo no qual nós pudéssemos confiar. Porque, devido ao respeito pelo povo que nós fomos construindo durante todo o nosso trabalho, não suportávamos a idéia de que esse povo pudesse ser massificado por algum grupo político. Sabíamos que ia chegar o momento em que a nossa ação ia ser interrompida e que a comunidade continuaria a caminhar com os seus próprios pés. Sabíamos também que, para isso, ela tinha que se engajar numa outra coisa, porque ninguém caminha desorganizado. Mas no quê? **Que movimento respeitaria a comunidade como a gente fazia?**

NAZIRA — Nós sentíamos necessidade de achar formas e mecanismos para uma ação política que extrapolava a área de atuação das

Escolas e até dos Sindicatos e das Cooperativas. **Achávamos que só estruturas como partidos políticos poderiam catalisar a dinâmica daquele processo no qual estávamos envolvidos.** Inclusive naquele Encontro de dezembro de 1963 em que o Vaz participou, a gente discutiu se o MEB, afinal de contas, deveria partir para uma explicitação de alianças com partidos, funcionando quase como um preparador de quadros. Analisamos isso em termos muito práticos, lúcidos, e ficamos de retormar a discussão num outro encontro. Mas aí estourou o Golpe.

ROBERTO — **O Golpe amorteceu um pouquinho essa discussão, mas a dúvida a respeito dos limites da ação educativa continuou sendo uma constante no MEB.** Acho que esse problema esteve sempre muito presente. A meu ver, era uma ingenuidade nossa porque a ação política é necessariamente diferente da ação educativa. A ação política tem o interesse de tomar o poder. A ação educativa tem como interesse formar as pessoas, desenvolver as pessoas.

MARIA ALICE — Sei que de repente, em 1964, nós nos sentimos assustados com o andamento do processo; e contudo, essa era realmente a nossa proposta, a partir do Encontro de 62. Na verdade, teria que chegar onde chegou. Vou concretizar aqui um exemplo. Havia uma comunidade onde, a uma determinada altura, o pessoal nos disse que havia chegado o momento da luta política e que era hora, portanto, do MEB se retirar porque eles já não precisavam de nós. Eles queriam partir para uma luta mais ampla e se sentiam preparados para isso. Quer dizer, nós os ajudamos a chegar até lá. De toda maneira, foi um susto.

MARLIETE — **Nós é que não estávamos preparados.** Teoricamente era para chegar lá, mas no momento em que se chegou, a gente não esperava. Então aí cabe a pergunta de Maria José: se não tivesse havido 1964, onde teríamos chegado?

c) O MEB e os Grupos Políticos

ZEZÉ — Um movimento com toda essa potencialidade que acabamos de descrever, com uma disponibilidade de meios de comunicação tão grande, é claro que isso tinha que ser cobiçadíssimo pelos partidos políticos emergentes naquele momento histórico. Novamente o momento histórico condiciona o que vai acontecendo dentro do Movimento.

Vamos lembrar que os movimentos políticos começaram a se caracterizar como tais nessa época. Mais especificamente, para nós, a Ação Popular. Esse momento caracteriza o que você pode chamar de luta pelo poder, que até então parecia não acontecer dentro do MEB. A conjuntura do Movimento, então, começa a ganhar outra conotação que não foi a do mar de rosas que descrevemos até agora. Eu acho que a gente não se deu conta que o processo era mutável. Vínhamos de uma fase, no sentido amplo da palavra, de uma certa ingenuidade política. Amadurecemos politicamente; e esse politicamente, na época, implicava no reconhecimento e na participação em grupos políticos.

AÍDA — De fato, a partir de 64, vivemos uma fase marcada por grandes tensões decorrentes da nossa relação com os grupos políticos. A AP, por exemplo, era um movimento político que tinha sido forjado muito próximo de nós, e tinha uma lógica de funcionamento diferente dos partidos tradicionais. Então havia pessoas de AP dentro do MEB e isso, no início, não dava problema. Mas, depois, foi ficando uma convivência difícil. Em determinado momento ficou claro que eram duas lógicas de atuação e nós não tínhamos condições de estabelecer uma aliança em bloco.

ROBERTO — Não era para fazer uma aliança. Era um compromisso que a gente poderia ter estabelecido, e que em alguns lugares ficou esclarecido, e em outros não.

ZEZÉ — Essa questão quentíssima para todo mundo tomava cores mais fortes e menos fortes conforme o lugar e conforme o momento. Há uma grande distância entre o momento de antes e o depois do Golpe. Até 31 de março foi uma coisa e, depois, foi outra. Embora o processo fosse num crescendo, cada lugar também tinha as suas peculiaridades.

IZA — Em Goiás, o sofrimento da gente com essa questão das alianças era muito grande. Não sabíamos como fazer porque não podíamos dizer não e, ao mesmo tempo, havia todo um problema com as pessoas que não assumiam os limites daquele compromisso.

MARIA ALICE — Eu posso adiantar que se nós confiássemos mais em nossa ação, em nosso trabalho, talvez não tivéssemos ficado com tanto medo da entrada dos grupos políticos. Porque a gente podia ter pensado assim: bom, durante tantos anos se fez um trabalho tão

bom com os lavradores que, agora, eles estão em condições de tomar as suas próprias decisões. Acontece que a gente não sentia assim, também por causa da gravidade do momento. Quer dizer, quem se ligasse a um grupo daqueles estava se arriscando a ser preso e morto. Tínhamos muito medo porque os grupos entravam para valer e o povo corria um risco enorme. Se o momento não fosse tão grave, talvez a gente não se assustasse tanto.

MARLIETE — Alguns tinham condições de enfrentar esse risco, mas eram raras exceções. A grande maioria dos monitores que foram presos, por exemplo, não quis mais ver rádio na sua frente.

FELÍCIA — Eu vejo tudo isso muito relacionado com aquele momento político. O MEB era uma entidade centralizada e, ao mesmo tempo, não exercia a autoridade típica do poder centralizado. Por isso havia muitas brechas por onde a política, fosse ela de partidos ou de outros grupos, podia entrar. Então não vejo porque eu, por exemplo, que na época era de uma organização política, não pudesse exercer a minha militância. Essa é uma questão nítida. O próprio MEB, enquanto entidade, já estava misturado e começava a perder a sua identidade. Naquele momento, o Movimento começou a ser invadido por uma outra influência política.

Agora, eu acho que o MEB Recife fechou muito por medo dessa invasão de uma outra política. E com toda razão. Com o fechamento, o MEB Pernambuco não se descaracterizou. Se o Movimento tivesse sido aproveitado para uma outra coisa, não seria mais MEB. Contudo, do lado do MEB, houve também dificuldade de definir os seus limites enquanto instituição. Não digo que esses limites tivessem que ser impostos, mas a gente não viveu um tempo suficiente para discutir a fundo esses impasses. Na verdade, nós não sabemos lidar com essa realidade.

d) O Golpe de 1964

NAZIRA — No dia 1º de abril, eu viajei para Recife porque senti que lá do Rio Grande do Norte seria impossível compreender direito o que estava acontecendo. Essa viagem que eu fiz de ônibus foi o retrato do que o trabalhador rural estava significando naquele momento. Acho importante registrar essa tensão vivida pelos trabalhadores rurais. A palavra camponês, inclusive, tinha se tornado cada vez mais um estigma. Camponês era o Sindicato, eram as

Ligas, era o Comunismo. Para vocês fazerem uma idéia, cada vez que o ônibus parava na estrada e, como acontece em toda viagem, entravam um ou dois trabalhadores, todo mundo no ônibus se assustava. **Parecia que estava entrando, assim, uma peste, o próprio anticristo.** Isso era um negócio fortíssimo. Se nós tivemos depressões, prisões e vigilância, eles tiveram isso numa potência que só eles podem contar.

AÍDA — Era mais generalizado do que simplesmente a polícia e o exército. Era o clima da população.

MARLIETE — Um quadro assim parecido eu vivi. Lá pelo dia 3 de abril, eu viajei de Nazaré da Mata para Recife. Quando desci na Rodoviária de Recife, vi lá um ônibus imenso cheio de camponeses com enxadas e que tinham sido presos arbitrariamente. **Era como um navio negreiro ancorado ali na rua da Prefeitura.** Olhei aquilo com tanta revolta, com um arrasamento tão grande!

RUTE — Logo depois do Golpe de 64, em nome de que tínhamos feito um Movimento juntos, nós não podíamos deixar os monitores sozinhos. Então eu fiz coisas que, hoje, não sei se teria a mesma raça para fazer. Entrava naqueles engenhos para localizar os monitores, para encontrar as pessoas. Uma vez soubemos que o dono do engenho tinha ficado furioso e botado capanga para impedir a nossa entrada. Éramos capazes até de levar um tiro, mas a gente se expunha porque, para nós, essa solidariedade era muito clara.

Numa dessas ocasiões, estive com um monitor que eu tenho a impressão de ter reconhecido no filme "Cabra Marcado para Morrer"; reconheci pela voz. Lembro dele sentado num banco conversando comigo. Ele chorava contando que tinha perdido a mulher, a família, e não sabia aonde estavam. A mulher dele se chamava Isabel.

Realmente, esse respeito pelo monitor era levado muito a sério.

AÍDA — Nos dias que se seguiram ao Golpe, foi todo um sofrimento de perseguição: gente dos Sindicatos presa, peregrinação pelos quartéis, etc. Essas histórias foram muito pesadas.

ZEZÉ — Houve tudo isso que vocês falaram: fugas, esconderijos, buscas, etc. **Houve momentos até de ficarmos com a cabeça tonta: quem somos nós? o que vamos ser? Éramos pressionados de todo**

lado, pela base e pela cúpula. Não só porque o Golpe tinha se dado a nível nacional, mas porque, internamente, o conflito com a Hierarquia da Igreja estava cada dia mais acirrado. A cada acontecimento, o cerco se fechava ainda mais. Mas, na verdade, as pressões da Hierarquia começaram bem antes do Golpe. **O CDN teve duas eleições, duas mudanças de componentes, sempre no sentido do fechamento.** Nesse momento é que entra um teólogo para trabalhar com a Equipe Nacional. Tivemos duas reuniões importantes com a participação dele; foram muito duras. A cada episódio, as coisas se tornavam mais difíceis.

Logo depois do Golpe, em agosto de 1964, houve uma reunião nacional que não estava programada. A sensação de perdidos era tal, que houve toda uma articulação entre as Equipes para que essa reunião acontecesse. **A questão a discutir era: o MEB continuava ou deveria acabar naquele momento?** Outra questão muito forte, nesse momento, eram os limites do Movimento face à nova situação. Foi nessa ocasião que eu, pessoalmente, me senti me desligando do MEB. **Ali a Hierarquia, respaldada no Golpe, afirmava que o Movimento não podia mais continuar com a linha que vinha desenvolvendo.** Novamente o nosso querido D. Távora teve um papel muito forte e foi conduzido para esse beco meio sem saída. Era a depuração. Pelo menos alguns de nós fomos postos no canto da parede, tipo: "as portas estão abertas". **Eu acho que isso é uma coisa dura da gente relatar, mas foi real.**

LUCINHA — No gênero de: "Meu Brasil: ame-o ou deixe-o".

VERA — Acontece que a maioria dos bispos puxou o tapete dos pés de D. Távora. Ele, que tinha circulação em todos os níveis, de repente ficou totalmente isolado. D. Távora não tinha mais força e, portanto, também não podia transmitir força.

NAZIRA — Nessa linha das "portas estão abertas" muitos foram afastados. Não pela polícia mas pelos próprios bispos. Eu fui afastada pelo bispo de Natal. Eles não compreendiam quando dizíamos que havia adaptações a fazer na atuação do MEB, mas que isso não significava uma mudança de adesão equivalente a uma traição ou a um retrocesso.

RITA — Houve casos de rompimento com algumas pessoas e com a Hierarquia mesmo. Com o padre que coordenava o MEB em Fortaleza, por exemplo, nós rompemos totalmente. Ele passou até a censurar as aulas e não houve condições para uma convivência.

AÍDA — Em Pernambuco, houve momentos difíceis com a Hierarquia mas a gente não pode dizer que isso levou a situações extremas. Não houve assim uma interferência direta. Não que eu me lembre.

MARIA JOSÉ — Eu também sofri. Porque tem aquela hora, como foi o meu caso, em que a gente precisa de apoio. E eu não pude nem voltar ao MEB. Não me deixaram. Não entendi e não vou perdoar. **Sei que o Golpe criou um momento de pavor. Um pavor tão grande que, de repente, estavam queimando tudo: cartilhas, pastas, etc.**

BACCHETTO — **Acho que o momento mais decisivo na vida do MEB foram os acontecimentos de 1964.** Na medida em que o processo da ditadura se instalou, causou todos os tipos de interferência que nós enfrentamos a partir daí. Significou uma desestruturação do ponto de vista organizacional. Todos os passos e eventos conseqüentes, a partir de 64, mostram uma deterioração progressiva.

A Igreja se recompôs com o governo, conseguiu novo convênio com o MEC, nova dotação de verbas, etc. Mesmo os anos 65/66, já foram debaixo desse respaldo oficial, onde o episcopado, de certa forma, se comprometeu a manter o Movimento nos limites adequados para a situação.

Os grupos foram se desestruturando e o que permaneceu, permaneceu condicionado à cobertura que a Igreja dava.

e) Fechamento

NAZIRA — Em 65, nós ainda estávamos, em matéria de aula, a todo vapor. Pressionados, mas tentando empurrar a porta para ver até onde dava. A força do conteúdo político, em 65, era impressionante.

ROBERTO — Eu estava no Encontro Nacional de fevereiro de 65 e, naquela ocasião, ainda havia esperança. O que caracterizou aquele momento, pelo menos é a impressão que guardei, foi a procura de uma técnica do MEB. Lembro bem de Celso Lamparelli elaborando todo um esquema de planejamento e organização como instrumento de trabalho.

VERA — A intenção nossa era ganhar tempo. Enquanto se esperava que as coisas tomassem forma, resolvemos melhorar alguns aspectos.

Agora, a situação interna do MEB era péssima. Eu mesma estava inteiramente insatisfeita com o rumo que o MEB começava a tomar e não estava, evidentemente, de acordo com as decisões tomadas. Nessa situação, a gente se dispôs a ganhar um pouco de tempo tentando melhorar por dentro.

Sei que muitos saíram frustrados desse Encontro. **Não tínhamos condições de ter a menor influência sobre o rumo dos acontecimentos.** As pessoas que tinham peso nas decisões achavam que o Movimento deveria continuar. E a gente se perguntava: vai continuar para fazer o quê?

LUCINHA — O que acontecia nos Estados — especialmente nas áreas que sofriam uma perseguição mais direta — levava a gente a acreditar que o MEB não tinha possibilidades de continuar.

MARIA ALICE — Foi nesse Encontro de 65 que decidiram fazer a Cartilha “Mutirão” para substituir a “Viver é Lutar”. Quando o “Mutirão” chegou, achamos que era muito nordestino e não servia para nós em Goiás. Partimos então para a feitura de outro método que também não chegou a ser usado: ele só ficou pronto no primeiro semestre de 66, justamente quando nós nos reunimos com os alunos e os monitores e, juntos, resolvemos acabar o MEB em Goiás.

ZEZÉ — Quanta criatividade posta fora!

MARLIETE — Em Nazaré da Mata, a gente segurou a barra enquanto pôde. Continuamos produzindo. Mas em 66 a situação pesou e vimos que não dava mais para prosseguir.

AÍDA — A maneira de nos afogar não foi só a pressão interna. Foi também a redução dos recursos financeiros. Reduziram tanto que chegou um momento em que não se podia mais fazer encontros, treinamentos, supervisões. Tudo foi diminuindo até chegar a um imobilismo inviável. **As formas de contato direto foram cerceadas.** Veio a impossibilidade de agir enquanto Movimento.

LUCINHA — **Tínhamos que ficar mais num trabalho de escritório** porque até os carros, por exemplo, nós não podíamos manter.

NAZIRA — Por volta de 65/66, o clima era insuportável. O projeto de vida era um vazio tão absoluto que ninguém tinha mais assunto. A gente sentava um ao lado do outro e não tinha o que conversar.

Em 66, ainda tentamos estudar e produzir alguma coisa. Nessa época, eu estava integrada à Equipe Estadual de Pernambuco. Lembro que pegamos todas as cartas para fazer um levantamento das atividades que estavam acontecendo. Chegamos até a escrever um documento.

De todo modo, “empurramos a porta” até 66. E aí vimos que não dava mais. Nessa altura, houve aquela célebre reunião em Recife, que foi um momento bonito, decisivo.

FELÍCIA — A decisão era: se tem que virar merda, a gente pára aqui.

AÍDA — Em julho de 66 foi desencadeado o processo de fechamento do MEB naqueles Sistemas que, por assim dizer, construíram o Movimento junto com o Nacional. Isso vai até 1967 e não quer dizer que fechou todo o MEB. Alguns Sistemas de muita história e muito peso continuaram, mas já enfraquecidos. Já não se podia falar em Movimento e muito menos em um movimento nacional.

A Equipe Nacional foi reestruturada e uma nova fase começou a ser vivida pelo MEB. Nessa fase, que vai até 71, os Sistemas do Norte que ainda eram experiências muito novas, à procura do seu próprio caminho, foram objeto de uma atenção maior.

De qualquer maneira, desde 65 já se respirava um clima de imobilização progressiva: encerramento dos trabalhos em alguns Sistemas, redução de áreas de atuação, redução de pessoal na Equipes, enfim, a marcha da contenção.

Agora, o modo como se desencadeou o processo mais geral de fechamento tem seus fatos. Em maio ou junho de 66, estávamos no Rio: Piera, do Ceará, Paulo Henrique, de Minas, eu e mais umas outras pessoas. Então alguém do Nacional nos mostrou a cópia de uma carta que o Vice-Presidente do CDN pretendia enviar ao MEC. Nessa carta, o MEB assumia com o MEC o compromisso de descentralização do Movimento.

ROBERTO — O Vice-Presidente do CDN aceitava a pressão do MEC, no sentido de acabar com a Equipe Nacional. O Movimento não teria mais caráter nacional e ficaria na dependência imediata de cada Diocese e da orientação de cada bispo. Na Equipe Nacional, ficaria somente uma pessoa para o trabalho de repassamento de verbas.

AÍDA — Para nós, esse compromisso era inaceitável. E aí a gente se articulou.

RITA — Foi, a gente se articulou.

AÍDA — Fizemos uma série de cópias daquela carta, e mandamos para todos os Estaduais e Coordenadores de Equipes sugerindo que cada Equipe produzisse um documento em reação àquele compromisso com o MEC. Esses documentos seriam encaminhados a Marina, Secretária Geral do MEB, com a recomendação de apresentá-los na próxima reunião do CDN.

VERA — Eu sei que bateu aqui no Nacional toda essa documentação e havia uma reunião do CDN marcada. Marina, então, convocou o pessoal dos Estados para uma reunião nessa mesma data, com a finalidade de resolver questões financeiras e administrativas. E, de repente, “por acaso”, estava todo mundo no Rio: Pernambuco, Goiás, Bahia, Minas, Ceará...

ROBERTO — E mais: Protásio de Tefé, Francisca de Santarém, Isa-Isabel de Bragança, etc.

AÍDA — A gente aguardou, na sede, as reações do CDN. Lembro de Marina contando como ocorreu. Ela dizia assim ao CDN: “Bem, acabei de receber uns documentos das Equipes e me pedem para comunicar o teor ao CDN”. E passou a ler, um a um, na ordem dos menos violentos aos mais violentos. Vale dizer que a maioria dos documentos incluía um pedido de demissão em bloco.

Bem, depois de tudo isso, pedimos uma reunião com o Vice-Presidente do CDN. Realmente foi o confronto dos dois níveis do MEB: a Hierarquia e as Equipes.

VERA — Diante de tudo isso, a opção do Nacional, junto com D. Távora, era a de continuar com os Sistemas que subsistissem dentro dos limites dados.

No Nacional, a certa altura, chegou-se a cogitar se nós, enquanto um grupo independente da Igreja e do Estado, teríamos condições de conseguir convênios para a manutenção do Movimento. Essa teria sido uma solução possível, mas foi considerada inviável por muitos.

Dáí por diante, o fechamento passou a ser só uma questão administrativa. Não havia mais expectativa de sobrevivência do Movimento. Os controles estavam nas mãos do Episcopado e do Governo.

Pessoalmente, eu me desliguei do MEB em abriu de 1966. Agora, seria interessante saber como o fechamento se processou em cada lugar.

LUCINHA — Em Pernambuco, nós reunimos todas as Equipes Locais. Discutimos a situação, o que estava acontecendo em termos de repressão e de contenção. Cada grupo se pronunciou e a resolução se deu em dois níveis: o nível da opção pessoal e o nível da opção das Equipes. A maior parte das Equipes não agüentava mais. A única que reagiu ao fechamento foi a Equipe do Recife. Mas todas as outras achavam que não havia mais condições para continuar.

MARLIETE — A resolução foi pessoal sim, mas antes desse Encontro Estadual, cada Equipe se reuniu para analisar.

Na verdade, 65 foi o ano em que a gente murchou. Não em relação aos noticiários e aos programas radiofônicos, mas no que dizia respeito às atividades de supervisão e treinamentos, que eram os caminhos de contato direto com a população.

IZA — Em Goiás, o fechamento foi também depois desse Encontro Nacional de julho de 66. Foi uma tensão muito forte essa de ir preparando o pessoal, terminando, fechando. Ficou ainda muito programa por fazer. Foi um processo difícil para todo mundo, sobretudo quando se teve que ir buscar os rádios nas Escolas.

MARIA ALICE — Eu me lembro que quando cheguei do México, em 66, a Equipe já estava muito reduzida. Uma aula que Iza preparava, por exemplo, ela mesmo é quem emitia.

IZA — Eu fiquei só para fazer o encerramento, seguindo a forma recomendada pelos monitores. Tentava levar aquela esperança para que eles não parassem, continuassem, mesmo sem o MEB.

RITA — No Ceará, o que se deu foi semelhante ao que já se contou aqui. O que aconteceu depois, eu não sei dizer porque saí do país em 66 e só voltei em 81. Mas sei que o MEB Ceará não fechou totalmente.

ZEZÉ — Não sei contar esse pedaço da história do Maranhão porque saí do MEB em agosto de 64. E saí muito por causa das pressões da Hierarquia no sentido de não se manter a linha dos trabalhos que vínhamos desenvolvendo. Nós contávamos, na época, com uma Equipe de vinte e tantas pessoas e foram demitidas quase vinte. Ficaram umas três ou quatro pessoas preparando o trabalho que seria feito através da Rádio Educadora que, na ocasião, estava para entrar no ar. Essa Equipe continuou mantendo um trabalho, me parece, até 67.

RUTH — Eu também não acompanhei de perto o fechamento do MEB da Bahia porque estava no Chile fazendo uma bolsa de estudos. Mas sei que, depois de todos esses acontecimentos de julho, houve uma reunião dos bispos da Província e foram eles que terminaram o MEB por imposição de D. Eugênio, na época Cardeal da Bahia. Houve muita tensão entre eles nesse episódio.

Depois recolheram tudo e mandaram para o Nacional: material, equipamento, tudo. Isso foi em dezembro de 66. Parece que, na Equipe, ficaram: Dantas, Maria Helena e mais uma pessoa, terminando os pagamentos, indenizações, enfim, essas coisas da área administrativa. Esse processo durou até janeiro de 67.

ROBERTO — Minas Gerais foi semelhante à Bahia. Os bispos decidiram fechar. Só os carros foram recolhidos.

IZA — Em Goiás, os carros foram vendidos para o pagamento das indenizações.

MARIA ALICE — A única coisa de que me lembro é que fomos comunicar a D. Fernando a nossa decisão de acabar o MEB e ele aceitou.

LUCINHA — Em Pernambuco, nós decidimos não recolher os rádios. Em 66, houve uma das maiores enchentes de Recife e a sede do MEB foi inundada. Nessa ocasião, eu pedi uma perícia à Polícia — já tendo tirado os rádios em bom estado, que distribuimos com os monitores — e constou da perícia que todos os rádios tinham sido danificados pela cheia.

Agora, para indenização do pessoal, nós também vendemos todos os carros.

MARIA JOSÉ — Até quando o MEB Nacional continuou?

NAZIRA — Até hoje.

LUCINHA — É, mas o MEB da gente vai até essa época.

Anexo I

O Momento Histórico/Político — 1960/66: Alguns Elementos

1960/61 — *O desenvolvimentismo fortalecido pelos anos do Governo Juscelino Kubitschek emprestava ao país um clima de mudanças. Brasília era inaugurada.*

Jânio Quadros, eleito, era empossado na Presidência da República. Renunciava meses depois, em agosto/61.

Jango Goulart, Vice-Presidente eleito, substituiu Jânio na Presidência em meio a um conturbado processo de marchas e contramarchas que levou à instalação do regime parlamentarista de governo. Tancredo Neves é escolhido Primeiro-Ministro do Governo Jango Goulart.

1962/63 — *As bandeiras das reformas tomam vulto: reforma agrária, universitária, bancária, etc. O reformismo se aprofunda. Via plebiscito, o regime volta à sua forma anterior: o presidencialismo.*

Alguns governadores de Estado marcam o momento com os seus estilos e posições: Guanabara, Carlos Lacerda; São Paulo, Ademar de Barros; Minas, Magalhães Pinto; Goiás, Mauro Borges; Pernambuco, Miguel Arraes; Rio Grande do Norte, Aluizio Alves.

A CNBB tinha uma crescente participação nos movimentos sociais. Entre os atores políticos, se alinhavam ainda: a UNE, a CGT, os Sindicatos Rurais, as Ligas Camponesas, os movimentos de alfabetização e cultura popular ("De pé

no chão também se aprende a ler", CPC, MEB, o Método Paulo Freire, MCP, etc.). A JUC tinha uma presença militante em muitas dessas frentes.

Noutro pólo atuavam: o IBAD, o IPES, a Aliança para o Progresso, o Movimento pelo Rearmamento Moral, etc. Datam dessa época as primeiras greves dos assalariados rurais e as primeiras lutas pela posse da terra.

1964/66 — Em 1º de abril de 1964, através de um golpe militar, o Marechal Castelo Branco se instala no Governo da República. A maioria dos governos dos Estados, das repartições públicas, dos sindicatos, são postos debaixo de intervenção. Dá-se início a uma fase de repressão a todos os níveis de ação, organização e expressão. Ocorrem exílios, prisões, torturas e a vigilância pelos órgãos de repressão é permanente. O temor é o clima da população. As denúncias e os inquéritos fazem parte da rotina política. O país passa a ser governado pelos Atos Institucionais.

Vale lembrar ainda que, ao longo desse período, se processava a transferência da capital administrativa para Brasília mas o Rio de Janeiro ainda cumpria muito da função de centro cultural e político do país. E que, por comparação ao estágio de modernização atual, os meios de comunicação eram bem mais restritos: não se contava com redes nacionais de televisão; nem com o sistema rodoviário ampliado que acompanhou o desenvolvimento da indústria automobilística; ou com a facilidade de deslocamento para grandes distâncias favorecida hoje pela expansão das linhas aéreas; e nem com o sistema DDD de telefone interligando o país.

Anexo II

Algumas Informações sobre a Instituição MEB

a) ORIGENS

- No segundo semestre de 1960, sob o patrocínio da RENECA — Rede Nacional de Emissoras Católicas — foi realizado, em Aracaju, o 1º Seminário de Educação de Base. Esse Seminário reuniu participantes de várias entidades que trabalhavam no campo da educação de base pelo Rádio ou estavam planejando a realização de programas semelhantes. Os debates e as relações que se estabeleceram nessa ocasião significaram o primeiro passo para a concretização de um Movimento Nacional de Educação de Base.
- Ainda em fins de 1960, D. José Vicente Távora, então Presidente da RENECA e Arcebispo de Aracaju, em nome da CNBB, enviou, ao recém-eleito Presidente da República, uma carta-proposta tratando da criação do Movimento Nacional de Educação de Base para responder às necessidades de milhões de brasileiros, adultos e adolescentes, analfabetos.*
- Em 28.11.60, o Presidente eleito responde a D. Távora anunciando o seu apoio à proposta formulada na carta acima referida.
- 21.3.61, o Decreto n. 50.370 estabelece que o Governo Federal, mediante convênios a serem firmados com o MEC e outros órgãos

* Censo de 1960 — População Presente (1.000 hab.): 70.191
Analfabetos (15 anos e mais): 15.273

da Administração Federal, fornecerá os recursos para a execução do programa que a CNBB realizaria através do Movimento de Educação de Base utilizando as Emissoras Católicas. O Decreto contempla somente as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Estado de Minas Gerais, reduzindo assim a área nacional de atuação do MEB.

— Em 1963, o Governo Federal firmou novo Decreto — n. 52.267 — alterando alguns pontos e revigorando os compromissos mútuos: facilitando, inclusive, a concessão de canais radiofônicos e autorizando a requisição de funcionários federais.

b) ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO, SEGUNDO O ESTATUTO DO MEB VIGENTE NA ÉPOCA

— No que diz respeito à linha da hierarquia, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) exerce a sua autoridade através dos bispos que integram o Conselho Diretor Nacional (CDN), ao qual se subordina o Conselho Diretor Estadual (CDE) que congrega, em âmbito estadual, os bispos em cujas áreas funciona o MEB. No que diz respeito ao laicato, uma Comissão Executiva Nacional (CEN), diretamente dependente do CDN, orienta e coordena as atividades das Equipes Estaduais (EE), das quais dependem as Equipes Locais (EL).

— A direção do MEB é exercida pelo Conselho Diretor Nacional, composto de nove bispos e arcebispos, indicados pela CNBB, e dois leigos, sendo um deles representante do Presidente da República. Para assessoria, conta o CDN com um Conselho Nacional de Representação e Consulta e com um Conselho Fiscal. No intervalo das sessões do CDN, a direção do MEB é exercida pela Diretoria Executiva, constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e um Secretário.

— São órgãos nacionais do MEB: o CDN, suas assessorias e a Equipe Nacional. A Equipe Nacional é constituída pela Comissão Executiva Nacional (CEN), suas assessorias e seus departamentos.

— A Comissão Executiva Nacional é constituída por um Secretário-Geral e dois Coordenadores Nacionais, dispondo de todo o pessoal necessário ao seu funcionamento.

— Estruturado nacionalmente, a unidade do MEB é o Sistema de Educação de Base, que atinge uma área determinada. Cada Sistema, através de uma Equipe Local, planeja, executa e coordena o programa local de Educação de Base. Esta Equipe seleciona e treina,

nas comunidades atingidas, animadores voluntários que participam ativamente do programa de ação do Sistema.

— Os Sistemas Locais de Educação de Base de um mesmo Estado são coordenados por uma Equipe Estadual que elabora com esses Sistemas um projeto de ação no âmbito do Estado.

c) OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SISTEMA RÁDIO-EDUCATIVO

Oficialmente, no MEB, admitiu-se a nomenclatura de Sistema de Educação de Base cuja significação era mais ampla do que a denominação de Sistema Rádio-Educativo. Porém, a denominação de Sistema Rádio-Educativo, por ser mais divulgada, continuou sendo a mais freqüentemente usada no MEB.

Um Sistema Rádio-Educativo traduz a existência de uma rede de recepção organizada das emissões radiofônicas de caráter educativo. Para tanto, inclui o funcionamento de uma Equipe Local responsável:

- pela produção e emissão dos programas radiofônicos adaptados à realidade da região. Isso, no caso de haver uma Emissora integrando o Sistema. Uma Equipe Local pode responder simplesmente pela recepção organizada dos programas radiofônicos emitidos por uma Rádio que esteja fora da área do seu Sistema;
- pelos processos de radicação de Escolas Radiofônicas (unidades de recepção organizada) nas comunidades que se situam dentro da área de ação daquele Sistema Rádio-Educativo;
- pela seleção e treinamento dos monitores das Escolas Radiofônicas e dos animadores de comunidade;
- pela supervisão do conjunto dos trabalhos;
- pela avaliação do rendimento educativo da programação em andamento;
- enfim, pelo planejamento, execução e coordenação dos trabalhos realizados dentro da área de ação do Sistema Rádio-Educativo.

RADICAÇÃO DE ESCOLAS RADIOFÔNICAS

Refere-se ao processo de implantação de uma unidade de recepção organizada numa determinada comunidade. E supõe:

- o estudo da área;

- a escolha do monitor;
- a instalação de um receptor cativo ajustado à frequência da Emissora que transmitirá os programas educativos;
- a escolha do local de funcionamento da Escola (em geral, a casa de um dos moradores da localidade, o galpão de uma casa de farinha, a sala de uma escola da rede oficial ou um espaço construído em regime de mutirão). As providências em relação ao equipamento da Escola ficavam também por conta da comunidade, salvo o lampião, o quadro-negro e o material didático de apoio imediato (cartilhas, livros de leitura e cartazes) que eram doados pelo MEB.

RECEPTOR CATIVO

É um receptor simples, alimentado a pilhas, e fabricado de modo a ser ajustado para a recepção de uma única Emissora Radiofônica. Não dispõe de mostrador e, auxiliado por uma antena, é sintonizado na frequência das ondas de uma determinada Emissora. A fixação da sintonia é feita através da manipulação de uma agulha sobre um cristal com os quais o receptor é equipado.

d) ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS *

• Sistemas de Educação de Base — 1961 a 1965

	1961	1962	1963	1964	1965
Nº de Estados da Federação	8	12	14	15	14
Nº de Sistemas	11	31	59	55	51

OBS: Entre 1965 e 1966 foram fechados, pelo menos, 28 sistemas.

• Emissoras à disposição do MEB para a programação educativa — 1961 a 1965

	1961	1962	1963	1964	1965
	10	19	25	26	29

*. FONTE: MEB EM 5 ANOS — 2ª edição, 1982. Publicação interna do MEB.

• Quadro de Pessoal — 1963 a 1965

	1963	1964	1965
	531	469	470

• Número de Monitores e Animadores Treinados — 1961 a 1965

	1961	1962	1963	1964	1965
	1.182	3.709	3.870	3.147	1.873

• Número de Escolas Radiofônicas — 1961 a 1965

	1961	1962	1963	1964	1965
	2.687	5.598	5.573	4.554	4.522

• Número de Alunos Concluintes — 1961 a 1965

	1961	1962	1963	1964	1965
	38.734	108.571	111.066	63.758	61.409

CADERNOS DE EDUCAÇÃO
POPULAR **10**

MEB: Uma história de muitos

MARIA AÍDA B. COSTA
VERA JACCOUD
BEATRIZ COSTA

A NOVA — Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação interessou-se em patrocinar a iniciativa de contar a história do MEB (Movimento de Educação de Base), pensando no valor histórico que tem o registro da memória de um movimento de educação popular da década de 60. Pensou também na utilidade que esse documento possa ter para os que hoje continuam envolvidos com questões e desafios semelhantes aos que o MEB enfrentou na época. Os relatos e debates contidos neste livro estão delimitados no tempo que vai de 1961 a 1966, ou seja, os primeiros cinco anos de existência do MEB. Os fatos se enraizam, portanto, num período que tem a significação de um marco na história deste país. E o MEB, nesta época, foi um dos mais representativos entre os vários movimentos que mobilizaram contingentes de jovens militantes que acreditavam na mudança desta sociedade.



2481-3